

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

BRUNO CESAR BARBOSA

**Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das
categorias travesti e transexual**

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das
categorias travesti e transexual**

Bruno Cesar Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

São Paulo
2010

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em Sessão Pública realizada em 20 de Janeiro de 2010, considerou Bruno Cesar Barbosa aprovado.

Orientador

Júlio Assis Simões

Banca Examinadora

Laura Moutinho

Regina Facchini

Para Leandro Fermino Vieira
e Olivia Bergamo Leite

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Júlio Assis Simões, pelo estímulo, ajuda, orientação, carinho e amizade que propiciou com que este trabalho existisse, além de contribuir a cada comentário e conversa para minha formação em Antropologia.

A Prof. Dra. Martha Ramirez Galvez, por todos os momentos de orientação, atenção dispensada comigo, além de todo o seu carinho. A participação em seu grupo de estudos, assim como todas as nossas conversas, despertou o meu interesse para com a Antropologia.

A Carolina Branco de Castro Ferreira, amiga que vem lendo e comentando este trabalho até mesmo antes que ele se transformasse em projeto de pesquisa. Agradeço esta querida amiga, sem a qual eu não teria conhecido os estudos de gênero e sexualidade.

A Regina Facchini, pelas conversas intermináveis sobre meu trabalho, comentários e interlocução, além de sua participação na banca de qualificação e avaliação deste trabalho. Sua amizade é muito cara para mim.

A Isadora Lins França, por seus comentários, leituras deste trabalho, interlocução intelectual. Por toda a sua atenção e carinho que não limitam somente a conversas acadêmicas.

A Érica Peçanha do Nascimento, por suas leituras deste trabalho, incentivos, comentários e amizade.

A Prof. Dra. Laura Moutinho, pelas conversas, participação em suas aulas e seu carinho dispensado comigo.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, que concedeu o ambiente necessário para a produção desta dissertação, assim como para minha formação em Antropologia.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, em especial à Paula Montero, Fernanda Peixoto, Heitor Frúgoli Jr., John Dawsey, Ana Cláudia Marques e Júlio Assis Simões. Pela participação em suas aulas, que se faz presente neste trabalho, e que colaborou para minha formação em Antropologia.

A Heloísa Buarque de Almeida, pela participação e monitoria acadêmica em suas aulas que também se faz presente nestas páginas.

Aos colegas do PPGAS/USP, em especial a Luisa Valentini, pelas leituras, comentários e debates que tivemos, e com a qual percebi que temas que parecem distantes como os nossos, podem ter muito de semelhante.

Ao Centro de Referência em Diversidade, em especial à Irina Bacci, sem a qual este trabalho não seria possível.

A todas as participantes das Terças Trans, que me acolheram com carinho, e com as quais pude construir este trabalho.

A Renata Rebello e aquelas que chamo de Carla e Bárbara, por compartilharem de momentos íntimos de suas vidas. Agradeço pela confiança dispensada a mim.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq pela bolsa de mestrado concedida no primeiro ano desta pesquisa.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP, pela bolsa de mestrado concedida no segundo ano desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os usos das categorias travesti e transexual, referidas a identidades sexuais e de gênero, com base em observações e entrevistas realizadas entre 2008 e 2009 com participantes das reuniões denominadas Terças Trans, que ocorrem quinzenalmente no Centro de Referência em Diversidade (CRD) um equipamento social direcionado para LGBT na cidade de São Paulo. Procurei explorar duas frentes de análise. A primeira concentrou-se nos resultados de observação das interações e debates entre os participantes, durante as reuniões, especialmente no que diz respeito ao modo como se elaboram as diferenças entre travestis e transexuais. A segunda concentrou-se nas narrativas de história de vida de três participantes, que refletem sobre suas vivências de sexualidade e gênero. Embora as convenções do discurso médico sejam referências centrais para a definição de corpos, subjetividades e identidades das pessoas pesquisadas, foi possível observar também uma variedade de reelaborações e deslocamentos de sentidos nas trajetórias biográficas e na produção das identidades, que têm relação direta com as situações sociais vividas no presente e com os variados contextos de interlocução. Procuro desenvolver o argumento de que travesti e transexual são categorias performativas, e que tal performatividade não se esgota apenas em enunciados de gênero e sexualidade, mas também podem ser expressas por meio de articulações contingentes que remetem a diferenças de classe, cor/raça e geração.

Palavras-Chave: travestis, transexuais, diferenças, convenções, gênero, sexualidade.

ABSTRACT

The point of this work is to discuss the uses of the transvestite and transsexual categories, related to sexual and gender identity, based on observations and interviews conducted between 2008 and 2009 with participants of the meetings called Terças Trans, that happen fortnightly at the Centro de Referência em Diversidade (CRD), a public utility service directed to LGBT in São Paulo. I tried to explore two analysis ways. The first was focused on the observations results from the interactions and debates between the participants, during the meetings, especially with regard to how they work out differences between transvestites and transsexuals. The second was focused on the life histories narratives of three participants, who reflect on their sexuality and gender experiences. Although the conventions of medical discourse are key references for the definition of bodies, subjectivities and identity of people surveyed, it was possible to note also a variety of re-elaborations and displacements of meaning in the life histories and in the identities production, that are directed related to social situations experienced in the present and with the varied contexts of dialogue. I try to develop the argument that transvestite and transsexual categories are performatives, and that this performativity is not limited only in statements of gender and sexuality, but can also be expressed by means of contingent articulation which refer to differences of class, color/race and generation.

Keywords: transvestite, transsexual, differences, conventions, gender, sexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Roteiro da dissertação.....	6
I. ENTRE <i>DOIDAS E PUTAS</i>: DIFERENÇAS EM DEBATE.....	8
1.1 Essa mistura dá certo?	8
1.1.1 Do caderno de campo: notas sobre uma reunião das Terças Trans	8
1.1.2 As Terças Trans	12
1.2 Classificações e convenções em movimento.....	15
1.2.1 Sobre naturezas e essências	15
1.2.2 A descoberta de si: sofrimento e feminilidade	18
1.2.3 Ativas ou passivas? Heterossexuais ou homossexuais?	23
1.2.4 Disputas por prestígio	29
1.3 Corporalidades e diferenças.....	35
1.4 Transitando entre Doidas e Putas	45
II. SUJEITOS, CONVENÇÕES E DIFERENÇAS EM NARRATIVAS	53
2.1 “A prova física da diversidade”: Narrativa de Carla	57
2.2 “Quando você se diz trans”: Narrativa de Bárbara.....	63
2.3 “Assumir a travestilidade”: Narrativa de Renata.....	69
2.4 Posições, sujeitos e diferenças.....	81
III. CONVENÇÕES EM DEBATE	84
3.1 Percursos e percalços das noções clínicas de “travesti” e de “transexual”	84
3.2 Da clínica às experiências.....	99
3.3 Convenções em movimento	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

Tudo o que me caracteriza é apenas o modo como sou mais facilmente visível aos outros e como termino sendo superficialmente reconhecível por mim.

[...] E eu também não tenho nome, e este é o meu nome. E porque me despersonalizo a ponto de não ter o meu nome, respondo cada vez que alguém disser: eu.

Clarice Lispector¹.

¹ *A Paixão segundo G.H.*, 1990, páginas 178-179.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que sustenta o trabalho consiste de observações e entrevistas realizadas entre 2008 e 2009, em um equipamento social direcionado para LGBT² da cidade de São Paulo, chamado de Centro de Referência em Diversidade (CRD). O CRD foi criado em 2008 e é gerido pelo Grupo Pela Vidua (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), uma ONG-Aids reconhecida no âmbito nacional por sua atuação no campo da prevenção e cuidados relativos ao HIV-Aids. Essa ONG, formada há 19 anos no Rio de Janeiro pelo falecido escritor e ativista Herbert Daniel, compõe-se de entidades que atuam em diversas cidades, cada qual com grande autonomia. O CRD está localizado numa região de São Paulo amplamente conhecida, desde pelo menos a década de 1950, como um lugar de frequência de homossexuais, assim como de pontos de travestis, garotos de programa e prostitutas. Fica situado na Rua Major Sertório, entre as ruas Amaral Gurgel e Rego Freitas, local que já foi conhecido como “Boca do Luxo” (Perlongher, 2008).

O CRD é instalado em um prédio de dois andares. No primeiro andar encontram-se a recepção, um salão onde são desenvolvidas algumas de suas atividades e ao fundo, a sala dos assistentes sociais e uma sala que possui infra-estrutura para realização de oficinas, como fornos e pias. No andar de cima existe outro salão – onde são realizadas reuniões, além de oficinas –, uma sala onde são realizados atendimentos psicológicos e outras duas salas utilizadas pela administração. Neste andar também existe um jardim aberto, que funciona como uma área permitida para fumantes.

O CRD tem por objetivo o atendimento da população LGBT, em situação de vulnerabilidade social³ que mora ou trabalha no centro histórico de São Paulo. As atividades do CRD estão vinculadas a um projeto maior, o “Nós do Centro”, o qual é financiado por uma parceria da União Européia com a Prefeitura Municipal de São Paulo e

² A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros é utilizada atualmente pelo referido movimento. Cabe notar também que essa sigla pode aparecer sob diferentes formas, sendo que o movimento atualmente a forma LGBT desde a Conferência Nacional realizada em Brasília em junho de 2008.

³ O conceito de vulnerabilidade ganhou força no final dos anos 1980, com o aumento de estratégias de prevenção do HIV-Aids que levassem em conta a dimensão social e política mais ampla da pandemia. Ayres et al. (1999) afirma que o conceito de vulnerabilidade designa grupos ou indivíduos fragilizados, do ponto de vista legal e político, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. Assim, passou-se a pensar em termos de maior ou menor vulnerabilidade de indivíduos e coletividades à infecção e adoecimento pelo HIV, distinguindo três níveis interdependentes: o comportamento individual, o contexto social e os programas ou políticas públicas de controle da epidemia.

se viabiliza pela articulação com ONGs, chamadas de gestoras⁴. O CRD oferece atendimento psicológico e social, oficinas de geração de renda e aconselhamento jurídico. Durante meu trabalho de campo, dentre as oficinas profissionalizantes encontravam-se oficinas de geração de renda, aulas de teatro e aulas de inglês. No discurso das pessoas que trabalham no CRD, as oficinas de geração de renda ocupam um lugar especial. Elas são vistas como uma forma das pessoas, principalmente travestis profissionais do sexo e michês (homens profissionais do sexo), conseguirem algum trabalho que não se restrinja à prostituição⁵. Dentre as oficinas de geração de renda estavam disponíveis a de fabricação de sabonetes, pintura de quadros e camisetas, corte e costura; todas elas freqüentadas, sobretudo pelas travestis. Além disso, o CRD proporciona algumas bolsas-auxílio para estimular a participação nas atividades. Os bolsistas têm que cumprir uma carga horária definida para ter direito a este auxílio.

Meu acesso inicial a estas atividades do CRD foi feito por meio de uma funcionária, Carla⁶. Em nossa primeira conversa, Carla se autotranscreveu como *transexual*⁷. Se em um primeiro momento, Carla parecia-me uma via de acesso para a entrada em campo no CRD, vários elementos de sua trajetória de vida começaram a me chamar atenção para outras reflexões desta pesquisa.

A nossa primeira conversa ocorreu na sede do CRD e esta se configurou em minha primeira visita à instituição. Cheguei lá e fomos conversar em uma área para fumantes, um jardim aberto no segundo andar do prédio. Apresentei-me e comecei a falar de um trabalho anterior realizado por mim que me rendeu pistas para a produção do projeto desta pesquisa. Este trabalho foi realizado em 2007 no Centro de Referência em Direitos Humanos GLBTTT de Londrina, Paraná, e consistia em um estágio em psicologia além de trabalho de campo entre travestis que se prostituem⁸. Já nesta primeira conversa, Carla me fez seguinte questão: *seu trabalho também é de travestis pobres? Ai, é porque eu estou*

⁴ Dentre as atividades atribuídas a essas organizações gestoras estão a abertura e o gerenciamento destes equipamentos sociais de utilidade pública, intitulados Escritórios de Inclusão Social (EIS), além de dois Centros de Referência, dentre eles o CRD.

⁵ É possível perceber certo discurso moralizante da prostituição mais fortemente expresso nas Terças Trans que será discutido no Capítulo 1: “Doidas e Putas: diferenças em debate”.

⁶ Os nomes dos colaboradores utilizados neste trabalho foram trocados como uma forma de preservar o anonimato destas pessoas. Somente foi utilizado o nome real no caso de uma de minhas colaboradoras que colocou tal uso como uma condição da realização da entrevista.

⁷ Utilizarei itálico nesta dissertação para me referir às falas e categorias êmicas.

⁸ Para mais informações acerca deste trabalho, ver o artigo apresentado no Fazendo Gênero 8, realizado na UFSC em Florianópolis no ano de 2008 intitulado “Nômades da Norma: Corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações”, disponível online em http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST18/Bruno_Cesar_Barbosa_18.pdf

cansada disto, porque nem toda a travesti e trans está na prostituição, tem muita trans que é advogada, que é professora. De acordo com Carla, os trabalhos realizados nas ciências sociais focam sua atenção somente nas travestis pobres que se encontram na prostituição de rua. Este fato, segundo ela, contribuiria para se perpetuar o estereótipo de que todas as travestis são pobres e da prostituição.

Respondi a Carla que meu interesse em fazer pesquisa de campo em São Paulo estava relacionado, entre outros aspectos, ao objetivo de me aproximar de travestis e transexuais de diferentes experiências sociais. Falei também do meu interesse em participar e observar as atividades do CRD e suas ações voltadas para travestis e transexuais. Carla então me falou das Terças Trans, reuniões regulares direcionadas para travestis e transexuais e ligada à Secretaria de Travestis e Transexuais da Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGLBT). As reuniões aconteciam quinzenalmente em espaço cedido pelo CRD, embora o grupo não fosse ligado formalmente a este. Em cada reunião é eleito um tema para debate e podem ser realizadas dinâmicas para se discutir algumas experiências pessoais.

Nas observações de campo das *Terças Trans* e do cotidiano das atividades do CRD, tive contato com pessoas que, segundo os padrões clínicos da medicina⁹, seriam classificadas como travestis, porém se diziam transexuais, transex ou trans. Além disso, como já foi observado por outros pesquisadores (cf. Leite Jr., 2009), várias dessas pessoas também podiam se dizer travestis em uma situação, e trans, transexual ou transex em outra. Também era possível perceber que algumas dessas pessoas já haviam se identificado de várias formas em diferentes momentos de suas vidas. Carla, por exemplo, já se utilizou de diferentes categorias de classificação. Como ela relata:

[...] Eu cresci pensando que era homossexual, depois surgiu a discussão sobre travesti/transexual, então o que eu sou? Eu sou travesti, aí eu virei travesti nos anos 70, sou travesti, aí nos anos 80 eu sou transexual e até há pouco tempo eu achava que eu era transexual, apesar de não querer me operar [...] (Entrevista de Carla, 15/10/2008).

⁹ As convenções médicas acerca das definições do que é travesti e transexual serão discutidas ao longo desta dissertação. Vale destacar, como fazem Fernández (2004), Bento (2008), Leite Jr. (2009) e Teixeira (2009), entre outros, o protagonismo do saber médico psiquiátrico no processo social de definições destes corpos. Tais definições são consideradas por muitos como as corretas quando nos referimos à pessoas que praticam transformações de gênero. Segundo tais definições a principal diferença entre travestis e transexuais reside na relação de cada uma com seu órgão genital pênis. Enquanto transexuais sentem repulsa e reivindicam a cirurgia de transgenitalização, travestis convivem satisfatoriamente, não reivindicando assim a construção de uma neovagina.

De modo geral, as travestis e transexuais que participavam das reuniões das *Terças Trans* utilizavam a categoria trans para se referirem de uma forma conjunta. No entanto, é necessário destacar que algumas travestis não se sentiam representadas por este termo, por o acharem sinônimo de transexual. Mais recentemente, nas reuniões do grupo, começou-se a utilizar o termo *peessoas trans*, como forma de abarcar também a experiência de homens-trans¹⁰. No site das *Terças Trans* encontra-se a seguinte definição:

Todas as vezes que utilizarmos a terminologia “TRANS” estaremos nos referindo a todas as PESSOAS TRANS e suas transgeneridades, incluindo nesta classificação pessoas: TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E AFINS sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito. (respeitada a grafia original, site Trans-Missão, realizado em ocasião do dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro de 2009, capturado no dia 09 de setembro de 2009 às 18h, disponível em <http://www.trans-missao.com>)

Também é importante ressaltar que, além do uso situacional das categorias, pude perceber, em conversas informais com travestis e transexuais que freqüentam o CRD e em reuniões das *Terças Trans*, assim como nas entrevistas, o uso de categorias historicamente relacionadas à homossexualidade, como homossexual, gay, bicha e viado, além da oposição entre passivo e ativo¹¹. Entre aquelas que já utilizaram uma miríade de categorias classificatórias, notei que o uso do que elas consideram “novas” categorias de classificação não fez com que as categorias de classificação anteriores desaparecessem. De fato, menos que identidades coerentes e nucleares, os relatos destas pessoas apontam a coexistência de múltiplas posições de sujeito, que são acionadas situacionalmente.

Portanto, se em um primeiro momento de pesquisa eu buscava compreender as diferentes formas de ser travesti, todas as questões acima relatadas desencadearam novas problematizações acerca desta definição. Esta proliferação de categorias em meu campo em São Paulo me chamou atenção para as convenções que definiam o próprio termo travesti. Dessa forma, não podia mais responder, sem maiores dúvidas, que meu objeto de estudo eram travestis, já que os sujeitos com os quais travava contato se diziam (para elencar algumas classificações) trans, transex, transexual e travesti. Se uma das máximas do trabalho antropológico é a suspensão das categorias, ao definir meu objeto como *travestis* eu estava tomando esta definição como um dado apriorístico.

¹⁰ Homens Trans são pessoas assignadas como nascidas do sexo feminino e que se constroem naquilo que consideram masculino.

¹¹ Passivo e ativo para os sujeitos desta pesquisa são termos utilizados para discriminar o sujeito que penetra com o pênis durante a relação sexual, que seria o ativo, e o sujeito que é penetrado analmente pelo pênis durante a relação sexual, que seria o passivo.

Diante das múltiplas possibilidades de usos de categorias de identificação e convenções que encontrei durante o trabalho de campo, passei a considerar que um caminho rentável para a análise seria não delimitar de antemão o que era travesti e o que era transexual. Assim, redefini o objeto da pesquisa para “pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e construíram o que consideram feminino em seus corpos”. Como objetivo geral deste trabalho, proponho investigar os usos de categorias relacionadas às identidades sexuais e de gênero entre estas pessoas.

Para lidar com as indagações em torno das identidades associadas a essas pessoas e suas experiências, busquei inspiração em uma abordagem pragmática que me permitisse focalizar usos e práticas. Michael Herzfeld (1997) assinala a importância da pragmática para se entender qualquer sistema simbólico. Segundo Herzfeld (1998) os estudos antropológicos que procuram focar no significado não podem descansar em generalizações, ignorando a instabilidade temporal da semântica, pois os significados raramente ficam o mesmo ao longo do tempo. Na prática social significados nunca estão assegurados. Neste sentido, para o autor enfatizar o uso é promover uma virada epistemológica, pois é focar na instabilidade do significado na prática social, menos do que produzir generalizações expressas por modelos e representações.

Neste sentido, poderíamos não fechar claramente o que é travesti e transexual e procuramos entender como estas concepções aparecem nas práticas sociais dos próprios sujeitos e, além disso, como esses se utilizam de convenções de forma a justificar estas concepções e construir idéias como a de “grupo”. “Grupo” pode ser entendido como o que Benedict Anderson (2005) entende enquanto uma “comunidade imaginada”. O conceito é cunhado por Anderson (2005) em sua análise sobre “nação”, porém penso que o conceito pode ser estendido a outros tipos de “comunidades”. Segundo o autor a comunidade é “imaginada”, pois mesmo no menor dos países os seus cidadãos não se conhecem e mesmo assim compartilham a idéia de que fazem parte do mesmo “grupo” e que, deste modo, compartilham certas experiências comuns.

Para alcançar este objetivo a pesquisa se apóia em uma metodologia qualitativa de cunho etnográfico, especialmente no trabalho de campo e entrevistas em profundidade acerca das suas histórias de vida. Assim sendo, o trabalho constitui-se em duas frentes de análise.

A primeira frente de análise constitui-se em um trabalho de campo apoiado, sobretudo, em observação participante tendo como lócus privilegiado as *Terças Trans*.

Nessas reuniões procurei apreender os usos das categorias relacionadas a identidades sexuais e de gênero, sobretudo as categorias travesti e transexual, e como as diferenças entre essas categorias se arranjam nas interações entre as pessoas participantes do grupo durante as reuniões. As idades destas pessoas variavam de 20 a 60 anos, e é importante destacar também a presença freqüente de estudantes e pesquisadores.

A segunda frente de análise concentra-se na análise de três entrevistas de história de vida de pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e construíram o que consideram feminino em seus corpos com idade entre 40 e 60 anos, todas elas freqüentadoras das *Terças Trans*. Nessas entrevistas foram enfatizados principalmente os seguintes aspectos: suas trajetórias pessoais, isto é, relacionamentos familiares, relacionamentos com amigos e na escola, local de origem e mudanças territoriais no decorrer da vida; suas trajetórias afetivo-sexuais, ou seja, início das práticas sexuais e/ou afetivas, preferências e práticas sexuais, história dos relacionamentos afetivos e sexuais; a construção do corpo feminino, explorando as técnicas, convenções e categorias utilizadas para explicar este processo; o manejo da identidade e sociabilidade, investigando quem são as pessoas que elas mantêm sociabilidade e quais os lugares por onde estes sujeitos se movem.

As entrevistas foram conduzidas com um roteiro semi-estruturado, no qual foram feitas perguntas abertas dando prioridade ao modo como o entrevistado organizava os tópicos listados acima. Desta forma, a organização acima listada não se constituía em tópicos fechados, pois o entrevistado podia ir de um assunto ao outro, de acordo com o desenrolar da entrevista.

Roteiro da dissertação

No primeiro capítulo, “Entre *Doidas e Putas*: Diferenças em Debate” analiso os usos de categorias e convenções relacionadas a identidades sexuais e de gênero entre as participantes das *Terças*. Foco, sobretudo, nos usos das categorias travesti e transexual e como as diferenças entre estas categorias se arranjam nas interações entre as pessoas participantes do grupo.

No segundo capítulo, “Sujeitos e Diferenças em Narrativas”, reflito sobre narrativas de história de vida de três pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e construíram em seus corpos o que consideram feminino, que participam das *Terças Trans*. Como já discorri, nestas narrativas tenho por objetivo apreender os usos de

categorias relacionados às identidades sexuais e de gênero. Investigo também como o sujeito entrevistado elabora certa coerência em seu relato autobiográfico de forma a construir uma “coerência do eu”.

Considerando o material e a reflexão apresentados nestes dois capítulos, no terceiro capítulo, “Convenções em Debate”, discorro acerca das convenções que estabelecem as diferenças entre travestis e transexuais. Na primeira parte, me debruço na análise acerca das definições médicas acerca destes conceitos, que informam no Brasil a produção de políticas públicas e sujeitos de direitos por parte dos movimentos sociais. Tais definições são sinalizadas por vários trabalhos (Fernandéz, 2004; Bento, 2008; Leite Jr, 2009; Teixeira, 2009) como as hegemônicas para a definição das diferenças entre travestis e transexuais. No segundo tópico deste capítulo reflito acerca da construção de objeto em trabalhos antropológicos e como noções do que é ser travesti e transexual são utilizadas.

Nas “Considerações Finais” procuro sintetizar as reflexões feitas ao longo do trabalho acerca dos usos das categorias travesti e transexual. É possível destacar que, embora o protagonismo médico para definição destes corpos, estas pessoas utilizam-se de uma variedade de convenções para produzir sentidos sobre estas categorias e que tais usos tem relação direta com suas situações sociais presentes. Argumento que as categorias travesti e transexual são performativas, e que tal performatividade não se esgota somente em enunciados de gênero e sexualidade, mas também de classe, cor/raça e geração. Deste modo, menos do que diferenças clínicas, as diferenças entre travestis e transexuais podem ser expressas em diferenças de gênero, sexualidade, classe, cor/raça e geração.

Capítulo I. Entre *Doidas e Putas*: Diferenças em debate



Figura 1. Convite da Reunião do dia 28/04/2009 das *Terças Trans*.

1.1 Essa mistura dá certo?

1.1.1 Do caderno de campo: notas sobre uma reunião das *Terças Trans*

Cheguei ao CRD no dia 28 de Abril de 2009 por volta das sete horas da noite. Fui conversar na recepção com Bárbara (receptionista do CRD), esperando as pessoas chegarem para a reunião, que começa geralmente às sete e meia. A reunião foi realizada no andar de cima do CRD. Havia dezesseis pessoas e, dentre estas, oito eram universitários. A coordenadora do grupo brincou dizendo que teria que fazer uma *Terça Estudante*. No convite desta reunião (Figura 1) foi colocada a imagem de uma batedeira elétrica, em que aparece escrito o tema da reunião: *Travestis e Transexuais: esta mistura dá certo?!*.

Nas reuniões das *Terças Trans* geralmente é proposto uma dinâmica para levantar as discussões. Para tanto, a coordenadora do grupo se encaminhou de explicar a dinâmica a ser realizada naquela noite. Tal dinâmica consistia no seguinte: havia dois quadros na parede, em um estava escrito *Travestis* e, no outro, *Transexuais*. A coordenadora explicou que nós teríamos que discutir as diferenças e as semelhanças entre elas. Fomos divididos

em dois grupos. A divisão foi feita pelos lados e coincidentemente um grupo acumulou grande parte dos estudantes. Fiquei neste grupo em que havia duas pessoas que se autodenominavam *transexuais*, fora os estudantes. Também havia uma pessoa que está em processo de transformação para se tornar *travesti*. Segundo a própria me explicou, ela ainda tem dúvidas se é ou não *travesti*. No decorrer da dinâmica chegou mais uma pessoa autodenominada *transexual*. No outro grupo havia duas pessoas que se autodenominavam *travestis*, uma que se classifica como *trans* e cinco pessoas autodenominadas *transexuais*, dentre elas uma que se apresentava como *transexual operada*.

Alguns estudantes estavam pela primeira vez na reunião e, deste modo, foram apresentados no começo. Na discussão do nosso grupo eles começaram a fazer muitas perguntas para as pessoas autodenominadas *transexuais*, pois estavam curiosos visto ser a primeira vez deles na reunião. Perguntaram, sobretudo, se elas tinham feito a *cirurgia de mudança de sexo*, questão que elas responderam com ênfase que sim, e que estavam muito felizes. A atenção, deste modo, recaiu sob as duas pessoas autodenominadas *transexuais* para responder e construir o quadro de nosso grupo. A pessoa que estava se tornando *travesti* se encaminhou de escrever na folha do quadro as diferenças que íamos discutir. A primeira coisa que as duas pessoas que se dizem *transexuais* do nosso grupo apontaram foi que em primeiro lugar o que as *travestis* e *transexuais* tem de semelhante é que ambas buscam *respeito*. Questão esta respondida prontamente por todos com gestos de afirmação com a cabeça. A pessoa que estava se tornando *travesti* concordou, e disse que o que todos querem é *respeito*, mas que precisaríamos nos concentrar nas diferenças. Ela continuou falando e destacou, no entanto, que as *travestis* se vestem e vivem no *gênero oposto*, enquanto a *transexual* se sente no *gênero oposto*. Uma pessoa autodenominada *transexual* a interpelou argumentando que as *transexuais* não seriam do *gênero oposto*, elas buscam um *gênero alvo*, pois elas sempre foram *mulheres*. Assim o *gênero feminino* nunca foi um *oposto* para elas e sim um *alvo* a ser alcançado. Segundo esta pessoa, para as *travestis* faria sentido falar que elas buscam um *gênero oposto*, porque as *travestis* não abandonam o *gênero masculino*. Grande parte do grupo concordou e escreveu em nosso cartaz estas questões. No lado das *travestis* lia-se *gênero oposto, pois não abandonam o gênero masculino* e no lado das *transexuais* lia-se *gênero alvo, pois são mulheres*.

Continuando a conversa acerca das diferenças foi levantada a questão da cirurgia, se ela marcaria esta diferença entre *travestis* e *transexuais*. Todos os presentes no grupo concordaram que esta seria a primeira idéia que viria a cabeça quando pensamos em

diferenças entre *travestis* e *transexuais*. Porém, foram destacadas ressalvas. As duas pessoas autodenominadas *transexuais* do grupo começaram a contar suas experiências antes da *cirurgia*. Para elas, querer a *cirurgia* parece não significar que elas não teriam usado o órgão genital antes desta. Uma das *transexuais* falou que já tinha tido um orgasmo antes da *cirurgia*, mas que depois desta, que havia sido feita há duas semanas, foi que ela sentiu o *verdadeiro orgasmo*. Ela falou que até um beijo agora faz ela se sentir excitada, pois agora ela se sente completa. Outra pessoa autoclassificada *transexual* disse que quem fala que não usa o pênis antes da *cirurgia* é mentirosa, afinal é o que elas dispõem no momento para conseguir o *mínimo* de prazer. Para ela, a questão que as diferencia das *travestis* é o *grau de desconforto* que estas têm com o órgão genital. As *transexuais* teriam um *maior grau de desconforto* e as *travestis* teriam um *menor grau*. Isto se explicaria inclusive pelo próprio *gênero* de cada uma, as *transexuais* reivindicam serem *mulheres*, e desta forma, o *gênero feminino*, enquanto as *travestis* reivindicam uma *ambigüidade*, pois mesmo querendo serem tratadas pelo *feminino*, elas permaneceriam com o principal aspecto *masculino*, o pênis.

Perguntei para elas, que se a diferença não é a *cirurgia*, e ambas, *travestis* e *transexuais*, podem vir a usar o pênis ou mesmo não querer a *cirurgia*, o que seria este *grau de desconforto*? Ana, uma pessoa autoidentificada *transexual* disse que este *grau de desconforto* se explica no seguinte fato: as *travestis* são *ativas* e *passivas* com os *homens* enquanto as *transexuais* são *passivas* sempre. E acrescentou: as *travestis* são principalmente *ativas*, pois é isso que os *homens* querem das *travestis*. Uma pessoa autoclassificada *mulher vivendo a transexualidade*, ouvindo nossa conversa acrescentou ainda que *não dá para entender mesmo o gênero das travestis*, e formulou as seguintes questões: *Qual seria a orientação sexual de alguém que procura uma travesti? É um homem que busca uma aparência feminina, mas busca principalmente a parte masculina dessa, o pênis. O que seria esse homem em termos de orientação sexual? Homossexual? Heterossexual?* Outra pessoa autoclassificada *transexual* continuou argumentando que as *transexuais* não conseguiriam ser *ativas* no ato sexual, pois *mulheres não são ativas e os homens que as procuram são heterossexuais*. Ela falou que no caso das *travestis*, elas continuam exercendo o que é considerado o símbolo do *masculino*, isto é, não apenas ter o pênis, mas usá-lo na posição *ativa*, o que faz de seu *gênero ambíguo*. Uma pessoa autodenominada *transexual* destacou ainda que as *transexuais* são *mais mulheres*, pois elas *não precisam fazer esforço para isso*, afinal sua *feminilidade* seria *natural*, e no caso das

travestis há um esforço pelo *espetáculo*, por um *feminino* que beira o *exagero*. Uma das *transexuais* a interpelou, falando que isso era preconceito dela, dando alguns risinhos. A pessoa que pretende se tornar *travesti* falou: *Olha aí o bafo!*

A discussão foi aberta para os dois grupos, e começamos a colocar as questões. O grupo inteiro concordou que seria difícil rotular de forma objetiva as diferenças. O medo de apontar as diferenças decorria também de um receio das pessoas por serem tachadas de preconceituosas. Como venho observando, as relações entre *travestis* e *transexuais* são tensas. No entanto, as diferenças já estavam escritas nos quadros da dinâmica e assim sua leitura começou a gerar certo desconforto nas pessoas presentes. Em linhas gerais, fora das diferenças e semelhanças citadas, lia-se no quadro, que as *travestis* querem *parecer mulher*, enquanto as *transexuais são mulheres*. Uma das questões que o outro grupo colocou, foi que uma das semelhanças é que *ambas nasceram homens*. E aí, o estopim foi aceso. Esta questão foi recebida como uma ofensa por parte das pessoas que se dizem *transexuais* do grupo. A pessoa que colocou esta semelhança foi uma que se autodenomina *trans* e às vezes *travesti*. Ela disse que no fundo todas ali eram *homens*, e se saírem na rua, inclusive, iriam ser chamadas de *viado*. Ela disse que se dizia *trans*, *transsexual*, ou o nome que for, e que isso não mudava o fato que ela era um *homem que se transformou em mulher*.

Algumas pessoas que se autodenominam *transexuais* no grupo começaram a dizer que elas nunca foram *homens*, elas nasceram *mulheres*. Uma delas, a mesma que explicou que as *transexuais são somente passivas e as travestis ativas e passivas*, falou que essa idéia de achar que as *transexuais são homossexuais* é um erro, pois é achar que *gênero* é igual à *sexualidade*. Explicou toda a importância da separação de tais dimensões, mesmo tendo ligado tais dimensões em sua relação entre atos sexuais, gênero e orientação sexual. Apontou que as *transexuais* podem ser *homossexuais*, *heterossexuais* e *bissexuais*, e terminou sua fala dizendo que ela é uma *mulher heterossexual*. Uma pessoa autodenominada *travesti* que estava no outro grupo começou a tirar fotos, e uma das *transexuais* de nosso grupo se sentiu ofendida, dizendo que o grupo não era para isso. Esta pessoa autoclassificada como *travesti* começou a falar, dizendo não saber o porquê das *transexuais* ficarem tão ofendidas em ouvirem que já foram *homens*. Ela disse que acha que uma pessoa *transsexual* é aquela que *é tão mulher, tão mulher, e tão fina e elegante, que se passa por uma mulher em qualquer lugar, que não tem exagero sabe, de travesti, e não precisa assim se esforçar em dizer que é mulher, pois todos já vêem e sabem*. Sua fala,

em tom irônico, deixou no ar a questão de que o fato das *transexuais* se esforçarem tanto em falar que são *mulheres*, já mostra que elas não o são.

A coordenadora fechou a discussão do grupo, e para acalmar os ânimos retomou que a principal questão mesmo são as semelhanças entre elas, e esta é que todas querem *respeito* (cabe constar que no quadro esta era a única semelhança que todos concordavam). Ela começou a relatar a dificuldade de conceitualizarmos o que é *travesti* e *transexual*, e como os elementos que elencamos na reunião são todos estereótipos. Ela falou: *No final, nós somos vistas como doidas e putas*. Continuou explicando que as *travestis* são sempre vistas como *prostitutas e pobres*, e as *transexuais* como *loucas e depressivas*. Segundo ela é assim que elas são vistas pelo conhecimento médico, e para grande parte das pessoas. Estes *estereótipos*, segundo ela, são usados pelas próprias *trans*, além deles servirem de acusação umas contra as outras. Ela disse que se for pensar mesmo, ela nem é *transexual* e sim *mulher*, pois já foi *operada*. A coordenadora usa o termo *mulher que vive a transexualidade*. Segundo ela, o uso do termo *transexual* se faz no contexto político de militância. De acordo com ela, falar que estas diferenças entre *travestis* e *transexuais* são *estereótipos* não significa dizer que não existem diferenças entre elas.

1.1.2 As Terças Trans

As *Terças Trans* são encontros quinzenais organizados pela Secretaria de Travestis, Transexuais e Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT). As pessoas que freqüentam regularmente as reuniões chamam as *Terças Trans* de grupo, utilizando a locução *o Terças Trans* para evocar o sentido de *o grupo Terças Trans*. As reuniões são realizadas no Centro de Referência em Diversidade (CRD), no entanto, as *Terças Trans* não tem ligações institucionais com este.

Em sua maioria, as *Terças Trans* são compostas por pessoas que se identificam como transexuais e trans. Regularmente, somente uma pessoa identificada como travesti participava do grupo. No entanto, em algumas reuniões tinham mais pessoas auto-identificadas como travestis. Existem pessoas nas *Terças Trans* que não se identificam nem como travestis, nem como transexuais e existem aquelas que se utilizam de ambas as categorias, dependendo da situação. Há também o uso do termo trans. Também participam do grupo pessoas interessadas na temática de travestis e transexuais, como estudantes universitários que estão realizando pesquisas acadêmicas, psicólogos e antropólogos, dentre estes, eu próprio.

Mesmo que a participação no grupo seja aberta, ele se dirige especificamente, às *peessoas trans e suas transgeneridades*. O termo *peessoas trans* foi escolhido para abarcar tanto travestis quanto transexuais pelas participantes. O termo *transgeneridades* marcaria várias outras definições, como cross-dresser, ou novas categorizações que surgem neste universo. Vale constar que algumas travestis que freqüentam o CRD não se sentem representadas pelo termo *peessoas trans*, achando-o um sinônimo de transexual, sendo que em alguns casos apontam tal questão como o fator principal de não participarem das *Terças Trans*, falando frases como *lá é lugar de trans*.

A freqüência das reuniões é altamente variada, sendo que regularmente freqüentam cerca de dez pessoas. Dentre estas freqüentadoras assíduas do grupo, grande parte tem a cor de pele clara, mas existem algumas de cor de pele mais escura, uma das quais se define como *morena*. As idades variam de 20 a 60 anos, tendo uma maior prevalência de pessoas de mais de 35 anos. Somente uma pessoa que freqüentava regularmente identificava-se como *travesti*, e autotransclassificava-se em termos de cor/raça como *branca*. Nenhuma dessas pessoas que freqüentam assiduamente o grupo trabalhava na prostituição, no entanto, em alguns encontros algumas destas estiveram presentes.

Minha participação nas *Terças Trans* se deu primeiramente por minha negociação com o CRD acerca da possibilidade de acompanhar suas atividades. A partir do contato com o CRD conheci as *Terças Trans*, e conseqüentemente realizei negociações no grupo para minha inserção em suas reuniões. A participação nas *Terças Trans* é livre para qualquer pessoa, no entanto, conversei com sua coordenadora, falei de meu interesse de pesquisa e fui apresentado na primeira reunião, assim como nas seguintes, já que em todas as reuniões as pessoas são apresentadas. Minha apresentação como “antropólogo que estuda travestis e transexuais” era assim um rito recorrente. Acompanhei os encontros de setembro de 2008 a outubro de 2009, quando fiz observações de campo e conduzi entrevistas com algumas freqüentadoras. Neste capítulo me ocuparei, sobretudo, das observações das interações entre as participantes das *Terças Trans* e algumas observações do cotidiano do CRD.

Como sinalizei no relato acima, as *Terças Trans* funcionam no formato de dinâmicas, em que todos são chamados a participar contando vivências pessoais. Como o grupo é ligado à APOGLBT e a própria coordenadora é uma militante conhecida, muitos dos temas discutidos fazem parte da agenda política dos movimentos de travestis e transexuais. Dentre estes temas, destaca-se a despatologização da transexualidade, acesso

ao sistema de saúde, discussões sobre o uso de silicone industrial e hormônios, inserção no mercado de trabalho e prostituição. Vale destacar que algumas reuniões procuraram explorar tensões ocorridas no próprio grupo, e de disputas mais amplas do movimento social de travestis e transexuais, tais como as discussões sobre *Travestis, Prostituição e Democracia* e *Travestis e Transexuais: esta mistura dá certo?*. Também são realizadas reuniões com temas considerados pelas participantes como de *autoajuda* ou *terapêuticos* como, por exemplo, uma reunião sobre *Solidão* e outra sobre *Vida*.

Mesmo que as *Terças Trans* tenham ligações com a APOGLBT, elas não são definidas por seus/suas participantes somente enquanto militante. Nas palavras de sua coordenadora, “o grupo” se define como *meio militante, meio autoajuda*. Menos do que um lugar para praticar militância, as participantes o definem enquanto um espaço de vivência, troca de informações sobre meios de lidar com preconceito e discriminação e também como um lugar de conhecimento de si. No entanto, os temas de militância e autoajuda cruzam-se em vários momentos, não são tão distintos. É possível destacar, por exemplo, como em muitos casos as vivências pessoais validam uma posição política.¹²

Em algumas dessas reuniões são chamados especialistas como médicos e advogados para tirarem dúvidas das frequentadoras acerca de temas nos quais estão engajados. Assim, ocorreu uma reunião com o advogado do Centro de Referência em Direitos Humanos GLBT de São Paulo, na qual foram discutidas ações jurídicas contra preconceito e para a afirmação da identidade, como discriminação no trabalho e mudança de sexo e nome civil. Especificamente no mês de julho de 2009, chamado de *Mês da Saúde TT*, foram realizadas ações especiais para as *Terças Trans*, onde estavam presentes profissionais da saúde, como psicólogos, enfermeiros e médicos para a discussão com as frequentadoras. Uma dessas reuniões ocorreu por ocasião da inauguração em São Paulo de um Ambulatório de Saúde para travestis e transexuais, com sede no CRT-Aids da Santa Cruz. Nesta reunião participaram outras pessoas que geralmente não frequentam as *Terças Trans* (com maior prevalência de pessoas autodenominadas transexuais). Para os técnicos presentes nesta reunião, via-se a idéia de que as *Terças Trans* era um espaço para buscar as demandas para a implantação do Ambulatório e divulgação de suas atividades. As *Terças Trans* foram tomadas como locus privilegiado por esses técnicos à procura das “vozes” dessas pessoas. No entanto, cabe destacar que tais técnicos já atendiam travestis e

¹² Essa articulação entre militância e autoajuda remete a uma característica recorrentemente observada nos grupos e associações que compõem o movimento homossexual ou LGBT no Brasil, desde o pioneiro grupo Somos. Ver MacRae (1990), Facchini (2005), Simões e Facchin (2009).

transexuais, já que o ambulatório se encontra fisicamente no CRT-Aids Santa Cruz, lugar que muitas travestis e transexuais soropositivas freqüentam para o tratamento do HIV-Aids. Destaco aqui esta reunião, pois isto aponta para a importância e relevância do espaço das *Terças Trans* no cenário da militância em São Paulo.

A reunião específica sobre as diferenças entre travestis e transexuais, descrita no começo deste capítulo, merece destaque pois condensa uma série de tensões, conflitos e processos de diferenciações existentes entre pessoas assignadas como nascidas do sexo masculino e que se constroem naquilo que consideram feminino. Esta reunião condensa o que considero o tema mais presente nas *Terças Trans*, as diferenças entre travestis e transexuais. Para discutir este tema, irei olhá-lo de dois ângulos diferentes, mas não exclusivistas. A primeira entrada diz respeito às classificações e convenções, sobretudo aos usos e deslocamentos de convenções médicas e psicológicas pelas participantes. A segunda entrada para o tema das diferenças será uma discussão acerca de corporalidade e diferenças, buscando entender o modo como elementos ligados à corporalidade são acionados para produzir diferenças entre as participantes das *Terças Trans*.

Uma situação especial que irei focar neste tópico são as tensões e trocas de acusações entre travestis e transexuais, que evidenciam os usos de convenções médicas e psicológicas na produção das diferenças. Considero que as trocas de acusações e as tensões presentes nas *Terças Trans* dramatizam as diferenças entre as participantes.

A organização da análise nestas duas linhas tem finalidades analíticas e não implica entendê-las como distintas. As duas linhas apareceram inter cruzadas em vários momentos na pesquisa de campo e estão imbricadas na produção das diferenças entre travestis e transexuais. Procurarei em dados momentos fazer as pontes necessárias, além de retomá-las conjuntamente na conclusão do capítulo.

1.2 Classificações e convenções em movimento

1.2.1 Sobre naturezas e essências

Como mostra a discussão da reunião descrita no começo do capítulo, o valor atribuído à cirurgia de transgenitalização (também referida como *mudança de sexo* ou *readequação sexual*) é um ponto central e recorrente na elaboração das diferenças entre travestis e transexuais. Essa convenção sobre as diferenças entre travestis e transexuais tem como base as concepções médico-psiquiátricas, expressas pelas especificações destes

conceitos no CID 10 e no DSM IV¹³. Tais definições continuam semelhantes às definições de Harry Benjamin, autor que sistematizou o conceito de transexualismo na década de 1950¹⁴. Para Benjamin, as diferenças básicas entre travestis e transexuais encontram-se na relação que cada qual mantém com seu respectivo órgão genital e com o desejo da cirurgia de transgenitalização: enquanto as travestis não desejam esta cirurgia e sentem prazer com o órgão genital, as transexuais a desejam e sentem desconforto e “profunda infelicidade” em relação ao seu órgão genital. Para o autor, isso estaria associado ao desenvolvimento de convicções distintas de identidade de gênero, assim, as travestis não se sentem mulheres, sabem que são homens, enquanto as transexuais afirmam que sempre se sentiram mulheres, desde o nascimento.

Desde os primeiros casos de pessoas autoidentificadas como transexuais após a disponibilidade técnica da cirurgia de transgenitalização, assim como a própria criação do conceito de transexualismo, o discurso e o reconhecimento destas pessoas esteve extremamente ligado a possibilidade de se passar enquanto transexual para uma equipe médica e psicológica. Assim, é possível perceber, sobretudo no caso de pessoas autoclassificadas como transexuais, que o reconhecimento de si é legitimado pelo crivo do diagnóstico. Não se trata somente de se dizer transexual, e sim de convencer uma equipe que você o é. Como já destaquei, grande parte das pessoas que participam das *Terças Trans* autoclassificam-se como transexuais. A valorização de argumentos que remetem a um discurso biomédico da sexualidade e gênero esteve presente em várias reuniões. Tais argumentos que procuram focalizar o natural como fonte de explicação, como a idéia da transexualidade enquanto inata, parecem ter grande legitimidade entre as participantes.

Uma discussão em que o tema debatido foram os *homens-trans* pode exemplificar esta questão. Eduarda, uma pessoa autoidentificada como *mulher vivendo a transexualidade* afirmou que quando ela conheceu o primeiro *homem-trans* não ficou surpreendida, pois ela viu a sua *experiência* no outro, só que expressa ao contrário. Segundo ela, esta *experiência transexual* acontece no mundo inteiro. Ela começou a elencar exemplos de outras culturas, como Tailândia, Índia, China, e disse assim que a *experiência transexual é universal*. Nessa reunião, estavam presente cinco estudantes de

¹³ O CID é o Código Internacional de Doenças (pode ser dito também: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) organizado e publicado pela Organização Mundial de Saúde e está em sua 10ª edição que saiu em 1992. Já o DSM é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana e sua quarta e última edição foi publicada em 1994.

¹⁴ Retomarei esta discussão no capítulo 3.

antropologia, e um destes se pôs a explicar que nessas outras culturas a *experiência* não poderia ser a mesma que a nossa, pois seria constituída por valores e significados diferentes. Prontamente, Eduarda e Roberta, uma pessoa autotranssexualizada *transsexual*, contra-argumentaram que estavam se referindo ao *físico*, e não ao *cultural*, e que *fisicamente é tudo igual*. Destacaram ainda, que se existem diferenças culturais - e deram como exemplo as *hijras* da Índia¹⁵, ressaltando o fato que elas são valorizadas e não discriminadas - isso só confirmaria que o problema do preconceito é *cultural*. Roberta se pôs a falar também que há inclusive uma porcentagem de pessoas que nascem *transexuais*. Segundo ela, uma bióloga americana *transsexual*, tem um trabalho que afirma que o nascimento de pessoas *transexuais* é importante para o controle de natalidade das populações. Assim, é como se as *transexuais* representassem um tipo de evolução natural que promove um tipo de controle de natalidade. E se é tão natural como a evolução, então não é patológico. Roberta terminou falando que tal argumento só confirma que a *transexualidade não é doença, mas uma condição natural*.¹⁶

Essa discussão realçou a idéia de uma *universalidade* da *transexualidade*. A categoria utilizada para enfatizar esta *experiência universal* foi *transexualidade*, e não travestismo, travesti ou travestilidade. A *transexualidade* foi utilizada por Eduarda e Roberta como uma categoria englobadora, vista como uma forma “correta” e “científica” de se descrever a *experiência* destas pessoas. Assim, quando se fala que a categoria *transsexual é universal*, significa dizer que esta abarca também *travestis*, assim como as *hijras* da Índia. Todas estas pessoas seriam, no argumento de Eduarda e Roberta, pessoas *transexuais*.

É *universal* e é *natural*, pois inclusive nasce uma porcentagem de pessoas transexuais no mundo. Segundo Eduarda, ver o primeiro *homem-trans* não foi uma surpresa, pois ela viu no outro sua *experiência* ao contrário. Eduarda promove comparações transculturais entendendo que *fisicamente tudo é igual*. Mesmo com a interpelação do antropólogo sinalizando que o termo *transexualidade* poderia não ser aplicável para outras culturas, as participantes apontam que estão se referindo ao *físico*. E isso não me parece que exclui o lugar do antropólogo, mas redimensiona sua localização. O argumento do antropólogo marcava uma concepção que *hijras* não podem ser definidas como *transexualidade*, pois, tal termo é uma forma que nós “ocidentais” entendemos estes trânsitos. Segundo o mesmo,

¹⁵ O exemplo das hijras foi citado porque na época desta reunião estava passando na Rede Globo a novela “Caminho das Índias”, exibida em 2009.

¹⁶ Caderno de Campo, dia 14 de Abril de 2009.

talvez nem a idéia de trânsito pudesse ser usada no entendimento destas práticas na Índia, pois esta idéia prevê que o gênero é binário. Assim, para o antropólogo, corpo e *físico* seriam também construções culturais, enquanto para Eduarda e Roberta corpo e *físico* são categorias *naturais*. Deste modo, o lugar do antropólogo em seus argumentos é o lugar do não-físico, isto é, do preconceito cultural, e não da discussão sobre natureza. Argumentos da antropologia e das ciências sociais não fornecem para estes sujeitos as concepções naturalistas e essencialistas acionadas em suas interpretações, no entanto, tal saber pode servir para analisar o preconceito.

Assim como uma série de médicos, biólogos e psicólogos, Eduarda e Roberta concebem a *experiência transexual* como algo *natural* e *universal*. É interessante, no entanto, que se elas escolhem este campo do biológico para suas explicações, seu resultado não será uma patologização da transexualidade, como nos manuais internacionais. Segundo elas, o fato desta *experiência* ser *universal*, isto é, *fisicamente é tudo igual*, só comprova que o problema é *cultural*, pois em algumas outras culturas não haveria preconceito, como no caso das hijras. Eduarda e Roberta estão tentando abrir lugar naquilo que elas chamam de *natural* e, desta forma, elas precisam agenciar outros argumentos para produzir esta natureza da transexualidade. Roberta afirma que o nascimento de *transexuais* faz parte de um tipo de controle de natalidade que, por sua vez, é devedor da evolução natural. A transexualidade é tão natural que ajuda em um controle de natalidade produzido pela evolução natural. E assim a existência de transexuais é ligada à reprodução da vida humana. A evolução, natalidade e reprodução são acionadas para marcar esta naturalidade da transexualidade, que promove um efeito de despatologização em seus argumentos, pois algo tão *natural* não pode ser *patológico*¹⁷.

1.2.2 A descoberta de si: sofrimento e feminilidade

Assim como foi possível perceber estes usos de argumentos de origem biológica, também foi freqüente uma valorização do discurso das ciências de radical psi e de discursos ligados a estes saberes como a autoajuda. Em uma das reuniões, Cristina, uma pessoa autoidentificada como *transexual*, disse que há dez anos se considerava *gay*, há quatro *travesti* e agora *trans*, e essas mudanças se devem, pois ela foi atrás de *informações*

¹⁷ Jane Russo (2006) observa que despatologização não necessariamente significa desbiologização da sexualidade e gênero. Muitos argumentos biologizantes são a favor da despatologização. Os sexólogos europeus do sec. XIX, dentre eles Hirshfeld, por exemplo, argumentavam que os “desvios sexuais” eram inatos, e não acreditavam que tais pessoas sofriam de algum transtorno mental.

que a fizeram compreender quem realmente ela é. A “informação” conquistada a partir da psicoterapia aparece como um elemento chave para elas conhecerem sua “verdade íntima”. Em seu relato, *trans* é tomado como sinônimo de transexualidade, sendo que a proposta das *Terças Trans* era entender tal categoria como um conjunto de travestis e transexuais, e até mesmo homens-trans. De fato, como veremos neste capítulo, algumas pessoas são consideradas “mais trans” que outras, e o diagnóstico de transexual é algo agenciado para marcar este lugar “mais trans”.

Cristina aponta esta importância da descoberta de si, questão que todas parecem concordar. No entanto, ela procura ponderar suas afirmações dizendo que talvez nem todas as *trans* precisem de psicoterapia. Não é necessário a psicoterapia, no entanto, há algo profundamente desestabilizante em ser travesti ou transexual. Assim, mesmo que nem todas precisem de psicoterapia, esta é extremamente recomendada. O profundo desequilíbrio que marca, sobretudo, ao que chamam de *experiência transexual* ficou mais claro em uma reunião em que foi discutido o tema de *Crianças Trans*.

Nesta reunião acerca de *Crianças Trans* foi possível perceber uma série de relatos no qual a descoberta de ser transexual foi algo notado ainda na infância, e motivo de grande sofrimento. Foi exibido um documentário chamado “My secret self”¹⁸, realizado nos Estados Unidos e no qual era apresentado alguns casos de *crianças-trans*, que seriam pessoas assignadas ao nascer como homens e que se entendiam como *meninas*, todas de família de classe média, brancas e diagnósticas com Gender Identity Disorder (GID)¹⁹. Eram apresentados casos de crianças que se suicidaram pelo fato de não conseguirem o apoio para as transformações corporais desejadas, e outras que estavam felizes, pois teriam conseguido apoio dos pais. Depois desta reunião, Joana, que se autoidentifica enquanto *mulher vivendo a transexualidade* escreveu um texto que ficou disponível no blog do grupo. Lia-se no texto as seguintes passagens:

[...] *Ora, vamos parar de hipocrisia. Eu tive consciência da minha condição feminina a vida toda e o fato de não poder me assumir mais cedo me trouxe tantos sofrimentos [...] Encontrei milhões de erros na matéria. Primeiro que não se trata de um menino que quer virar menina. Trata-se de uma menina trans, criança, que quer assumir seu gênero feminino. E ainda bem que essa mãe está sabendo apoiar, pois a pequena trans, cujo nome de batismo é Cameron, enforcou-se com um cinto por não poder assumir-se na escola como menina. Para ficar pior,*

¹⁸ Documentário realizado em edição especial pela Rede de Televisão norte-americana ABC, exibido em 2007, sob direção de George Paul e Ann Benjamin Ruff, tendo como repórter âncora Barbara Waters, disponível, em partes, no youtube em <http://www.youtube.com/watch?v=Utpam0IGYac>.

¹⁹ Diagnóstico realizado segundo especificações do DSM IV.

outra criança trans, tbm de nome civil Cameron, suicidou-se pelo mesmo motivo, tudo nesta semana que passou. E ai gente?? Vamos continuar fechando nossos olhos? Ou vamos dizer que crianças de 10 anos não tem discernimento nem capacidade para cometer suicídio?? [...] (Texto de Joana, respeitada a grafia original, disponível no blog das Terças Trans e capturado no dia 05 de dezembro de 2009)

Joana afirma que não concordava com várias questões apresentadas na reportagem. Uma das ideias era que a transexualidade é algo que se escolhe, que é uma *opção*. Joana atualiza em seu relato uma série de elementos que fazem parte do diagnóstico de transexuais. Uma das preocupações clássicas dos médicos que estudaram as transexuais, como Robert Stoller e Harry Benjamin, era o entendimento de que tal experiência tinha sua etiologia ainda na infância. Outra questão evidente do diagnóstico e freqüente nas falas de pessoas identificadas como transexuais das *Terças Trans* é este lugar do sofrimento na afirmação do eu, expresso pelas tentativas de suicídio. Vemos a idéia de que a criança sempre teve uma *condição feminina*, isto é, não é um *menino que quer virar menina*, mas sim uma *menina* desde sempre – uma *menina trans* – e o fato de não poder assumir sua *condição feminina* é o que provoca este profundo sofrimento, que pode ter conseqüências graves, como o suicídio. Joana se contrapõe ao argumento da *transexualidade* como *opção* exibido na reportagem, pois segundo este argumento crianças não teriam o discernimento para escolher se querem ou não fazer as transformações em seu corpo. E é essa questão que Joana responde quando afirma: *Vamos continuar fechando nossos olhos? Ou vamos dizer que crianças de 10 anos não tem discernimento nem capacidade para cometer suicídio??*. O sofrimento e a morte são agenciados para marcar o não poder ser quem é, ou em suas palavras *não poder sentir, não poder ser*. O sofrimento aqui é agenciado em um sentido de reivindicação política, ao mesmo tempo em que reafirma as características clínicas clássicas das transexuais. Em outras passagens de seu texto, nas quais as referências eram mais pessoais, ela realizava outras analogias com a morte como *aqueles que não me ajudaram, colocaram mais uma pedra na porta do meu caixão íntimo*.

Portanto, o fato de querer ser *mulher* ou *feminina* tendo nascido em um corpo assignado como masculino é apontado como fonte de sofrimento, dor e morte. Em seus relatos, o sofrimento é este desacordo entre sexo e gênero, que provoca o fato de não se saber quem é, ou o que é, já que seria um corpo nascido com pênis, mas com o psiquismo feminino, que sempre foi *menina*. O fato de não sentir este sofrimento profundo, já pode ser um indício de que a pessoa não é tão mulher assim, o que marca a cirurgia como

elemento central, a cura para a *disforia*. O lugar do sofrimento constrói aqui um tipo de feminilidade.

Na mesma reunião em que foi discutido sobre *homens-trans* foi possível perceber tais questões. As pessoas presentes começaram a falar da importância da psicoterapia, de se conhecer. Uma pessoa autotranssexualizada como *transsexual*, disse que foi a psicoterapia que a fez descobrir a se amar e se aceitar completamente. Ela disse que já se autotranssexualizou como *cross-dresser*, mas disse que foi uma fase, como para muitas outras *trans*. Fazer psicoterapia a fez tomar as iniciativas de se assumir completamente, pois quando era *cross-dresser* não ficava vinte e quatro horas por dia de *mulher*. Ela afirmou que muitas pessoas começam sendo *cross-dresser*, depois viram *travestis* e depois *transsexuais*. Esta mesma *transsexual* ainda apontou que a patologização é importante, pois *quando sabemos o que somos, e que somos doentes, é possível se sentir como pertencente a algo, e abre-se a possibilidade de ajuda, de que é algo natural*.²⁰

A mediação da psicoterapia pode ajudar neste sofrimento considerado inerente a um corpo assignado como nascido do sexo masculino, mas identificado como feminino. A *transsexual* da transcrição acima afirma que a classificação enquanto doença dá um lugar existencial para tais pessoas, confirmada pela categoria *natural*, tão desejada. No entanto, vale constar que as posições acerca da patologização são múltiplas, desde relatos como este que apontam a importância desta, até relatos contra a patologização. O interessante é que o objetivo dos dois tipos de argumentação, contra e a favor, parece ser o *direito de ser*. Assim, o *direito de ser* para muitas é mediado pela patologização e, para outras, este mesmo direito é contraposto à patologização como no título da reunião acerca da despatologização da transexualidade que era: *Transexualidade: patologia ou direito de ser!!*.

Uma outra questão que fica implícita nestes relatos que descrevi é que existe uma hierarquia de auto-conhecimento de si, no qual a categoria *transsexual* é o topo e as categorias *cross-dresser* e *travesti* as partes inferiores. A ligação íntima do discurso da transexualidade com tais saberes médicos e psicológicos fazem com que eles se convertam em elementos de distinção entre *travestis* e *transsexuais*. *Travestis* e *cross-dressers* não são tão femininas, não sofrem tanto, pois não desejam ter vagina, deste modo, não devem ser tão resolvidas. É como se tais pessoas que se auto-identificam *travestis* ou *cross-dressers*

²⁰ Caderno de Campo, dia 14 de Abril de 2009

não soubessem quem são, ou que tais identidades são degraus inferiores numa escada de autoconhecimento que culmina com a categoria transexual, a “verdadeira” mulher.

Deste modo, o fato de ter feito psicoterapia também as coloca como mais legítimas em saber quem são. Ter passado pelo crivo médico-psiquiátrico faz com que algumas transexuais se sintam “mais mulheres” que travestis. Tais questões ficam evidentes no relato feito no começo deste capítulo, no qual é possível perceber algumas pessoas autoidentificadas como *transexuais* afirmando o fato de ser *operada* ou que está por vias de realizar a cirurgia de transgenitalização. Ser *operada* ou querer ser *operada* parece ser uma forma de reivindicar uma feminilidade legítima. Assim, querer ter uma vagina ou já tê-la as coloca como mais mulheres, do que pessoas que gostariam de permanecer com o pênis, mas construir atributos entendidos como femininos. Algumas situações de conflito e troca de acusações podem exemplificar esta questão.

Em uma reunião cujo tema era *Vida*, as participantes começaram se apresentando, como de costume, sendo que grande parte das pessoas se classificava como *trans* e *transexual*. A única pessoa autotransclassificada como *travesti* era Charlotte, que se apresentou da seguinte forma: *Sou 100% travesti e tenho muito orgulho disso*. Charlotte começou a contar um pouco de sua história. Disse que viveu sua vida inteira se reprimindo e somente agora depois dos quarenta anos teve coragem e convicção de se tornar *travesti*. No começo de tudo isso ela não sabia o que era realmente, se era *transexual* ou *travesti*, ou como ela disse *se eu tinha um fetiche*. Nesse momento, Charlotte foi interpelada por uma pessoa autotransclassificada como *transexual*, que também começou seu processo de transformação depois dos quarenta anos. Esta pessoa citou alguns trabalhos da psiquiatria e psicologia sobre *travestis* e *transexuais*, como Harry Benjamin e Robert Stoller. Disse que acha até mais interessante a expressão *Síndrome de Benjamin* criada por Benjamin, do que *transexualismo*. Ela provocou Charlotte dizendo que não tem como ela ter certeza se é *travesti* ou *transexual* sem o diagnóstico médico. Disse ser necessário procurar um médico e psicólogo para isso, assim como para realizar o tratamento hormonal. Ao longo da conversa, essa *transexual* chamou Charlotte pelo artigo *o*, e quando retrucada por ela, disse que não sabia como se referia a *um travesti*, se por *ele* ou por *ela*.²¹

Nesta discussão, a pessoa autotransclassificada como *transexual* valorizava o discurso biomédico e psicológico e sua taxonomia como uma forma legítima de conhecimento de si. Esta transexual deslegitimava a fala de Charlotte, pois esta não teria passado pelo crivo de

²¹ Caderno de Campo, dia 2 de Dezembro de 2008

tais saberes. Tais questões ficam evidenciadas em seu uso da expressão *Síndrome de Benjamin*. O diagnóstico médico legitima uma feminilidade bem performatizada, pois alguém que consegue “convencer” uma equipe médica e psicológica de que é uma mulher, protege sua feminilidade do alvo de dúvidas²². A deslegitimação funciona, pois ambas na situação, Charlotte e a pessoa auto-identificada *transexual*, compartilham o fato de quererem ser femininas. E é neste sentido que esta transexual deslegitima a feminilidade de Charlotte pelo uso de artigos e pronomes no masculino. É deslegitimando o outro que ela se legitima, e marca uma feminilidade mais *natural*.

1.2.3 Ativas ou passivas? Heterossexuais ou homossexuais?

Se a cirurgia de transgenitalização ou o seu desejo, o sofrimento e profunda certeza de ser mulher podem ser elementos vistos como as principais características que diferenciam travestis e transexuais, podemos perceber que outros elementos também se articulam a estes. Como as participantes das *Terças Trans* sinalizam na reunião descrita no começo deste capítulo, mesmo que o fato de ser *operada* ou querer ser seja o que primeiro pensamos quando marcamos as diferenças entre travestis e transexuais, este poderia não ser a principal diferença. Elas afirmaram que algumas *transexuais* podem não querer realizar esta cirurgia, contrapondo o principal componente do diagnóstico segundo suas especificações atuais. Acrescentaram ainda que não concordam que as *transexuais* não sentem prazer com o *órgão*²³ antes da cirurgia de transgenitalização, outro pilar do diagnóstico das “verdadeiras” transexuais. Segundo elas, quem diz que não sente prazer com o *órgão* antes desta cirurgia é uma mentirosa.

²² Vale constar que as relações com a psicoterapia, afirmar o sofrimento, profunda certeza de ser uma mulher e de querer a cirurgia são aspectos apontados por Teixeira (2009) e Bento (2003;2008) e Leite Jr. (2009) como legítimos para se dizer que é transexual. Como aponta Teixeira (2009), as pessoas autoidentificadas transexuais que se candidatam a realização da cirurgia de transgenitalização sabem da impossibilidade de alcançar tal cirurgia e outras importantes intervenções no corpo na ausência do diagnóstico, já que muitas também não possuem recursos financeiros para arcarem com tais procedimentos em clínicas particulares no Brasil e no exterior. Assim, elas se engajam em um aprendizado das regras do jogo de convencimento da equipe que envolve, segundo Teixeira (2009), um jogo de autonomia, isto é, ser aquilo que o outro quer que eu seja, pois o medo de não ser elegível para o diagnóstico é uma realidade concreta para elas. Assim, nas entrevistas e no atendimento psicológico as transexuais procuram se espelhar naquilo que os médicos e psicólogos esperam de uma transexual “verdadeira”, que tem como espelho as expectativas das convenções de gênero do que é mulher, ou uma “mais mulher” como veremos. Bento (2008) aponta como os relatos das transexuais sinalizam como ao chegarem ao hospital, as candidatas à cirurgia de transgenitalização constroem narrativas adequadas as expectativas da equipe, omitindo alguns fatos, ressaltando outros (Bento, 2008, p. 73).

²³ Destaco aqui que elas chamam o pênis de *órgão*, enquanto quando são colocadas a se referir ao *órgão* genital feminino, se referem à *vagina*.

Se, segundo elas, não seria a cirurgia de transgenitalização, o ódio e a repulsa pelo órgão genital pênis que marcaria a diferença entre travestis e transexuais, perguntei então qual seria esta diferença. Nesta reunião referida, elas chegaram a conclusão de que a diferença entre as *travestis* e as *transexuais* é o *grau de desconforto* com o órgão genital. Ambas usariam o pênis; no entanto, a *transexual* usa este pênis somente para conseguir um mínimo de prazer. Como diz uma *transexual*, marcando sua posição de *operada: somente agora, depois da cirurgia, que eu senti o verdadeiro orgasmo, agora até um beijo me deixa toda excitada.*

Se ela já teria usado o *órgão* antes da cirurgia de transgenitalização, o que seria este *grau de desconforto*? Pois, se elas estavam propondo deslocar o lugar desta cirurgia nas suas definições do que é transexual, o relato que o *verdadeiro orgasmo* só viria após esta cirurgia reafirmaria esta ou o seu desejo como a base das diferenças entre travestis e transexuais. Decidi investigar mais e perguntei novamente o que seria este *grau de desconforto*, já que algumas transexuais poderiam não querer fazer a operação, como elas próprias me apontaram. Ana, uma pessoa autoidentificada *transexual* então chegou a conclusão que as *transexuais* seriam somente *passivas* e as *travestis* seriam *ativas* e *passivas*.

O fato das *travestis* serem *ativas* e *passivas*, segundo Ana, faria delas *ambíguas*, enquanto o *gênero* da *transexual* seria *definido*, elas seriam *mulheres*. A *ambigüidade* das travestis é, sobretudo, representada pelo masculino “pênis que penetra”. E esta *ambigüidade* faz das travestis menos femininas que as transexuais. Deste modo, como não seria a cirurgia que marcaria a diferença e uma maior feminilidade das transexuais, será a diferença entre *ativas* e *passivas* que irá compor a hierarquia de gênero que as perpassa. Se, como indiquei, em alguns momentos a cirurgia faria as transexuais “mais mulheres” que as travestis, aqui é o fato de elas são somente *passivas* enquanto as travestis são *ativas* e *passivas*.

Tais questões ficam evidentes nesta mesma reunião, quando algumas transexuais falam das diferenças dos *homens* que procuram *travestis* e dos *homens* que procuram *transexuais*. Ana afirmou que as *travestis* são principalmente *ativas*, pois é isso que os *homens* querem das *travestis*. Outra pessoa autodenominada *transexual* do grupo, acrescentou ainda que não dá para entender o gênero das *travestis*, e formulou as seguintes questões: *Qual seria a orientação sexual de alguém que procura uma travesti? É um homem que busca uma aparência feminina, mas busca principalmente a parte masculina*

dessa, o pênis. O que seria esse homem em termos de orientação sexual? Homossexual? Heterossexual? Outra transexual continuou argumentando que as *transexuais* não conseguiriam ser *ativas* no ato sexual, pois *mulheres não são ativas*, assim os *homens* que as procuram são *heterossexuais*²⁴.

Deste modo, segundo estas transexuais as *transexuais* são *passivas e femininas* e os *homens* que as procuram para relações afetivas e sexuais são *heterossexuais*. Já os *homens* que querem as *travestis*, as *querem* principalmente pelo fato delas serem *ativas*, e deste modo, não dá para saber se eles são *homossexuais* ou *heterossexuais*. Tais *homens* não podem ser totalmente *heterossexuais*, mas também não podem ser totalmente *homossexuais*, já que buscam uma pessoa com *aparência feminina*. Aqui, uma questão desponta, as *travestis* parecem *mulheres*, mas não são. Somente parecer *mulher* não adianta para ser *mulher*, para ter o *gênero definido*, pois *mulheres não são ativas*. É a partir destas convenções que uma das transexuais acima citadas afirma: *não dá para entender mesmo o gênero das travestis*, o que deslegitima o fato de algumas *travestis* quererem ser reconhecidas como *femininas*, mesmo que não se reconheçam *mulheres*.

Estas transexuais articulam identidade de gênero, prática sexual e orientação sexual na produção das diferenças entre travestis e transexuais. No caso das transexuais a identidade de gênero é definida, porque a orientação sexual também o é, assim como suas práticas sexuais. Elas são femininas e passivas e os homens masculinos que as procuram só podem ser heterossexuais e só podem gostar de penetrá-las, pois não buscam nelas o “pênis que penetra”. Estas articulações argumentadas pelas transexuais nesta reunião em que o tema foram as diferenças entre travestis e transexuais encontram-se expostas no esquema abaixo:

	Identidade de gênero	Práticas Sexuais	Orientação Sexual	Parceiros
Transexuais	Feminina	Passivas	Heterossexuais	Homens Heterossexuais
Travestis	Aparência Feminina, mas gênero ambíguo, pois penetram com o pênis	Ativas e Passivas	Indefinida	Homens Indefinidos

²⁴ Caderno de Campo, Dia 28 de Abril de 2009.

O pensamento relacional destas transexuais pressupõe o desejo heterossexual, ou heterogênero, já que as participantes não acreditam que as genitais ou sexo definem gênero, pois alguém pode ser assignado ao nascer como homem e querer se construir e viver como mulher. No entanto, o fato das genitálias não definirem gênero não faz com que gênero seja visto como algo fluído. Gênero, em seus relatos, é uma categoria imutável, inata e binária. Isto é, não importa o sexo assignado no nascimento, mas uma essência interior que informa a convicção de ser transexual e que se expressa por uma série de atos e comportamentos. Para ser uma “mulher de verdade” é necessário ser *passiva* e *heterossexual*. Gênero, neste entendimento, explica práticas sexuais e se articula com orientação sexual. Masculinos ativos heterossexuais só podem se atrair por femininas passivas, e isto comprova sua heterossexualidade. Estes são os verdadeiros homens e as verdadeiras mulheres, pois homens homossexuais e mulheres homossexuais não são verdadeiros homens e mulheres. É pela construção relacional destas articulações de práticas sexuais, identidade de gênero e orientação sexual, que nestes relatos é produzida a mais mulher, a mulher heterossexual, assim como o mais homem, o homem heterossexual.

Tal lógica acionada pelas transexuais do grupo de relacionar atos que seriam distintos como relacionar-se com pessoas do mesmo “sexo” (ou gênero), penetrar ou se penetrada, e comportar-se femininamente ou masculinamente poderia ilustrar o exemplo do argumento de Butler (2003) acerca da coerência causal produzida pelas identidades de gênero entre sexo, gênero e sexualidade. No entanto, o que temos aqui é uma articulação entre práticas sexuais, gênero e orientação sexual. Tal articulação tem que ser realizada e reiterada, justamente porque a experiência transexual é concebida como uma disfunção entre sexo e gênero. A naturalidade precisa ser performativamente reiterada, para produzir a mulher heterossexual em um corpo assignado como masculino ao nascer. Outros elementos são chamados para promover convenções que articulam práticas sexuais, identidade de gênero e orientação sexual de forma a produzir o culme da feminilidade, a mulher heterossexual.

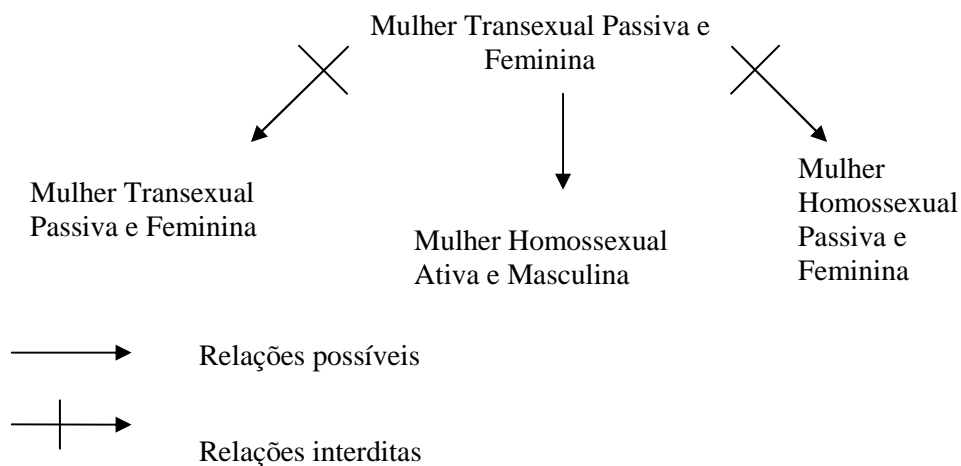
As travestis seriam ambíguas, pois não se encaixam na coerência entre tais elementos. Elas são abjetas a esta articulação, sobretudo no esquema fixo estabelecido pelas transexuais desta reunião, em que *travestis* seriam *ativas* e *passivas* e *transexuais* somente *passivas*. *Travestis*, dizem elas, tem a *aparência feminina*, mas praticam algo que é considerado extremamente masculino, penetrar com o próprio pênis. Já as *transexuais* são *definidas*, querendo ou não a cirurgia, pois elas são somente *passivas* no ato sexual.

No entanto, se nesta explicação destas transexuais da reunião, gênero cola com aspectos que elencaríamos como sexualidade, como as práticas sexuais, em outro momento do debate, uma das transexuais que articulou tais dimensões, desarticula gênero e orientação sexual. Como descrito no caderno de campo:

[...] Ana, a transexual que explicou que as *transexuais são somente passivas e as travestis ativas e passivas*, e que o fato das *transexuais* serem *passivas* evidencia o fato de que os *homens* que as procuram são *heterossexuais*, falou que a idéia de achar que as *transexuais são homossexuais* é um erro, pois é achar que *gênero* é igual à *sexualidade*. Explicou toda a importância da separação de tais dimensões, mesmo tendo ligado tais dimensões em sua relação entre atos sexuais e gênero. Apontou que as *transexuais* podem ser *homossexuais, heterossexuais e bissexuais*, e terminou sua fala dizendo que ela é uma *mulher heterossexual*.

No argumento anterior a este, práticas sexuais podem vir a definir gênero, mas neste relato gênero não é definido a partir de orientação sexual²⁵. Este relato de Ana, uma pessoa autodenominada *transexual*, ocorreu depois que uma pessoa autoidentificada como *travesti* falou que todas ali eram *homens que se transformaram em mulheres*, assim neste relato descrito há algumas respostas a esta “acusação”. Penso que Ana aciona dois sistemas de convenções, o que as *transexuais* são somente *passivas* e o que as *transexuais* são *heterossexuais, homossexuais e bissexuais*, para dois objetivos, produzir uma “mais feminilidade” e se afastar do personagem “homem homossexual feminino passivo”. Em um sistema, gênero cola com sexualidade, ao passo que no outro há uma disjunção entre gênero e sexualidade. Ela usa esses dois sistemas de convenções, mesmo que a sobreposição de tais sistemas indicasse uma contradição com os aspectos clínicos clássicos da transexualidade, a presença da homossexualidade, assim como sua primeira articulação que previa a heterossexualidade como condição das transexuais. A sobreposição de tais convenções evidenciaria a interdição da homossexualidade, sobretudo entre mulheres transexuais, como destaque no esquema abaixo, em que tento montar um esquema de possíveis parceiros/parceiras homossexuais a partir das duas premissas destacadas por esta transexual:

²⁵ Tais relatos nos põem a questionar os limites entre o que chamamos de gênero e de sexualidade, e assim prestarmos mais atenção nas formas nativas de agenciamento de tais noções, assim como a situação em que tais agenciamentos ocorrem. Aspectos que chamaríamos de sexualidade, como a posição no ato sexual como ativa e passiva são apontados nos relatos enquanto signos de gênero. Sexualidade aqui aparece enquanto orientação sexual, como homossexual, heterossexual e bissexual



Segundo sua primeira premissa, isto é, que *transexuais* são *passivas e femininas*, as únicas relações homossexuais que poderiam existir seriam entre *ativas masculinas* e *passivas femininas*, no entanto, *mulheres transexuais* não podem ser *ativas e masculinas*, assim a única relação possível nesta sobreposição seria com *mulheres homossexuais ativas e masculinas*. Esta *transexual* argumenta, em resposta a acusação que *transexuais* seriam *homens que se transformaram em mulher*, que sua questão não é que ela é um *homem que quer ser mulher*, ou um *homossexual afeminado*, e sim que ela é uma *mulher heterossexual*. Por isso, afirmo que estas convenções são usadas contingencialmente para atestar a *feminilidade natural* e não são sobrepostas. A disjunção entre gênero e sexualidade permite que ela se afaste da *homossexualidade*, questão confirmada em seu relato quando ela termina afirmando ser uma *mulher heterossexual*, pois esta é a verdadeira *mulher*.

Há um afastamento da idéia de que transexuais podem ser um homens homossexuais afeminados que querem ser mulher. Como também sinalizei há uma pressuposição que todas as mulheres transexuais são heterossexuais, questão que Teixeira (2009) aponta como um tipo de “protocolo invisível” dos processos e laudos dos pareceristas que procuram diagnosticar transexuais para o objetivo da cirurgia de transgenitalização. Segundo a autora, é constante nos laudos relatos que marcam uma posição homofóbica como “odeio homossexuais”, “não gostaria que me confundissem como homossexual”. Teixeira (2009) também aponta um laudo onde o argumento para a negativa do diagnóstico de transexual foi a desconfiança de que se tratasse de um homossexual:

[...] mostrou-se adequado ao exame, falando de suas dificuldades sexuais sem inibições e não observamos trejeitos femininos. Muito pelo contrário, pode-se perceber que procura disfarçar, ou não deixar que

percebam que poderá ser um homossexual (laudo psiquiátrico) (Teixeira, 2009, p. 119)

A autora aponta como certas informações são valorizadas, reiteradas e reproduzidas nestes laudos na construção da feminilidade verdadeira. Teixeira (2009) ainda destaca a ênfase nas descrições de relações sexuais passivas no caso do diagnóstico das mulheres transexuais, assim como relatos das inscrites contendo informações sobre um histórico sexual sem masturbação:

[...] Ao relatar algumas de suas experiências sexuais, demonstra que o que lhe proporciona mais prazer e gozo é a penetração, isto é, o fato de ser penetrado analmente. O que parece desprazeroso e até mesmo insuportável para o paciente é ser confundido com um homossexual, além disso, que o parceiro sexual toque em seus genitais ou sequer demonstre alguma forma de interesse neles. (Teixeira, 2009, p. 121)

Ser penetrada por um parceiro sexual e demonstrar que isso é o que lhe proporciona mais prazer pode ser visto como algo que confirma uma feminilidade natural, sobretudo quando isso vem conjuntamente com um afastamento da imagem de homossexual. Assim, a articulação proposta pela transexual que apresentei entre práticas sexuais, gênero e sexualidade não é algo restrito somente às transexuais, é algo também compartilhado por médicos, psicólogos e assistentes sociais. Vale destacar que Harry Benjamin, por exemplo, só indicava a cirurgia de transgenitalização para pessoas que depois da cirurgia afirmassem que teriam somente relações heterossexuais.

1.2.4 Disputas por prestígio

É possível perceber que para se construir o que é transexual há um esforço de diferenciação de uma série de características. Penso que nestes relatos há um afastamento, sobretudo, da figura do “homem homossexual efeminado que quer ser mulher”. Leite Jr. (2009) argumenta como a transexualidade para se tornar uma categoria específica no âmbito brasileiro teve que se diferenciar da categoria travesti e homossexual. Quando a categoria transexual começou a ser noticiada e “divulgada” no país, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, o discurso das mídias, do senso comum e até mesmo dos médicos e juristas confundiam os limites entre transexuais, travestis e homossexuais.

O autor toma como exemplos destas (in)distinções os processos por crime de lesão corporal contra o Dr. Farina pelo motivo da realização da primeira cirurgia de

trangenitalização no Brasil, em 1971²⁶. Na sentença, o Juiz que condenou o Dr. Farina apontou a impossibilidade de transformar a vítima em mulher, já que esta não possuía os órgãos internos femininos. Os advogados de acusação afirmavam que o Dr. Farina “quer que os bichinhas de 21 anos de idade entrem na fila para conseguirem ser operados”(Reys e Salomone, 1978 apud Leite Jr., 2009, p.206). Na apelação os advogados de defesa apontavam que “os transexuais, seres marcados pela natureza madrasta e pelo sofrimento, jamais sejam confundidos com alegres, incoseqüentes e imorais ‘bichinhas’ sem juízo” (Reys e Salomone, 1978 apud Leite Jr., 2009, p.206).

É possível perceber neste processo que a principal diferenciação ocorrida neste período não era entre *transexuais* e *travestis*, e sim entre *transexuais* e *homossexuais*. O termo *travestis* se encontra indiferenciado do termo *homossexual*. O autor cita uma passagem de um livro do Dr. Farina, em que este procura diferenciar *transexuais*, *travestis* e *homossexuais*:

O homossexual acha simplesmente “excitante” usar roupas femininas independente de sua psique que por sinal nada tem de feminina. Embora o “ego psíquico” do homossexual vislumbre traços de feminilidade, o seu “ego corporal” é inteiramente masculino. O homossexual é antes de mais nada um “efeminado”. Ele se considera masculino, tem atração por homens e se transveste para atrair excitação mental que lhe proporciona prazer independente do sexo [...] É freqüente o homossexual contribuir para a corrupção de menores, atentando contra os bons costumes e favorecendo a libertinagem. (Farina, 1982 apud Leite Jr., 2009, p. 207)

Leite Jr. (2009) sinaliza como na diferenciação do que é transexual de outros “desvios sexuais” o médico apresenta estes “outros” como um grande grupo informe, em que homossexualidade, travestismo, orientações do desejo e identidade de gênero aparecem indissociados, além de associá-los ao universo da marginalidade e do crime. Assim, no próprio discurso médico é possível perceber como a transexualidade demorou para se firmar enquanto categoria própria, e este processo de diferenciação segundo o autor se tornou acentuado, pois travestis estariam ligadas à marginalidade e prostituição. Deste modo para Leite Jr. (2009), esta especificação e diferenciação expressa, menos do que somente um esforço de distinção conceitual, uma diferenciação sócio-moral entre bons desviantes e maus desviantes, isto é, entre aqueles mais adaptados as normas vigentes e que são chamados inclusive a participar delas – as “doentes” – e aqueles que não se

²⁶ Vale constar que até 1997 esta cirurgia era proibida no Brasil, sendo que este argumento de crime de lesão corporal era utilizado ancorado pelo Código Penal Brasileiro, sobretudo pela crença na imutabilidade do sexo (para maiores informações cf. Teixeira, 2009).

conformam a estas normas, rechaçados como pervertidos e ligados a aspectos moralmente rebaixados – as “putas”. Leite Jr. (2009) também destaca o capital simbólico envolvido no uso do termo transexual, por sua ligação com o discurso médico-psiquiátrico:

Como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais higiênica, forjado nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo transexual possui um capital lingüístico mais valorizado que o termo travesti, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se auto-identifica ou é identificada. Assim, apresentar-se ou ser apresentada como transexual, em especial se vier acompanhada de uma feminilidade burguesa, confere um aumento de capital simbólico associado a esta pessoa. (Leite Jr., 2009, p.221)

Apontei no decorrer deste texto uma série de exemplo que apontam este capital lingüístico do uso da categoria transexual para se falar de si, pelo qual é possível se reivindicar uma feminilidade natural, atributo valorizado não somente por transexuais, mas também por travestis. De fato, não somente pessoas diagnosticadas como transexuais se dizem transexuais, existem pessoas que não encaixam no diagnóstico, mas se consideram transexuais. Percebi nas *Terças Trans*, sobretudo o uso de termos como trans, transex, que não são definidos claramente, pois não estão diretamente ligados ao discurso jurídico e médico, e a produção de sujeitos de direitos por parte dos movimentos sociais, porém, embora não estejam ligados diretamente ao termo transexual, geralmente o evocam. O fato da categoria travesti estar ligada a estes aspectos de marginalidade, como a prostituição, é um dos motivos para muitas pessoas falarem que são trans/transex.

Em outra reunião em que o tema era *Travestis* esta questão surgiu, sobretudo porque nela foi destacada a “falta” de travestis nas *Terças Trans*. Foram chamadas duas militantes para conversarem sobre o assunto, dentre elas uma militante travesti conhecida nacionalmente. Uma pessoa do grupo perguntou quem, dos presentes, que se identificavam como *travesti*. Somente duas pessoas levantaram as mãos. Então, ela perguntou quem se identificava como *transexual*, e quase todas as outras pessoas presentes levantaram as mãos. A militante travesti começou a falar o que era uma *travesti*, e utilizou o termo *travestilidade* em sua fala. Falou que *travesti* é uma pessoa que constrói um feminino, mas não se sente mal com seu órgão genital. Ela disse que não é *homem*, nem *mulher*, ela é *travesti*. Relatou não ter problemas nenhum com seu pênis, muito pelo contrário, diz se

sentir completa no corpo que tem. Apontou a importância de falar que é *travesti*, de falar positivamente de tal identidade, com *orgulho*.

Então, uma das pessoas presentes, Regina, levantou as mãos para falar. Como uma forma de deixar claro seu descontentamento com o que tinha ouvido, declarou que não achava importante *colocar rótulos na testa*. Ela disse que já teve muitas dúvidas se era *travesti* ou *transexual*, e que já tinha se identificado como *travesti*. No entanto, prosseguiu, falando que *hoje é trans, transex, transexual*, e que não se entende mais como *travesti*. Disse também que, no entanto, não tem vontade de realizar a cirurgia e inclusive mantém relações sexuais com seu atual namorado como *ativa*. Tais questões, de querer manter o órgão genital e inclusive ter vontade de penetrar no ato sexual com seu parceiro já a deixaram com muitas dúvidas sobre o que ela era realmente. Disse que ser *passiva* ou *ativa* na cama depende muito de com quem ela está transando. Atualmente chegou a conclusão que tudo isso são *regrinhas que ficam nos controlando e que formatam na nossa cabeça uma idéia de mulher perfeitinha, isto é, uma mulher com vagina e passiva*.

A militante *travesti* respondeu que não entendia as pessoas que se diziam *transex* ou *trans*, pois elas não se definem nem como *travestis*, nem como *transexuais*. Com isso, ela continuou afirmando que tal postura só mina o que as militantes têm procurado construir, um lugar de orgulho para a categoria *travesti*. A frase foi endereçada a Regina, que, indignada, respondeu prontamente. Já em prantos, disse que para a militante *travesti* podia ser importante *colocar rótulo*, pois esse era *o seu papel*. Mas, para ela, essas classificações já trouxeram muito sofrimento para ela. Disse que já se identificou como *travesti*, mas que, agora, tal nome não a ajuda mais em nada: *se eu me dissesse travesti aonde eu trabalho, não teria conseguido o que eu tenho hoje*. Relatou que acha que teria sido alvo de mais preconceitos se dissesse que era *travesti*, pois a ligariam com a prostituição, e falou ainda que não conta para todo mundo que era *transexual*, somente para algumas pessoas e para aquelas que lhe interessavam contar, sendo que muitas pessoas nem sabem que ela é *trans*. Concluiu dizendo o seguinte: *Eu sou mais que isso, você já viu heterossexual tendo que ficar falando que é hetero toda hora?*²⁷

Enquanto estive nas *Terças Trans*, o fato de Regina se dizer *trans* ou *transexual* não tinha sido alvo de desconfianças, até então. Focarei aqui esta situação em que seu dizer *trans/transex/transexual* foi deslegitimado, sobretudo pela militante *travesti*.

²⁷ Caderno de Campo, dia 09 de Junho de 2009.

A militante travesti agencia na sua definição sobre o que é travesti as convenções médicas que marcariam estas diferenças: a cirurgia de transgenitalização e o desejo da permanência do pênis. Travestis, assim, não desejariam esta cirurgia e conviveriam satisfatoriamente com seu órgão genital. Ela aponta para o uso do termo travestilidade, numa relação muito semelhante ao do movimento homossexual e a ênfase no “orgulho gay”. É uma experiência satisfatória, diz a militante, que aponta a importância de se ter *orgulho* de ser *travesti*. E é assim que esta militante afirma as definições clássicas das diferenças entre travestis e transexuais, ao mesmo tempo que desloca a lógica patologizante e sinaliza a favor de uma diferença enquanto positividade.

No entanto, sua fala é contraposta pelo relato de Regina, que adere a uma atitude “sem rótulos”, e que diz que já teve muitas dúvidas sobre o que era, se *travesti* e *transexual*, e fala que hoje se diz *trans*, *transex* e *transexual*. Regina sabe que não se encaixa perfeitamente no diagnóstico clínico operante no Brasil de transexual. Segundo seu relato, os elementos que ela elenca que não a fariam ser descrita clinicamente enquanto transexual é não ter vontade de realizar a cirurgia de transgenitalização e manter relações sexuais com seu atual namorado na posição ativa, o que mostra que ela não tem repulsa, nem ódio pelo seu órgão genital pênis.

Se Regina não se encaixa no termo transexual, ela também diz não se identificar como travesti. Os motivos apontados para não se identificar como travesti são aqueles elementos sócio-morais apontados por Leite Jr. (2009), sobretudo a ligação com a prostituição. A fuga deste lugar de marginalidade e prostituição é representada, sobretudo, pelo uso dos termos *trans*/*transex*/*transexual*, e de dizer que inclusive o uso destes termos também é situacional. O tema da reunião era *travesti*; assim, o fato de Regina se dizer *trans*/*transex*/*transexual* e apontar sua não conformidade com as convenções que estabelecem o que é transexual fez com que ela fosse vista como “uma travesti que não se assume”.

Assim, se dizer *trans*, *transex*, ou até mesmo *transexual* a ajudaria driblar o preconceito direcionado ao termo *travesti*, associado ao universo da prostituição e da marginalidade. Seria uma forma de reivindicar também uma feminilidade legítima, já que ele se considera *mulher*, como já apontou em outros momentos, e não *nem homem, nem mulher* como na fala da militante travesti. Regina quer alargar a categoria *mulher*, e assim critica o que ela chama de uma idéia de *mulher perfeita*, uma *mulher com vagina e*

passiva. Ela não considera seu gênero ambíguo, mas quer ser uma “mulher com pênis”, que pode até mesmo penetrar.

Se podemos marcar que se dizer trans/transex/transsexual seria uma forma de fuga deste lugar de marginalização, podemos destacar também que tal uso por Regina nesta situação desestabiliza as expectativas do que se espera de uma transexual. Seu relato também aponta, assim, uma crítica a lógica da política de identidade, pois afirma que tal estratégia política funciona em um determinado contexto de militância. Para a militante travesti tal estratégia de Regina é vista quase como uma falha de caráter, de alguém que não quer assumir sua verdadeira identidade, e que, por conta disso, contribui inclusive para enfraquecer a própria militância. Para a militante travesti, a verdade sobre Regina (que ela própria nega) é ser *travesti*. A militante travesti articula a taxonomia médica ao seu chamamento político reiterando, deste modo, que só existem duas categorias para definir pessoas assignadas como nascidas do sexo masculino mas que se constroem/identificam-se no que consideram feminino: transexuais e travestis.

Tais discussões acaloradas nas *Terças Trans* continuaram no ambiente virtual do blog. Foi escrito um texto por Joana, uma pessoa autoclassificada *transexual*, relatando a reunião e colocando esta questão de pessoas que se dizem trans/transex:

Quebrando todos os preconceitos e estigmas, nossas colegas demonstraram o quanto ser travesti não está intimamente ligado ao fetiche, muito menos o maneira integral e gerar orgulho, mesmo que admitam a presença constante da exclusão. [...] Ainda assim, fiquei perplexa de notar como no nosso grupo, que é um grupo relativamente grande, só temos duas travestis realmente assumidas, sendo que uma era convidada de fora do estado. Longe de discriminar quem quer que seja, usamos esta deixa para dialogar sobre a questão. Surgiu então uma discussão sobre o termo TRANSEX, super usado hoje em dia pela mídia e também a distância que existe do diálogo produzido pela militância TT e o usado pelas travestis em geral. Quem seriam as Transex? Seria uma forma de burlar o preconceito e assumir uma identidade menos marginalizada do que o termo travesti? Seria uma indecisão da pessoa, quando ainda não sabe se é travesti ou transexual e neste meio-tempo se denominaria Transex? Ou seria uma influência midiática que cria um novo conceito do que é Travesti, ainda fugindo do estigma marginalizado e da prostituição?

A imagem da *travesti* como *fetiche* é aqui contraposta com o discurso de *orgulho* da *travesti* militante, que ressignificaria tal discurso apontando que ser *travesti* não é uma *parafilia* ou *perversão*, que não é uma identidade somente ligada a satisfação sexual. Ela relata que na reunião foi destacado que esta identidade pode gerar *orgulho*, mesmo com a exclusão que as travestis vivem. No entanto, Joana destaca uma perplexidade diante do

fato que somente duas pessoas do grupo são travestis realmente “assumidas”, o que marca que outras ali não o eram. Burlar o preconceito utilizando um outro nome que não condiz com sua “real identidade” é visto como algo indigno. Assim, no final do texto é apresentada algumas questões retóricas, que já colocam respostas na própria pergunta: *Seria uma indecisão da pessoa, quando ainda não sabe se é travesti ou transexual e neste meio-tempo se denominaria Transex? Ou seria uma influência midiática que cria um novo conceito do que é Travesti, ainda fugindo do estigma marginalizado e da prostituição?*

Regina relatou que se dizer trans ou transex pode ser uma forma de driblar o preconceito, mas não afirmou que atualmente está indecisa se é travesti e transexual. Regina não se encaixa nas convenções médicas e políticas de transexual, pois é tanto ativa como passiva e não sente desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização. Restaria a ela, assim, ser “uma travesti que não se assume”. O fato de se dizer trans/transex sinaliza que ela só poderia ser indecisa, ou ter alguma fraqueza de caráter, por não assumir quem realmente é.

Apesar disso, até então a transexualidade de Regina não tinha sido alvo de dúvidas ou desconfiança, pois outros aspectos fazem que ela consiga se “passar” como transexual em várias situações, tal como a “feminilidade burguesa” destacada por Leite Jr. (2009), que pode favorecer a efetividade da enunciação de ser transexual. Irei discutir essas questões a seguir.

1.3 Corporalidades e diferenças

Até agora, foquei em como as participantes das *Terças Trans* agenciam sistemas classificatórios e convenções para produzir diferenças entre travestis e transexuais, sobretudo com base no saber médico e psicológico. Destaquei como elas deslocam sentidos previamente elaborados destas convenções, produzindo novas convenções. Neste processo, elas articulam elementos distintos como práticas sexuais, orientação sexual e gênero na produção de sentidos das diferenças entre travestis e transexuais.

Neste tópico discuto a partir das interações nas *Terças Trans*, como outras diferenças se articulam na produção de sentidos sobre o que é travesti e transexual, e quais sinais diacríticos são acionados nas interações na produção destas diferenças, a partir da comparação de diferentes interações. Foco em aspectos da corporalidade, desde estilos de corpo até formas de se vestir, comportar-se, falar.

Uma situação das *Terças Trans*, em que aspectos da performance de uma pessoa autoclassificada *transexual operada* provocaram risos e comentários pode contribuir com mais elementos para esta discussão. Ela tinha quadris e glúteos volumosos, que denotavam o uso de silicone. Também tinha seios fartos e silicone nos lábios e nas bochechas. Repetia a todo momento que era *operada*, que era *mulher* há vinte anos. Disse que tinha realizado a cirurgia nos anos 1980 em Paris e que morou lá até 2008. Ela afirmava que *a gente que é operada, sabe como é, sabe como é ser homossexual, como é viver preconceito*.

Embora essa pessoa se classificasse como *operada* e *mulher*, as demais presentes pareceram não acreditar em tal enunciação. Sua fala extremamente rápida e desconexa começou a provocar risos e estranhamento por parte das pessoas que participavam da reunião. Seu corpo e sua performance pareciam não corresponder à que se espera de uma transexual operada. Dizer-se *homossexual*, como já observamos, é algo que marca a exclusão da categoria *transexual*. Além disso, aspectos de corporalidade tais como quadris bem torneados, seios e glúteos volumosos e com bastante silicone costumam ser associados a um tipo de corpo que Pelúcio (2007) observou nas travestis mais velhas, sobretudo as que fizeram suas transformações corporais nos anos 1980. A categoria que Pelúcio (2007) ouviu de suas pesquisadas para caracterizar este corpo é “travecão”, termo que, como mostra a autora, é utilizado como uma forma de insulto, uma categoria de acusação para marcar um feminino exagerado e mal-sucedido. Pelúcio nota que o estilo corporal do *travecão* é chamado de “corpo Paris”, em alusão às migrações das travestis que nos anos 1980, que tinham esta cidade como destino almejado. Esse teria sido o tipo de corpo mais valorizado pelas travestis dessa época.

A pessoa citada na situação descrita acima tinha este estilo de corpo, e também tinha a fala desarticulada. Além disso, sua afirmação de que *a gente que é operada, sabe como é, sabe como é ser homossexual*, enunciava a perigosa aproximação do “homem homossexual efeminado que quer ser mulher”. Estes atributos fizeram com que seu *transexual operada* não desempenhasse uma performance considerada convincente pelas participantes da reunião. Seu corpo Paris, sua fala desconexa, suas menções constantes ao fato de ser *operada*, explicando onde realizou a *cirurgia* e falando de suas viagens pela Europa, além de dizer-se *homossexual*, fizeram com que ela fosse vista como uma “falsa transexual”. A composição tendia ao exagero ao qual são ligadas as travestis.

A associação das travestis ao exagero é, como vimos, um sinal de distinção usado pelas que se autodenominam transexuais. Dessa perspectiva, as transexuais são vistas

como *mais mulheres, não precisam fazer esforço* para serem *mulheres, são naturalmente femininas. Mulheres*, afinal, não precisam se esforçar para serem *mulheres*. No caso das *travestis*, em contraste, haveria um *esforço pelo espetáculo, por um feminino que beira o exagero*.

Outros aspectos podem ajudar a compor esta feminilidade transexual em contraposição a feminilidade travesti. Uma situação no cotidiano do CRD nos dá mais elementos²⁸. Em certa ocasião, eu estava na cozinha do CRD, conversando com algumas pessoas que lá trabalham. O assunto da conversa começou a se direcionar para travestis e transexuais, pois as pessoas sabiam o que eu estudava. Uma dessas pessoas começou a falar sobre o Entlaids.²⁹ Contou acerca de um almoço que atrasou cerca de duas horas, de modo que as participantes do evento ficaram extremamente famintas, sobretudo as travestis e transexuais – pois, como contava essa pessoa, *travestis e transexuais* sentem mais fome devido aos hormônios, que *desequilibram* o metabolismo natural do corpo. No relato dessa funcionária do CRD, travestis e transexuais aparecem como descontroladas de alguma forma. Elas já têm algo em seus corpos que não era para estar naturalmente lá - os hormônios - que provocam *desequilíbrios* tais como aumentar a sensação de mais fome. No entanto, prosseguiu a narradora, *travestis e transexuais* lidaram com o desconforto da fome de forma diferente. Na hora em que, finalmente, o almoço foi servido, viam-se as *travestis* correndo e montando *pratos de caminhoneiro*, com grande quantidade de comida. Em contraposição, as *transexuais* foram *finas* e colocavam pouca comida no prato. A sugestão aqui é que *travestis* montam pratos de *caminhoneiro*, pois isto é coisa de homem, de gente que não é refinada, civilizada. Feminilidades cruzam-se com atributos de status e classe, tal como o refinamento à mesa, o comportamento educado, civilizado. E novamente o insucesso no feminino aparece como uma marca travesti.

Leite Jr.(2009) sugeriu que o crédito em se dizer *transexual* pode ser favorecido se vier acompanhado de uma “feminilidade burguesa”. Entre os funcionários do CRD era recorrente também a visão de que a *falta de educação* das *travestis* decorria também da sua vivência na prostituição e no mundo da marginalidade. Este *exagero* de pouco refinamento

²⁸ Caderno de Campo, dia 20/01/2009.

²⁹ Os Entlaids são os “Encontros de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS”, que reúnem travestis e transexuais do Brasil inteiro. Como assinalam Facchini e Simões (2009), em 1993 haviam sido realizados dois encontros de travestis chamados de “Encontro de Travestis e Liberados” realizados neste início pela ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), grupo que era coordenado pela travesti Jovana Baby. Com estes encontros começou-se a surgir novas associações de travestis e esses congressos passaram a ser rotativos e passaram a receber a denominação atual. Vale constar que desde 1996, o Entlaids passou a ser financiado pelo Programa Nacional de DSTs e AIDS, meio pelo qual esse encontro se tornou viável.

se articula com os estilos corporais como elencado na primeira situação citada. O corpo Paris, tido como *exagerado* para as transexuais do grupo, remete a um pouco refinamento também.

A questão que envolve a *falta de educação* das travestis foi alvo de comentários nas *Terças Trans*. Uma transexual cogitou que *travestis* deixassem de participarem dos encontros, o que provocou grande inquietação. O argumento desta transexual era que as *Terças Trans* eram um lugar para *trans*, acrescentando que as *travestis* são *mal educadas* e *fazem escândalo*. Nessa perspectiva, a categoria *trans* deixava de ser o termo englobador de *travestis*, *transexuais* e suas *transgeneridades*, e passava a ser sinônimo de transexual. Tal uso foi “corrigido” por outra transexual, que é uma militante conhecida, que explicou que o uso de *trans* ali era para *transexuais* e *travestis*.

Como argumentei no tópico anterior, utilizando o exemplo de Regina, algumas pessoas nas *Terças Trans* se dizem trans ou transex. Outra pessoa além de Regina que se diz *trans* é Brigitte, que também utiliza as categorias *mulher*, *transexual*, *travesti* e *homossexual*. Brigitte nunca pensou em realizar a cirurgia de transgenitalização. A primeira vez que perguntei qual seria sua “identidade” ela me falou *transexual*, mas em outros momentos já apontou ser *travesti*, *mulher*, e utiliza a palavra *homossexual* para se referir a suas práticas sexuais, pois entende que como tem um órgão genital pênis, quando mantém relações sexuais com *homens* estas relações entre “pessoas com pênis e pessoas com pênis” são *homossexuais*, o que não exclui que ela se sinta *mulher*. Se Regina ainda consegue se passar por *transexual* em algumas situações, exceto naquela reunião descrita em que exigiram que ela se assumisse *travesti*, Brigitte quando se diz *trans* é motivo de brincadeiras jocosas de algumas *transexuais*. Uma descrição de uma situação em meu caderno de campo exemplifica esta questão:

Brigitte (60 anos) possui os cabelos loiros encaracolados e se considera em termos de cor/raça *morena* ou como ela diz *a cor do pecado*. Disse que já foi manequim nos anos 1960 e 1970, e que assim adora moda. Tem o corpo magro, sem muito silicone nos seios e nos quadris. Nunca pensou em realizar a cirurgia de transgenitalização, pois diz se sentir completa com seu corpo. Conhece o trabalho de muitos estilistas e marcas internacionais, fazendo relações do tipo: hoje estou Chanel, hoje estou Dior. Usa roupas “ousadas” como cinta liga por baixo da saia, que é cuidadosamente mostrada quando se senta de pernas cruzadas. Faz o tipo *mulher fatal*, como me explica, e gosta muito de se arrumar. Tal questão é alvo de muitos comentários no CRD. Ela é elogiada por alguns e chacoteada por outros. Quem principalmente a chacoteia são duas pessoas autodenominadas *transexuais*, que acham Brigitte *exagerada*. Elas caçoam dela, sobretudo, pelo fato de Brigitte se dizer *trans*. *Todo*

mundo sabe que ela é travesti, disse uma delas em uma conversa informal comigo.

É necessário destacar que a naturalidade e o refinamento não é algo valorizado somente por transexuais, são elementos que perpassam travestis e transexuais. Brigitte expressa esta valorização deste estilo fino de feminilidade, fazendo relações inclusive com marcas de estilistas conhecidos internacionalmente. Seu corpo não é o corpo Paris, como o da transexual operada, descrita neste tópico, embora tenha migrado pra a Europa no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 para se prostituir. Em conversas com ela no CRD, ela sempre contava de quando morou em Paris, e utilizava isso para afirmar seu refinamento, utilizando, por exemplo, algumas palavras e expressões em francês. Penso que é este compartilhamento de certas convenções valorizadas que fazem com que os insultos sejam eficazes.

As transexuais que freqüentam o CRD e as *Terças Trans*, em especial a que disse que ela era *travesti*, acham engraçado ela se dizer *trans*. Acredito que o estilo ousado de Brigitte que usa roupas que denotam certa sensualidade, como a cinta liga, é visto como algo *exagerado* pelas transexuais, sobretudo por seu histórico na prostituição conhecido pelas pessoas que freqüentam o CRD. O refinamento de Brigitte não é entendido como possível para marcá-la como transexual, pois ele dá margens ao espetáculo, sobretudo quando ligado ao universo da prostituição, elemento relacionado com as travestis. Em sua autoclassificação como *morena* ela denota a articulação com esta corporalidade sensual, utilizando termos como a *cor do pecado*. O fato dela em alguns momentos se remeter a categoria *homossexual* para explicar suas práticas sexuais entram neste arranjo, fazendo com que ela não seja vista como *trans*.

As *transexuais* devem ser assim *finas*, mas no ponto certo, pois este refinamento não pode remeter a um glamour do *espetáculo*, pois pode remeter a sensualidade ligada à prostituição. No entanto, não é somente ser *fina* que marca alguém como *transexual*, pois nem todas as transexuais são *finas* e elegantes, assim como nem todas as *travestis* são pouco refinadas. Certos elementos valem mais nesta composição do que é transexual dependendo da situação e contexto. No arranjo de Brigitte outro elemento destacado é o fato de se remeter a termos ligados a homossexualidade, ou que remetem ao universo homossexual ou gay. No entanto, a relevância dos elementos são contingenciais, e dependem da situação e contexto em que os termos são acionados. Geralmente, a cirurgia de transgenitalização ou o seu desejo pode ser a principal característica que marca as

diferenças e o fator que bate o martelo no veredicto de ser transexual. No entanto, outros elementos são acionados e arranjados para marcar tais diferenças, sendo que podem ter uma relevância até mesmo maior do que esta cirurgia ou o seu desejo. Uma outra situação pode ajudar neste sentido:

Hoje na reunião das *Terças Trans* foram chamados técnicos do Ambulatório TT, em razão da inauguração deste. Estes técnicos foram ao CRD e nas *Terças Trans* para ouvirem as demandas destas pessoas. Em um momento da reunião, Suzana, uma pessoa autodenominada *trans* falou que tentou realizar os processos de transformação corporal no PROsex [programa do HC-USP]. Ela disse que foi lá, realizou a triagem e ficou com o nome na lista de espera. Ela disse ter ficado esperando mais de um ano na fila, e nunca a chamaram. Prontamente, uma pessoa autodenominada *transexual operada*, e o *operada* a fez marcar seu lugar de diagnosticada como *transexual*, falou que ela não teria sido chamada, pois ela era uma *travesti*. Esta transexual tinha a cor de pele clara, estava vestida com calças jeans, salto e maquiada. Seus cabelos eram bem arrumados, encaracolados e grandes e ela tinha a fala bem articulada e com um português correto, sinalizando, sobretudo seu conhecimento dos trâmites do PROsex³⁰. Falou da importância da psicoterapia e do diagnóstico, e disse ter realizado a cirurgia de transgenitalização via esse programa. Suzana, que recebeu seu diagnóstico dessa transexual de ser *travesti*, ou uma “falsa trans”, estava de chinelos, tinha uma fala pouco articulada com alguns erros de português, no entanto, disse que era professora de escola pública. Parecia não dominar o vocabulário biomédico nas discussões e falava alto, tinha a cor de pele mais escura, seu cabelo era loiro e tingido, claramente com tinta de má qualidade, tinha o timbre de voz mais masculino (que remete a voz de homossexuais afeminados) e por trás de sua maquiagem podiam ser observados pêlos de sua barba. (Caderno de Campo, dia 26/05/2009)

Suzana diz que tentou entrar na fila de espera do PROsex, e assim requeria o principal elemento do diagnóstico de transexuais, a cirurgia de *readequação sexual*. A *transexual operada*, que usa o seu lugar de diagnosticada como descrevo no caderno de campo, e como discutido no tópico anterior, aponta que Suzana não é uma *trans*, é uma *travesti* e por isso não foi chamada pelo programa. Suzana tem alguns elementos que já foram elencados em outros relatos. Ela não articulava direito as frases e tinha alguns erros de português. Tinha a cor de pele mais escura, os cabelos loiros tingidos com tinta de má qualidade e alguns pêlos de sua barba podiam ser percebidos. Os erros de português e a falta de articulação nas frases caracterizam um elemento de escolaridade em sua performance, que conjuntamente com outros elementos como o fato de estar de chinelo, ter a cor de pele mais escura e os cabelos pintados de loiro nitidamente tingido com tinta de

³⁰ PROsex é o Programa de Reabilitação e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria da USP- São Paulo, que realiza triagem e diagnóstico de transexuais candidatas à cirurgia de transgenitalização.

má qualidade compõem signos que nos remetem a estilos de classe. A barba ou *chuchu* aparecendo por trás da maquiagem é um elemento que compõe esta imagem, que não se aproxima das expectativas de feminilidade compartilhada pelas transexuais. Penso que estes elementos arranjados fizeram com que essa transexual apontasse Suzana como *travesti*, mesmo que esta requeresse o principal elemento do diagnóstico de transexuais, a cirurgia de transgenitalização.

Se o gradiente de cor de pele mais escura aqui compõe esta imagem de *travesti*, articulado com outros elementos que remetem a estilos de classe, tal elemento pode ser entendido dependendo dos atributos que lhe são articulados. O exemplo de Tina pode ajudar a compreender esta questão. Tina se autoidentifica enquanto *mulher transexual*, mas fala que é *mulher*, pois entende que a *transexualidade* é uma passagem. Em termos de cor/raça, Tina se define enquanto *negra*. Utiliza cabelos estilo *afro/black*, roupas que denotam interesse por tendências de moda mais atuais e de uma classe mais elevada. Ela estiliza esta negritude, valorizando o fato de ser negra. Sua voz é extremamente feminina, seu corpo é magro e sem exageros de silicone. O fato de ser *operada* também compõe sua imagem de *mulher*, categoria que ela aciona, confirmando assim que passou pelo crivo médico-psiquiátrico. Em nenhum momento das *Terças Trans*, a transexualidade de Tina foi alvo de dúvidas. Aqui o fato de ter a cor de pele mais escura não tem tanta relevância e o fato de afirmar a cirurgia de transgenitalização e se dizer *mulher* ganha, por sua vez, destaque.

Assim, os elementos de corporalidade elencados sozinhos não nos ajudam a entender a produção das diferenças, pois não se trata de uma soma dos elementos. Eles não são somados com outros elementos do tópico anterior, mas sim articulados. Articulação aqui é entendida, sobretudo, como uma prática. A feminilidade de Tina é considerada uma feminilidade legítima pelas transexuais. Uma questão a pensar aqui, sobretudo quando citei as pessoas que se dizem trans/transex é quem pode transitar por estas categorias e quem não pode. Certos aspectos de corporalidade articulados com outros elementos permitem que algumas pessoas possam se dizer trans/transex/transsexual, enquanto outras não.

Regina, que citei no tópico anterior consegue se dizer *trans* em grande parte das situações, mesmo não querendo a *cirurgia*. Ela tem a cor de pele mais clara, cabelos lisos e loiros, timbre de voz feminino, e valoriza questões relativas ao teatro, arte e literatura. Penso que um outro elemento que compõe o fato de ser vista como *transexual* é sua postura em relação a prostituição. Ela já trabalhou na prostituição e aponta ser contra a

prostituição utilizando justamente o fato de ter passado pela prostituição. Ela aponta que atualmente é moralista, e diz *posso ser contra porque com 15 anos fui expulsa de casa e tive que me prostituir, então me deixa com meus moralismos, eu tenho direito de ser moralista*. O fato de ter se prostituído é justificado pela expulsão de casa, apontando com isso que esta seria sua única opção naquele momento. A prostituição em seu relato não é vista uma possibilidade digna, e a escolha de alguém por tal profissão pode ser vista como uma prova de indignidade. No entanto, como apontei no tópico anterior, sua transexualidade pode ser alvo de dúvidas também, e o fato de não querer a cirurgia de transgenitalização pode acabar tendo maior relevância dependendo da situação, assim como o fato de ser *ativa* com seu namorado. As interações, isto é, quem está participando, o espaço e a situação influem nesta relevância dos elementos.

Uma outra pessoa que consegue transitar entre diversas categorias é Carla, a qual irei trazer sua narrativa no capítulo 2. Carla já se identificou de várias formas em sua vida. *Travesti, transexual, trans, performer, homossexual*. Hoje ela diz que descobriu ser *intersexo*. O que vale destacar aqui é que Carla consegue se dizer *trans* ou *transexual* nas *Terças Trans* sem ser deslegitimada. Carla nunca sentiu vontade de ser *operada*, pois disse que se sente bem com o órgão genital pênis. Ela se classifica em termos de cor/raça *branca*, e é *performer* de profissão. Domina o vocabulário médico-psiquiátrico acerca de *travestis* e *transexuais*, mas também lê trabalhos das ciências sociais, e autores queer. Quando Carla quer falar de forma conjunta de *travestis* e *transexuais*, ela utiliza o termo *transexualidade*, como nas comparações transculturais que abordei no tópico anterior citando as falas de Eduarda e Roberta. Ela é considerada um exemplo de sucesso e de refinamento entre as *travestis* e *transexuais*. Deste modo, ela consegue se dizer *travesti* ou *transexual*, dependendo no contexto e situação; Carla consegue transitar. Em seus shows como *performer*, por exemplo, quando utiliza em suas músicas temas comumente relacionados as *travestis*, como a prostituição, ela se põe neste lugar de *travesti*. Em uma entrevista que ela deu para uma mídia virtual ela relata: *Eu nunca quis ser só homem ou só mulher, eu sou os dois, travesti, rádio e gravador*.

Ela percorre diferentes posições de sujeito, no entanto, nem todos podem percorrer todas estas posições. Carla é autotransclassificada em termos de cor/raça como *branca*, tem um estilo que remete a uma feminilidade refinada, domina o vocabulário médico e psiquiátrico e é conhecida por ser *fina*; ela é uma artista. Alguns aspectos de corporalidade dela lembram as *travestis* mais velhas, no entanto, atualmente quando não está fazendo show

usa roupas do tipo “senhora”. O fato de não ser *operada* e alguns aspectos que lembram as travestis mais velhas não são elementos acionados para deslegitimá-la como *transexual*, pois outros elementos ganham maior relevância.

Se as transexuais do grupo deslegitimam a feminilidade das travestis por considerá-las *exagerada*, é possível perceber que as travestis procuram revidar tais acusações, deslegitimando a feminilidade considerada natural das transexuais. Uma situação da reunião transcrita no começo deste capítulo pode exemplificar tal questão. Em um momento da reunião uma pessoa autodenominada *trans*, *transexual* ou *o nome que for* aponta que:

no fundo todas ali eram *homens*, e se saírem na rua, inclusive, iriam ser chamadas de *viado*. Ela disse que se dizia *trans*, *transexual*, ou *o nome que for*, e que isso não mudava o fato que ela era um *homem que se transformou em mulher*.

O medo das transexuais de serem identificadas como *homossexuais*, discorrido na seção anterior, é utilizado contra elas neste relato. Deste modo a forma das deslegitimações do outro no caso desta pessoa que se diz *trans/transexual* ou *o nome que for* e as *transexuais* que apresentei até este momento são diferentes. Se embora, como aponta o último relato, fora do contexto de travestis e transexuais, ambas sofrem discriminação, vistas com indiferenciação e muitas vezes em um grande conjunto indissociado de *homossexuais* ou *viados*, aponte processos de diferenciação entre elas, sobretudo de pessoas identificadas como transexuais procurando se afastar deste lugar de estigmatização ligado a esse grande conjunto de “desvios”.

A pessoa que se diz *trans/transexual* ou *o nome que for* usa aqui as convenções utilizadas pelas transexuais para deslegitimar as travestis, que seria a identificação com um *homem que se transformou em mulher*, um *viado*, de forma a dizer que as *transexuais* também são *viados*. Elas são *viados*, *homens que se transformaram em mulher*, assim como “nós”. Ela alarga o seu lugar de abjeção, movimento semelhante aquilo que Kulick chama de “escândalo”.

Este relato provocou intensas discussões e reclamações dentre as *transexuais* presentes, que argumentavam que nunca tinham nascido *homens*, ou como o que coloquei no tópico anterior de que *transexuais* não são *homens homossexuais que desejam ser mulheres*. Algumas transexuais afirmaram que tinham nascido mulheres. Diante desta discussão, uma pessoa autodenominada *travesti*, apontou o seguinte:

[...] *uma pessoa transexual é aquela que é tão mulher, tão mulher, e tão fina e elegante, que se passa por uma mulher em qualquer lugar, que não tem exagero sabe, de travesti, e não precisa assim se esforçar em dizer que é mulher, pois todos já vêem e sabem.*

Como apontei em meu caderno de campo, a frase desta travesti foi falada em tom irônico. Segundo ela, o fato das *transexuais* dizerem e afirmarem tantas vezes que são *mulheres* já provaria que elas não o são, pois uma pessoa *transexual* é aquela que *é tão mulher, tão mulher, e tão fina e elegante, que se passa por uma mulher em qualquer lugar* [...] *e não precisa assim se esforçar em dizer que é mulher, pois todos já vêem e sabem.* Ela usa aqui o refinamento, elegância e o *exagero* relacionando-os com as diferenças entre travestis e transexuais, no entanto, utiliza tais imagens contra as transexuais daquela reunião. A fala desta travesti foi propositalmente irônica, e propunha implicitamente que as *transexuais* não eram *mulheres*, nem tanto *transexuais* quanto falavam, pois exageravam na enunciação de ser *mulher* e com isso confirmavam a situação descrita anteriormente que as *transexuais* eram *homens, viado*. Aquilo que as *transexuais* procuram afastar, isto é, o *exagero* da *travesti* e serem identificadas como “homens homossexuais afeminados” é aqui jogado contra elas. Uma outra situação em que estava discutindo com uma pessoa autodenominada travesti sobre a cirurgia de transgenitalização, ela me afirmou: *Eu não entendo essa coisa de cortar o pênis. Tem útero? Pode ficar grávida? Vai ser só um buraco vazio, é oco. Não é mulher, é viado.* (Caderno de Campo, dia 11/12/2008)

Esta frase da travesti, falando das transexuais, pode exemplificar esta estratégia de alargar a abjeção. No entanto, nem todas as travestis promovem escândalos enquanto transexuais procuram se afirmar deslegitimando as travestis em suas diferenciações. Na seção anterior, no exemplo que dei da situação entre uma travesti militante e Regina, vemos no discurso da *travesti* militante, uma afirmação da diferença enquanto positividade que é diferente da estratégia de alargar a abjeção. Há inclusive neste relato que expus uma deslegitimação da pessoa que se autodenomina *transex*, pois esta seria “na verdade” uma *travesti*. Deste modo, este movimento chamado por Kulick (2008) de escândalo não pode ser identificado como atributo fixo de travestis, trata-se de uma estratégia, que me parece eficaz quando usada por aquele que está sendo rebaixado.

1.4 Transitando entre *Doidas e Putas*

Destaquei neste capítulo como uma série de elementos são acionados para marcar as diferenças entre travestis e transexuais entre as participantes das *Terças Trans*. Vários enunciados são agenciados e articulados neste processo. Nas primeiras partes do capítulo, sinalizei como para as pessoas identificadas como transexuais se enunciarem sob tal categoria é necessário se afastarem e se diferenciarem de vários outros enunciados. O espelho para este afastamento é a imagem de uma feminilidade verdadeira. Dentre os signos que são utilizados, destacados e produzidos como elegíveis de uma feminilidade verdadeira sinalizei que entram neste arranjo o fato de afirmar a taxonomia médica, o fato de ser *operada* ou o desejo desta operação de transgenitalização, afirmar sofrimento e a importância da psicoterapia, inconformidade com o corpo antes da cirurgia de transgenitalização e a reiteração da heterossexualidade.

Penso que o fato dos discursos das transexuais estarem intimamente ligados ao discurso médico-psiquiátrico faz com que esta categoria seja investida de valor em uma hierarquia de gênero que perpassa travestis e transexuais. Como aponte, por exemplo, o fato de ser diagnosticada faz com que algumas transexuais se sintam “mais mulheres” que travestis.

Aponte outros elementos que entram nesta composição, e que inclusive podem ser mais relevantes dependendo da situação e contexto. Assim, se foi possível perceber que o fato de ser *operada*, afirmar o sofrimento e a taxonomia médica pode marcar o lugar como “mais mulher”, destaquei também como estes não são os únicos elementos para marcar as diferenças entre travestis e transexuais. Destaquei por parte das pessoas autoidentificadas como transexuais uma situação de questionamento do lugar da cirurgia de transgenitalização como convenção do que é transexual que, no entanto, devido ao seu capital simbólico na construção do que é mulher, era reiterada em outros momentos. Diante deste deslocamento do lugar da cirurgia de transgenitalização como o marco das diferenças sobre as diferenças entre travestis e transexuais algumas transexuais sinalizaram que as diferenças seriam que *transexuais* são *passivas* e *femininas* e *travestis* são *ativas* e *passivas* e, portanto, *ambíguas*. Deste modo, uma mulher de verdade, atributo das transexuais, seria *passiva* e *feminina* e os homens que as procuram são *heterossexuais*. No caso das travestis, seu gênero é *ambíguo*, pois elas têm uma *aparência feminina* e, no entanto, praticam algo considerado o símbolo mor da masculinidade, penetrar com o

próprio pênis, tanto que os homens que as procuram o fazem principalmente por este “pênis que penetra”.

Por meio desta articulação entre elementos de gênero, orientação sexual e prática sexual, e da dimensão relacional de pensar os homens que “querem” travestis e aqueles que “procuram” transexuais, elas constroem o cume da feminilidade, a mulher heterossexual. Assim, há uma pressuposição de que todas as mulheres transexuais são heterossexuais neste argumento da situação que apresentei, pois a heterossexualidade parece ser um dos enunciados que as afirmam como mulheres. Esta articulação entre práticas sexuais, gênero e orientação sexual é algo que Teixeira (2009) também sinaliza na análise dos laudos dos especialistas. Certas informações são valorizadas nestes laudos na construção da feminilidade verdadeira, como o fato de sempre ser passiva nas relações sexuais e se afastar da homossexualidade. Portanto, estes ideais são compartilhados por médicos e transexuais, como mostram os trabalhos de Bento (2008), Leite Jr. (2009) e Teixeira (2009) e há inclusive um engajamento por parte das transexuais no aprendizado das “regras do jogo”. O fato de ligar feminilidade ao fato de ser passiva é algo que Pelúcio (2009) também observa em travestis que se prostituem com as quais realizou sua etnografia. A autora aponta como para fazer o papel de ativa durante o programa muitas travestis cobram mais caro dos clientes, e em alguns casos tal questão pode ser motivo para realizarem um escândalo.

Deste modo, tais pessoas utilizam-se de certos símbolos do que é feminino, tomando como espelho uma imagem de feminilidade verdadeira produzida pela articulação de uma série de outros elementos. Além destes enunciados ligados a gênero e sexualidade, apontei como outros elementos ligados a classe e cor/raça se articulam na produção do que é travesti e do que é transexual. Vimos como algumas pessoas que não compartilham dos signos que elenquei, como a cirurgia de transgenitalização, podem se dizer transexuais, e outras que mesmo tendo realizado tal cirurgia podem ser vistas como falsas transexuais.

Nos relatos que apresentei, a produção do que é transexual aparece em contraposição ao que é travesti, dramatizada por meio dos insultos e trocas de acusação. *Travestis* são ligadas ao *exagero*, a vulgaridade e, arrisco dizer, que esta a vulgaridade e o *exagero* são entendidos, em muitos casos, justamente como um símbolo de masculinidade. *Travestis* são *exageradas*, e isso é coisa de “homem homossexual” e não de *mulher*. Tal questão encontra eco na situação que apontei o uso do termo *caminhoneiro* para se referir a um evento em que *travestis* comeram apressadamente e colocaram grandes quantidades de

comida no prato. A falta de refinamento pode ser um símbolo de masculinidade. De fato, para algumas transexuais do grupo a identificação como travesti denotaria o insucesso de uma feminilidade. O masculino é aqui posto em posição moralmente rebaixada.

Butler (1998) argumenta que toda identidade é produzida mediante processos diferenciação que distinguem o sujeito falante de seu exterior constitutivo, um domínio de “alteridade degradada”. O exterior é constitutivo na medida em que tais elementos precisam ser reiteradamente afastados, e é por esta reiteração que se produz a integridade do eu. Deste modo, todo o processo de produção de sujeitos e identidades se dá mediante exclusões, de tal modo que se faz necessário perceber as contingências pelas quais se produzem estes processos.

Aponte aqui como esta alteridade degradada agrupa uma série de elementos díspares ligados a características rebaixadas moralmente, e que são “internas”, pois é a partir destas características que se constituem e se produzem imagens da transexual verdadeira como espelho de um ideal de “mulher de verdade”. A afirmação de ser *mulher, operada*, assim como o afastamento das ambivalências são processos que precisam ser reiterados para produzir esta *mulher*. Assim homossexualidade se liga a travestismo que se liga a *safadeza, exagero, falta de educação* e masculinidade.

Neste processo de reforçamento das margens, outros atributos são acionados para marcar as diferenças. Novamente destaco que a cirurgia pode não ser a principal característica. Na parte final deste capítulo, sinalizei como imagens corporais que remetem a aspectos que seriam de classe como cabelos mal tingidos, uso de chinelos, fala mal articulada e com erros de português e refinamento no comportamento, podem compor este quadro das diferenças.

Aponte a situação em que uma pessoa foi vista como uma travesti, mesmo que tenha se dito transexual. No caso desta situação argumentei como a cor de pele pode remeter a signos de classe, pois em muitos contextos e situações há uma colagem entre classe e cor/raça, isto é, certos aspectos de cor/raça podem ser insígnias de classe, assim como o contrário também é verdadeiro. Elementos de cor de pele podem remeter a signos de classes baixas com outros elementos articulados como, por exemplo, o cabelo loiro mal tingido e o uso de chinelos que remetem a um menor refinamento, mas também pode ser articulada por estilos que remetem a classes mais elevadas, como Tina e seu estilo *black*.

Vale constar que Pelúcio (2006) sinaliza como esta articulação de gênero, classe e cor/raça, marcada pelo que a autora chama da imagem de uma “feminilidade burguesa e

branca”, não são imagens somente ligadas as transexuais, mas também algo que perpassa travestis. Como destaca Pelúcio (2006) as travestis estão sempre em busca da perfeição, das formas femininas consideradas por elas como melhores para se “passar por mulher”, uma mulher desejável e geralmente, neste ideal, branca e burguesa. Como aponta a autora:

Em busca dessa imagem afinam seus traços, bronzeariam seus corpos, adornam-se com roupas que remetem a mulheres glamourosas, escolhem nomes de atrizes e musas hollywoodianas ou cantoras pops, submetendo-se às normas estabelecidas. (Pelúcio, 2006, p. 224)

Como já argumentei até aqui, é justamente por este compartilhamento de ideais de feminilidade produzidos pela articulação de vários enunciados, como classe e cor/raça, que estas trocas de acusações, insultos e tensões são possíveis. Penso que nas *Terças Trans*, pelo maior número de pessoas transexuais, e pelo próprio nome transexual possuir com este “capital higiênico” (Leite Jr., 2009), os elementos rebaixados moralmente são relacionados principalmente às travestis que são vistas como menos refinadas, *exageradas*, sensuais, ligadas ao *espetáculo*, ao escândalo, mais pobres, enquanto, em contraposição, as transexuais seriam refinadas, civilizadas, escolarizadas e educadas. Tais enunciados são imagens icônicas, reduzidas. Possuem efetividade, mas dependem de seu uso e podem ser deslocados, já que nem toda a pessoa que se enuncia como travesti, por exemplo, é pobre e pouco refinada.

Não se trata, portanto, de uma soma destes elementos, mas de sua articulação, pois dependendo do contexto e situação a relevância destes enunciados podem mudar. Deste modo, a relevância dos enunciados depende da condição pragmática dos agenciamentos. No caso deste trabalho penso que gênero adquire uma maior relevância, mas é produzido pela articulação de uma série de outras categorias e enunciações. Na prática tais enunciados não são distintos, encontram-se imbricados no processo de produção das diferenças (cf. McClintock, 1995; Brah & Phoenix, 2004; Brah 2006).³¹ Assim, para

³¹ Como Anne McClintock (1995) assinala, as categorias de gênero, sexualidade, classe, raça e geração só tomam existência pela articulação que mantém entre si. Elas não são, deste modo, realidades distintas da experiência humana, pois criam “posições sociais” na articulação destes marcadores. Avtar Brah em texto conjunto com Ann Phoenix sistematiza o conceito que é chamado atualmente de “interseccionalidades”. As autoras sinalizam a favor da necessidade de se entender as complexidades apresentadas pelas intersecções de diferentes formas de diferenciação no cotidiano e na vida prática das pessoas. Assim, as autoras pensam em interseccionalidade “como significando o complexo, irredutível, variado e variáveis efeitos pelos quais resultam múltiplas axis de diferenciação – econômica, política, cultural, física, subjetiva e experiencial – que se intersectam em contextos históricos específicos”. (Brah & Phoenix, 2004, p. 76, tradução minha). Como Brah (2006) afirma, destacando a importância da articulação dos marcadores sociais: “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas destas dimensões” (Brah, 2006, p. 341). Dimensões políticas, econômicas, culturais, físicas e subjetivas que compõe a rede de relações pela qual são construídas as identidades. Portanto, o conceito procura enfatizar que diferentes dimensões da vida social não podem ser entendidas

produção da “mulher de verdade” existem outros processos de exclusão e diferenciação, que não somente remetem a gênero e sexualidade.

As categorias travesti e transexual articulam convenções sociais diversas e produzem neste sentido “lugares sociais” no entrelaçamento destas diversas convenções. Constituem-se, neste sentido, enquanto posições de sujeito nesta articulação. As pessoas transitam entre estes lugares; no entanto, estes lugares possuem códigos prescritivos. O trânsito é possível para quem possui uma performance e corporalidade adequada na situação da enunciação de se dizer trans/transexual. Deste modo, apontei como Regina, por exemplo, consegue se passar por trans em vários momentos, sem ser alvo de desconfianças. No entanto, nem todas as pessoas conseguem se passar por trans, há algumas que são alvo de desconfianças e chacotas. Dei como exemplo uma situação em que o fato de Regina se dizer trans foi alvo de desconfiança. Outra descrição que utilizei para tal exemplificação foram as brincadeiras jocosas em relação à Charlotte. Ela não correspondeu as expectativas das transexuais do que seja uma trans, um arranjo prescritivo produzido pela articulação de elementos de gênero, sexualidade, classe e cor/raça, mas também de elementos morais como *safadeza* e decência e sentimentos como a angústia com o fato de ter um pênis. Ela não cumpriu estes indícios e foi descrita como “falsa transexual” ou *todo mundo sabe que ela é travesti*. Os elementos elencados de corporalidade e a forma como usam estes elementos possibilitam assim que algumas pessoas sejam mais trans que outras.

Novamente retomando o capital lingüístico do uso do termo transexual, apontei o uso de termos como trans e transex. O uso destes termos – que parecem mais híbridos e polissêmicos, pois não estão ligados diretamente ao discurso da medicina e psiquiatria e dos movimentos sociais – parecem evocar o termo transexual e assim certa feminilidade burguesa. Trans pode ser o englobamento de *travestis, transexuais e suas transgeneridades* como na explicação formal das *Terças Trans*; pode também ser sinônimo de transexual; e pode ser alguém que não se define nem como travesti e nem como transexual. Nessa terceira opção, como no caso de Regina, vemos que o uso de trans e transex está relacionado a um afastamento do termo travesti, a procura de um lugar menos

separadamente. Assim, não se trata somente de acionar os elementos para marcar diferenças, mas como esta diferença é produzida mediante práticas articulatórias em um determinado contexto e situação e sob articulações complexas. Deste modo, as diferenças são produzidas por relações práticas de articulação de diferentes convenções. A articulação é vista enquanto uma prática que articula convenções e produz, neste processo, novas convenções.

estigmatizado pela evocação dos enunciados que aqui destaquei como ligados ao nome transexual e, assim, seu uso evoca o termo transexual, mesmo que ela saiba que não se encaixe no diagnóstico de transexuais, questão que provocou as tensões na situação de seu uso do termo trans e transex.

Se as travestis são postas nesta posição inferior nas relações que apontei, vale lembrar que elas também se engajam em estratégias de destronamento, como nomeia Leite Jr. (2009). Apontei relatos de travestis e trans nos quais elas afirmam que *transexuais* são *homens*, ou que são *loucas* por acharem que são *mulheres*, pois elas são *viados*. Apontei também uma situação em uma pessoa autodenominada travesti afirma ironicamente que o fato das *transexuais* afirmarem tantas vezes que são *mulheres* já prova que elas não são, deixando a entender que elas são tão *exageradas* quanto as *travestis*. O *exagero* e o *viado* nestes relatos são ligados as transexuais, que procuram justamente se afastar de tais enunciados ligando-os as travestis. Nestas situações é possível perceber um alargamento da estigmatização no qual o “outro é como eu”.

Percebemos assim movimentos diferentes que são articulatórios e que produzem semelhanças e diferenças. São movimentos em que o objetivo parece tratar-se de deslegitimar o outro. No caso das transexuais e algumas das autoclassificadas trans que apresentei trata-se de se afastar da estigmatização pelo reforçamento das fronteiras em relação aquilo que é considerado moralmente rebaixado e que é relacionado as travestis. No caso de algumas pessoas autoidentificadas travestis e trans trata-se de alargar a estigmatização, e mostrar que o outro é tão estigmatizado como elas.

Vale constar que foi possível perceber outros tipos de movimentos. No caso da travesti militante, vemos ela tentar afirmar a diferença dela em relação as transexuais sem, no entanto, promover desigualdade nesta produção das diferenças. Ela diz que *travestis* não são nem *homens*, nem *mulheres* e utiliza o termo *travestilidade* em sua fala. Ela vem apontar aqui, justamente, que travestis são uma terceira coisa, mas reivindicam também serem tratadas como femininas. Reivindicar ser feminina, mas não mulher é algo ambivalente para muitas transexuais. Vale constar que nem todas as travestis têm este tipo de discurso em relação ao que é travesti. Muitas se consideram mulheres, ao mesmo tempo que se consideram gays ou homossexuais.

Nestas trocas de acusações e insultos retornamos ao que uma *mulher vivendo a transexualidade* chamou de *estereótipos* na reunião do começo deste capítulo. Vimos uma série de imagens icônicas do que é travesti e transexual, assim como imagens icônicas

também ligadas a homossexualidade como *viado*. O ato de estereotipar é por definição um ato redutor e marca geralmente uma marginalização no outro estereotipado³². Parafraseando Austin, Herzfeld (1997) afirma que os estereótipos são uma forma cruel de “fazer coisas com palavras”³³. Desta forma, os estereótipos evidenciam as concepções hegemônicas e sua lógica reducionista se constitui enquanto um efeito de poder. Em geral os estereótipos são mecanismos de poder e dominação, mas eles podem se virar contra o “feiticeiro”, pois eles evidenciam as contingências pelas quais se produzem, justamente por meio da redução exagerada pelo qual são produzidos. Portanto, como na máxima de Foucault de que “onde há poder há resistência”, no uso destes estereótipos abrem-se também espaços de resistência e, assim, os sentidos dos estereótipos também não são assegurados na prática social.

Os termos *doidas*, *putas* e *viados* que emergem nesta reunião condensam uma série destes enunciados descritos neste capítulo. O uso dos termos *doidas* e *putas* na descrição do começo do capítulo evoca justamente este potencial dos estereótipos de evidenciar as contingências pelas quais o poder opera. Foi explicitado que *doidas* e *putas* são justamente imagens reduzidas, aquilo pensam sobre elas, e o que elas próprias utilizam umas contra as outras. O uso destes estereótipos se deu para uma tentativa de apaziguamento das tensões descritas nesta reunião, de forma a mostrar que ambas sofrem preconceito e discriminação, e assim que ambas querem *respeito*. Trata-se de mostrar que ambas são estigmatizadas, mas são diferentes. Se esta pessoa marca esta semelhança do querer *respeito*, ela também não se tarda de afirmar que diferenças entre travestis e transexuais existem, mas que é necessário elas se unirem, pois existem discriminações comuns que as perpassam.

Como os relatos apontam, para grande parte das pessoas que infligem discriminação contra travestis e transexuais não há tanta diferença entre elas, sendo que muitas vezes estas são vistas como parte de um grande grupo chamado de *viados*. Assim, uma dessas discriminações comuns que perpassam travestis e transexuais que foram evidenciadas nas trocas de acusações e insultos foi o uso da categoria *viado*. Arrisco que este potencial subversivo do uso de estereótipos apontado por Herzfeld (1999) se faz presente no uso da

³² Herzfeld (1997) afirma também que tal ato de estereotipar geralmente aponta a falta de algo presumivelmente valorizado no outro estereotipado. No caso dos termos *doidas* e *putas*, poderíamos pensar que tais termos afirmam uma “falta de razão” por parte das transexuais e uma “falta de moral” por parte das travestis.

³³ Em inglês seria “doing things with words”. O autor realiza uma alusão ao livro de Austin “How to do things with words”, em que o Austin procura discutir os conceitos de atos de fala, ilocucionário, perlocucionário e performativo. Com isso Herzfeld (1997) argumenta que o ato de estereotipar é performativo.

categoria *viado* nas acusações e insultos de travestis e trans contra as transexuais, pois evidenciam as contingências que estabelecem as diferenças entre travestis e transexuais, os afastamentos forçados em relação a tudo que é considerado maculado e ligado as travestis. O *viado* dilui as diferenças: torna ambas semelhantes, na medida em que faz a ambas marginalizadas.

Capítulo II. Sujeitos, convenções e diferenças em narrativas

Neste capítulo irei me debruçar na análise de narrativas de história de vida. O objetivo é investigar os usos de conceitos relacionados às identidades sexuais e de gênero entre pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e se engajaram em práticas de transformação de gênero de forma a construir em seus corpos o que consideram feminino.

Estudar histórias de vida nos permite olhar para a diversidade de formas com que os sujeitos se utilizam de símbolos para produzir sentidos sobre si e suas diferenças. Brah (2006) destaca a importância de se analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social. A autora propõe não privilegiar um nível micro ou macro de análise, mas entender “como articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades” (Brah, 2006, p.359) Articulação, para a autora, remete à prática. De fato, quando o foco recai sobre esta prática e ao próprio processo de significação, uma polarização entre níveis micro e macro torna-se infundada, pois tais dimensões são inerentes às inscrições que ela cita, aos processos de agenciamento de convenções.

Brah (2006) sinaliza ainda que a investigação acerca da subjetividade pode evidenciar como um significado atribuído a um evento varia enormemente de um indivíduo para outro. Isto não significa retomar a noção de um sujeito livre e racional, pois uma pessoa percebe ou concebe como um evento varia, de acordo de como “ela” é culturalmente construída. Assim como em Butler (2003), a agência emerge das próprias relações, de modo que a própria capacidade de agir depende destas relações que constituem sujeito, dos repertórios políticos e culturais disponíveis. Isto não significa que não exista mudança, pois se a prática é produtiva de poder como na proposta foucaultiana de entender o discurso como prática, então é por meio desta mesma prática que é possível enfrentar os efeitos opressivos de poder. Os significados nunca estão assegurados na prática social e assim, a prática é sempre deslocamento de convenções, pois elementos díspares são articulados em situações e contextos específicos.

No entanto, se enfatizei aqui que irei estudar histórias de vida, torna-se necessário discutir o que estou entendendo por “histórias de vida”. Como argumenta Bourdieu (1996), falar de “história de vida” é pressupor a vida é uma história, isto é, “um conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa

história” (Bourdieu, 1996, p.183). Segundo o autor, tal noção de história de vida é justamente o que diz o senso comum que entende a vida como um caminho, uma estrada. Como tenho argumentado, a identidade é o processo no qual uma “multiplicidade relacional em constante mudança” (Brah, 2006, p.371) se enuncia como tendo coerência, estabilidade e nuclear. Deste modo, tomar esta noção de história de vida que Bourdieu (1996) argumenta é abraçar uma filosofia do indivíduo e um tipo de entendimento da história como sucessão de acontecimentos.

Em geral, o relato autobiográfico, em especial na relação entre investigador e investigado na situação de entrevista, tende a produzir um sentido, uma coerência entre os acontecimentos vivenciados pela pessoa. Assim, mesmo que os acontecimentos não tenham se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, eles tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis nestes relatos autobiográficos. Nas palavras de Bourdieu:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (Bourdieu, 1996, p.184)

Segundo Bourdieu (1996), nos relatos autobiográficos existe uma propensão dos sujeitos a se tornarem ideólogos de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global entendida como causa e localizada no próprio sujeito, certos agenciamentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência. As experiências múltiplas vivenciadas são simbolizadas assim em tais relatos como frutos desta intenção global, que se torna o sujeito. Bourdieu (1996) ainda destaca como tal preocupação em dar sentido é algo que conta a cumplicidade natural do biógrafo, que, por seu objetivo como um profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.

No entanto, poderíamos entender esta “criação artificial de sentido”, como performativa, como uma das práticas produtoras e pelas quais emerge o “eu”. Penso que esta discussão de Bourdieu (1996) se aproxima da noção incutida no conceito de performatividade de Butler (2003), no qual autora sinaliza para o processo pelo qual o sujeito se torna a causa das ações, o autor das experiências. É um efeito retórico que produz o sujeito como causa de suas ações e apaga as contingências desta construção.

Bourdieu (1996) aponta que o mundo social dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu. Podemos pensar que o relato autobiográfico é uma destas instituições; são práticas discursivas de unificação do eu. Tais relações produzem um sujeito unitário, coerente e coeso. No entanto, tais relatos também evidenciam uma série de incoerências e contradições.

Desta forma, assim como aponta Kofes (1994) poderíamos falar de “estórias de vida” e “narrativas”, em vez de histórias de vida, pois não nos interessa sabermos dos fatos como aconteceram, isto é, em recriar uma história biográfica, mas em como acontecimentos são narrados e produzidos a partir das contingências atuais. Portanto, como destaca Kofes (1994), vale lembrar que os sujeitos organizam seus relatos a partir das situações presentes. São as situações atuais, e a forma como o sujeito se posiciona em seu presente, que permite criar estas totalidades do eu. Assim, acontecimentos passados são narrados e produzidos de formas diferentes a partir de contingências diferenciais.

Para a discussão deste capítulo irei trazer as narrativas de Carla, Bárbara e Renata que podem nos iluminar mais sobre estas questões que envolvem o uso destas categorias e convenções e estas disputas que destaquei no capítulo anterior. Focarei no uso de categorias referentes a identidades sexuais e de gênero, sobretudo nas categorias travesti e transexual. É necessário destacar que as três pessoas escolhidas possuem trajetórias distintas, além de possuírem trajetórias singulares em relação a grande maioria das travestis e transexuais investigadas por outros estudos que focaram suas atenções em travestis e transexuais. Esta escolha por certos “personagens singulares” nos permite, como argumentarei, perceber mais variações em relação a como os sujeitos produzem sentidos acerca destas categorias em debate.

Carla nasceu em São Paulo, tinha 54 anos no momento da entrevista, autotransclassifica-se como *branca*, cursou até o primeiro ano do ensino médio e, de acordo com seu relato, tem origem em uma família de classe média do Bairro do Bosque da Saúde, na Zona Sul. Perguntada acerca de definições em termos de classe, ela relatou ser de *classe média*. Ela tem acesso e interesse a bibliografias médicas, psicológicas e das ciências sociais que tenham como tema travestis e transexuais. Já escreveu um livro autobiográfico e foi fonte de inspiração para um documentário sobre sua vida. Trabalha como *performer* desde os anos 1970. Relata nunca ter trabalhado na prostituição, nem mesmo quando esteve na Europa, onde, conforme conta, trabalhou em casas de show.

Bárbara nasceu em uma cidade pequena do interior de Minas Gerais e tinha 59 anos no momento da entrevista. Perguntada acerca da autodefinição em termos de cor/raça, ela apontou ser *morena cor de jambo*, pois disse que tem uma cor que sempre parece que está bronzeada. Antes de vir para São Paulo, morou no Rio de Janeiro. Nos dois lugares, trabalhou na prostituição. Segundo seu relato, ela trabalhou de “manequim” em São Paulo para um estilista do final dos anos 1960. Bárbara tem muita preocupação com assuntos como moda e “beleza”. Ela tem conhecimento acerca do trabalho de vários estilistas e se preocupa bastante com o que veste. Quando a conheci ela estava com um vestido de linho branco de alças, trançado atrás, e uma saia rodada que ia até próximo dos joelhos. Sua aparência sempre é tema de vários comentários no CRD. Perguntada sobre porque parou de trabalhar com moda disse que não recebia o salário direito e teve, com isso, que ir trabalhar na prostituição. Nos anos 1980 se envolveu com os trabalhos de prevenção e tratamento às DST e Aids, trabalhando na Casa de Apoio Brenda Lee³⁴. Considera seu trabalho no CRD uma *missão humanitária*, pois acredita que quem escolhe este tipo de trabalho, com pessoas marginalizadas precisa ser uma pessoa que tenha um *dom especial*. Quando perguntei sua definição em termos de classe, ela disse: *a gente é marginal né, vive sempre a margem, com essas pessoas da marginalidade como bandidos, traficantes, cafetão, tudo isso que é ilegal*.

Renata autodenomina-se *branca* e, em termo de classe social, de *classe média* ou proveniente da *pequena burguesia*. Tinha 44 anos no momento da entrevista e é formada em Letras, deu aulas de Português e agora se encontra aposentada. Começou a se tornar *travesti*, ou em suas palavras *assumir [sua] travestilidade*, depois dos 40 anos. Até então se considerava *homem heterossexual*. Foi casada e teve um filho. Renata aponta uma intensa interlocução com literaturas científicas acerca do que é travesti e transexual. Ela sinaliza em seus relatos a importância dos trabalhos das ciências sociais e dos grupos de militância que mostraram para ela que ser *travesti* não é uma experiência patológica, podendo ser fonte de *orgulho*. Até então, seu contato havia se dado com a literatura das ciências médicas e psicológicas. Achava que tinha um *fetichê*, e já teve muitas dúvidas sobre quais os significados de seus desejos e práticas. Porém, atualmente sente orgulho de ser *travesti* e acha que sempre o foi, sendo que o preconceito que a levou a não *expressar [sua] travestilidade*.

³⁴ A Casa de Apoio Brenda Lee foi fundada na década de 1980, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, pela travesti Brenda Lee e tem até os dias atuais atuado no apoio à pessoas soropositivas que não possuem trabalho e moradia.

Na análise das narrativas biográficas, valho-me de uma noção de identidade enquanto contingencialidade. Butler (1998) propõe o conceito de contingencialidade para entender como as identidades emergem de relações práticas e em situações e contextos específicos. Desse modo, estarei atento aos contextos de usos pelas quais as categorias ligadas à identidades sexuais e de gênero emergem, e como neste uso estas identidades se produzem pela articulação de uma série de enunciados que, para além do que a própria Butler sinaliza,³⁵ não se limitam somente a gênero e sexualidade. Argumento que estas pessoas utilizam vários discursos para produzir sentidos sobre estas categorias, e que elas agenciam convenções biomédicas, convenções dos movimentos sociais e convenções das próprias ciências sociais, que se transformam neste processo pragmático.

2.1 “A prova física da diversidade”: Narrativa de Carla

Quando pedi a Carla para se apresentar, ela falou:

Sou Carla, tenho 54 anos, sou paulistana, sou performer né? Cantora, compositora, atriz, também sou escritora e ativista das causas sociais dos direitos humanos GLBT e em especial travestis, transexuais e intersexos.(Carla, 54 anos)

É possível perceber que em uma frase de apresentação, na qual Carla é solicitada a escolher alguns atributos, ela toma como referência à *performer*, ou o que ela chama de *artista travesti*, profissão que trabalha desde os anos 1970. Neste contexto de apresentação, o fato de dizer-se *performer*, também a permite não se identificar como *transexual* ou *travesti*. Carla relata que já se identificou de várias formas durante sua vida, em suas palavras:

Eu cresci pensando que era homossexual, depois surgiu a discussão sobre travesti/transsexual. Então, o que eu sou? Eu sou travesti, aí eu virei travesti nos anos 70. Sou travesti. Aí, nos anos 80, eu sou transexual e até há pouco tempo eu achava que eu era transexual, apesar de não querer me operar. Mas, essa coisa do andrógino nunca me abandonou, eu sempre tive certeza de ser dois em um, tanto que assim quando eu comecei a freqüentar a militância, aqui na Parada³⁶, coisa de dez/onze anos atrás, quando começou a Parada, eu falava assim: eu quero a ambigüidade como identidade, porque eu não quero ser homem e não quero ser mulher, eu sou os dois, eu sou homem e sou

³⁵ Para uma visão dos alcances e limites da noção de articulação em Butler – que privilegia o gênero como marcador social central, e a conexão entre gênero e sexualidade como articulação principal – ver Piscitelli, 2008.

³⁶ Referência a Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGLBT).

mulher. Portanto, é ambigüidade, dualidade, é isso que eu quero como identidade.

Nota-se em sua fala uma interlocução com um vocabulário que vemos em muitos trabalhos dos estudos sobre gênero e sexualidade, notadamente uma visão da *identidade* como *ambigüidade* e *como, dualidade*. Segundo conta Carla, as “leituras”, “discussões” e “informações” não somente a “informaram”, mas também mudaram a forma como ela entendia suas próprias experiências. Deste modo, a narrativa adquire diferentes temporalidades, na medida em que o acesso às novas discussões e informações passa a rearticular suas vivências passadas.

A narrativa de Carla é organizada em torno da sua *descoberta de ser intersexo* – um acontecimento recente, que ela privilegia para caracterizar sua situação presente. Essa *descoberta* rearticula uma série de eventos de sua vida; e é nesse sentido que ela relata que *essa coisa do andrógino nunca me abandonou*. A narrativa desta *descoberta* é feita pela montagem de uma série de eventos que confirmam esta nova certeza de *ser intersexo*. A pergunta que deu início a narrativa da *descoberta* visava explorar quando ela começou a se sentir enquanto diferente de outras pessoas, e no que consistia esta diferença. Em um primeiro momento esta diferença seria o fato de ser *um menino que gosta de coisas de menina*, expresso por eventos de discriminação na escola e com colegas. Segundo Carla, estes eventos fizeram com que seus pais a levassem a um psiquiatra. Em suas palavras:

Carla: Com onze anos, me levaram ao psiquiatra, muito inteligente e moderno pra época já. Eu tive sorte, e ele falou que tinham que me aceitar, do jeito que eu era. Depois ele pediu para eu tirar a roupa para fazer o exame, olhou o meu corpo, e ele receitou injeções de hormônio masculino, porque disse que eu tinha deficiência hormonal. Naquela época, eu não entendia o que era, e só fui descobrir o que era, agora em 2004. Em 2004 eu descobri que nasci intersexo. Você sabe o que é?

Bruno: Se você quiser explicar, falar sobre isso...

Carla: Intersexo é a pessoa que nasce com os dois, com as duas características, ou nasce com a genitália indefinida, e a minha era indefinida. Então os médicos, isso foi uma tia que me contou tudo em 2004, depois que meu pai e minha mãe faleceram, eles morreram com este segredo, e ela me contou que o médico queria castrar meu testículo para que eu crescesse como menina quando eu nasci. Com seis anos me levaram para fazer uma cirurgia de hérnia, que hérnia que nada que hoje eu descobri que naquele dia tiraram meu ovário, eu nasci com um ovário. E eu só fui entender isso agora, porque daí eu comecei a estudar, na internet e saber. Eu tinha visto um documentário uma vez, eu pensava que era uma coisa extraordinária, e depois eu descobri que não era uma coisa tão rara assim. [...] Aí em 99, eu fui num médico, num endócrino. Em 99 eu tive um problema nessa região (apontando o abdômen), e o médico me receitou um exame de ultrassom. Aí, ele

chama a enfermeira e, de repente, ele grita assim: "Ah! Olha o útero dela aqui". Eu achei engraçado, comecei a rir, e falei "Ai, e travesti tem útero?" (risos). Mas aí eu olhei para a cara deles, e eles não estavam rindo, eles estavam meio assim pasmos, e eu esqueci, pensei que era brincadeira. [...] Aí, ano passado eu fiz três meses de análise com uma psicóloga, e teve um dia que ela me falou e eu nunca tinha falado de intersexo, e ela me falou que eu não me classificava nem como travesti, nem como transexual. Ela falou pra mim: "você já fez algum exame pra ver se você tem útero?". Aí, eu falei: "não". E aí, me lembrei do negócio que aconteceu em 99. Aí, ela falou que eu falava uma série de coisas, e sentia, de pessoas que têm útero. Aí que eu fui vasculhar mais ainda. Na minha vivência isso mudou, no sentido assim, eu sempre pensei, puxa vida, no começo eu achava que eu era homossexual, um homossexual efeminado que queria ser mulher.

Esta *descoberta* a faz olhar suas experiências passadas e ver uma *androginia* que sempre esteve lá. Essa operação evoca uma valorização de um estilo de interpretação que, seguindo Crapanzano (2002), poderíamos considerar como um tipo de “literalismo”³⁷, baseado no corpo. O “texto fundamental” do literalismo de Carla é o ultrassom, que a permite fazer uma relação inequívoca entre palavra e coisa. O ultrassom marca uma “verdade absoluta” onde não há espaços para discussão. A relação entre tal estilo e o conhecimento biomédico é evidente. Em sua narrativa, é possível perceber uma tensão com o saber médico: de um lado, um enfrentamento diante de um saber de “controle” do corpo, e de outro lado, uma aproximação pelo status dado ao saber médico como científico e verdade absoluta, expresso por sua valorização de um estilo de interpretação literalista. No entanto, percebemos que esta descoberta não a faz parar de utilizar outras categorias de classificação como, por exemplo, quando ela responde ao médico, em tom irônico, *e travesti tem útero?* Existe uma dimensão retórica em seu argumento, pois o fato de *ser intersexo* parece a possibilitar “ser” muitas outras coisas.

³⁷ Literalismo, aqui, remete à formulação de Crapanzano (2002) sobre diferentes estilos de interpretação, conforme a ênfase atribuída às dimensões presentes nos sistemas de classificação. Para Crapanzano, qualquer sistema de classificação tem pelo menos duas dimensões importantes: uma semântico-referencial e outra pragmática. Tais dimensões não são completamente distintas entre si, nem mutuamente excludentes, mas ele argumenta que é possível perceber, em certos contextos, uma valorização maior de alguma das duas. Dessa perspectiva, o literalismo seria um estilo de interpretação que se caracteriza pelos seguintes aspectos: 1) concentra-se na dimensão referencial ou semântica da linguagem – mais especificamente na palavra –, e não em suas dimensões retórica ou pragmática; 2) pressupõe uma correlação simples, inequívoca, entre palavra e coisa; 3) insiste no significado único, essencial, “ordinário”, “habitual”, “de senso comum” da palavra; 4) oferece resistência a qualquer compreensão figurativa, vista como distorcida e até adulterada; 5) frisa a intenção autoral (“intenção original”) como indicadora do significado correto; 6) encara certos textos como fundamentais, como significado básico; 7) dá prioridade ao escrito – o texto – sobre o falado e, no caso de textos sagrados, como a Bíblia, às vezes até sobre experiência. (Crapanzano, 2002, p. 453).

O fato de sua narrativa começar com um evento da sua ida ao psiquiatra com onze anos não é por acaso, pois a deficiência hormonal diagnosticada pelo médico não podia ser entendida até sua recente *descoberta*. Em sua narrativa, a primeira indicação desta *descoberta de ser intersexo* foi a conversa com sua tia que contou que ela nasceu *intersexo*, depois que seus pais faleceram. No entanto, somente esta conversa não torna possível o entendimento completo desta *descoberta*. É necessário que este entendimento seja mediado pelas “informações” adquiridas por vários meios, como ela relata: *eu só fui entender isso agora, porque daí eu comecei a estudar, na internet e saber, eu tinha visto um documentário uma vez.*

Se “a conversa com a tia” e as informações conseguidas via internet e em documentários mudaram seu entendimento de si mesma, os eventos com médicos parecem ter um grande peso em sua narrativa para legitimar essa *descoberta*. É assim que Carla retoma o exame de ultrassom acontecido em 1999, pois este exame confirma uma *ambigüidade* que sempre esteve lá. Carla procura se aproximar do status de irrefutabilidade do saber médico, e daquilo que permeia o *científico*. A narrativa do evento com a psicóloga vem corroborar ainda mais para esta *descoberta de ser intersexo*. A fala da psicóloga perguntando se ela tinha *útero*, a faz lembrar do exame de ultrassom de 1999, e como que em um insight psicanalítico Carla “entende” sua questão. O desconhecimento da psicóloga da sua *descoberta de ser intersexo*, torna mais fidedigna sua fala, e fornece mais um elemento de cientificidade em seu argumento. É interessante notar que, se Carla nasceu com *pênis e útero*, não foi o *pênis* do *ambíguo* que foi confirmado na pergunta da psicóloga. Carla sente como *pessoa que tem útero*, e não como “pessoa que tem pênis”. Eventuais sentimentos masculinos não são confirmados. O que ela salienta são sentimentos que advêm do órgão considerado por muitos “o mais feminino”: o útero.

Deste modo, argumento que, mais do que “mudar”, esta *descoberta* concede um lugar a uma feminilidade que sempre esteve fora do lugar. Uma feminilidade deslocada em um corpo nascido com pênis é confirmada pelo útero. O sentido desta confirmação do útero fica mais evidente quando ela relata que a *descoberta de ser intersexo* mudou sua vida, pois ela sempre se considerou um *homossexual efeminado que queria ser mulher*.

Carla também recebeu a confirmação da psicóloga de que não se classificava *nem como travesti, nem como transexual*. O fato de ela sentir como *pessoas que tem útero* faz com que seu problema não resida em um nível psicológico do *sentir mulher*, como para as

travestis e *transexuais*, e sim para um nível biológico do *ter útero*. Carla utiliza, como já argumentei, justamente o discurso que constrói *travestis* e *transexuais* como “abjetas”, isto é, uma não correspondência entre sexo e gênero. Argumento assim, que toda esta incerteza de se classificar, envolvida neste nível do *se sentir*, é convertida em “certeza” pela sua “ambigüidade de corpo”. Em sua narrativa:

Bruno: Mas e hoje, quando você precisa se identificar, como você faz?

Carla: *É o que eu te falei, a descoberta do intersexo me deixou meio sem rumo. Então, eu já fui homossexual, eu já fui travesti, eu fui transexual, e agora eu sei que sou intersexo, pelo menos isso eu tenho uma certeza física, não tá no subjetivo.*

Bruno: Me fala mais sobre isso, porque a transexualidade seria mais subjetiva?

Carla: *É, ainda é, não tem nenhum estudo nem na antropologia, na psicologia, o que é um transexual? Tá, é uma pessoa, e aí, a medicina se apoderou dizendo que é doença, uma disforia. Eu não concordo, eu não sou doente, eu acho que isso tudo é uma necessidade de controle, nada mais do que isso. Agora, se a pessoa transexual se sente na necessidade de se realizar com uma operação, opere, eu quando tinha o nariz grande me opereí, pra me sentir melhor. Agora, eu não posso me considerar mais nada, porque agora eu sei o que eu sou, o que eu sempre pensei que era, a certeza que eu sempre tive era essa, ser dois em um, eu sou intersexo, eu tenho os dois, as duas características.*

Carla põe em questão a concepção médica sobre transexualidade, pois se considerava *transexual* mas não queria se operar *para [se] sentir melhor*. Ela reage à noção médica que considera a *transexualidade* uma doença e que atrela o desejo pela *cirurgia* a esta experiência. Segundo Carla: *isso tudo é uma necessidade de controle*.

Na argumentação de Carla, ser *travesti* e ser *transexual* são questões de *se sentir mulher*, ao passo que ser *intersexo* é uma certeza física que lhe permite liberar-se de considerações “subjetivas”, de *se sentir* ou de “se considerar” isso ou aquilo: *Agora, eu não posso me considerar mais nada, porque agora eu sei o que eu sou, o que eu sempre pensei que era, a certeza que eu sempre tive era essa*. Essa certeza pressentida foi confirmada pela *descoberta de ser intersexo*. Esta figura do ser andrógino, do *dois em um*, vivenciada em sua experiências anteriores de ser *homossexual*, *travesti*, *transexual*, e elaborada pelas suas leituras e pesquisas, a possibilita se colocar neste lugar de alguém que é *dois em um* e, portanto sempre aberto a mais de uma possibilidade. Penso que há aqui uma interlocução com a literatura das ciências sociais e com sua trajetória como performer, na qual sempre quis valorizar a androginia, além de uma percepção de uma atual

valorização da “diferença”. Esta figura do sujeito ambíguo, do andrógino, é articulada pela *descoberta de ser intersexo*, o que lhe dá um tipo de capital corporal para poder se colocar neste lugar, já que ela seria a corporificação desta ambigüidade, como ela relata em alguns momentos a *prova física da diversidade*.

Acredito que o sentimento que Carla relata com a *descoberta de ser intersexo* que a *deixou sem rumo* parece de fato “dar um rumo” a ela, pois articulou e deu novo sentido ao descompasso das categorias e aos problemas que ela percebia ao se identificar. *Ser intersexo* a possibilita se identificar de várias formas. De certa forma, o argumento literalista, em sua narrativa, volta-se contra si mesmo, pois se um de seus efeitos seria a naturalidade, no caso de Carla trata-se de uma naturalidade ambígua, aberta a diferentes possibilidades. Vejamos a parte de sua narrativa em que ela discorre sobre as práticas sexuais de sua preferência:

Bruno: Atualmente, qual a prática sexual que você mais gosta?

Carla: *Eu sempre fui passiva, eu nunca gostei de fazer a ativa não, já fiz algumas vezes. Se for pra fazer ativa, eu faço com mulher, com a mulher eu sou macho, com um homem eu sou fêmea, entendeu? Eu acho que isso tem tudo a ver com a minha questão de intersexo, eu acho. Porque, eu nunca me senti assim, eu nunca quis ser mulher, entendeu? Nunca pensei em me operar, mas eu sempre me senti andrógino, mesmo quando eu não sabia nada dessas questões, que não se falava dessas questões de transexualidade. Nos anos 70, não se falava de transexualidade, falava de homossexualidade, mas é muito pouco, a gente sabia que era viado e pronto, nunca tinha discussão sobre sexualidade. A discussão sobre sexualidade veio nos anos 80, pelo menos aqui no Brasil. Mas, sempre assim: "quem sou eu?" Essa pergunta, todo mundo faz essa pergunta, né? Quem sou eu? O que eu sou nesse mundo? E eu sempre pensei: eu sou andrógino, eu sou dois em um. E isso assim foi confirmado agora em 2004, que eu fiquei sabendo que nasci intersexo, eu sou dois em um, eu tenho pinto e tenho útero, né, e isso é indiscutível.*

Essa pergunta foi feita diversas vezes, pois sempre que eu perguntava para ela sobre preferências de práticas sexuais, ela me relatava que gostava de tudo, que não tinha nenhuma preferência. De fato, não ter certas preferências, e se dizer *pansexual*, como em alguns momentos, a coloca como uma pessoa “sem preconceitos”, como a *prova física da diversidade*. Uma vez que ela respondeu que *com a mulher eu sou macho, com um homem eu sou fêmea*, procurei inquirir mais acerca dessas suas relações sexuais com mulheres. Carla contou que teve poucas relações sexuais com mulheres e que nunca teve relacionamentos afetivos com elas. Assim, se em vários momentos ela queria marcar esta sua diversidade nas escolhas e práticas, e uma desarticulação entre gênero e sexualidade,

na fala acima em que ela relata acerca de suas práticas sexuais, as relações entre gênero e sexualidade tornam-se mais rígidas.

Carla relaciona a prática de ser *passiva* ao feminino que escolheu viver. *Eu sempre fui passiva* e, segundo ela, isso tem tudo a ver com o fato dela ser *intersexo*, pois ela *nunca quis ser mulher*. O fato de não querer ter operado e ter continuado com o pênis articula-se com a *descoberta de ser intersexo*, pois ela é *dois em um*. Feminina por escolha de gênero, e pela “descoberta do útero”, que em alguns contextos se articula com a prática sexual de ser *passiva*; e masculina, pois continua com o pênis, o símbolo privilegiado (e aparentemente único) que, em sua narrativa, representa o lado da masculinidade.

Ainda segundo Carla, antigamente o que ela sabia é que era *viado*, depois que veio a discussão de *transexualidade*. A categoria *transexualidade* sempre é marcada como este *depois*, como um modo mais “correto e científico” de falar destas experiências de pessoas que praticam transformações de gênero por estar aliada e embasada pelo saber médico. Assim, o “nós” de Carla abarca *transexuais* e *travestis*, que antes eram vistas como todos *viados*. *Intersexo*, *transexual* e *travesti* aparecem assim como categorias que não são excludentes entre si.

Práticas e preferências sexuais são rearticuladas com esta *descoberta*. O que Carla mostra é que o contato com novas classificações e convenções sobre sexualidade transformam a forma como se entendem sentimentos, desejos e preferências sexuais. Muitas vezes as práticas e desejos continuam os mesmos e, no entanto, “mudam” na medida em que são rearticulados. Não são as mesmas práticas, tampouco os mesmos corpos. Carla sempre foi passiva, e o fato de ser *intersexo* explica porque ela nunca quis se tornar uma “mulher com vagina”. Ela não se “sentia” *travesti* e, segundo as convenções médicas não se classificava enquanto *transexual*, pois não queria a operação de *mudança de sexo*. De fato, a *descoberta de ser intersexo* transforma incertezas e descompassos diante das categorias em uma “certeza” física e indiscutível.

2.2 “Quando você se diz trans”: Narrativa de Bárbara

Se a narrativa de Carla é organizada a partir da *descoberta de ser intersexo*, a narrativa de Bárbara é organizada em torno das tensões entre *travestis* e *transexuais*, que marcam sua situação presente. O uso que Bárbara faz da categoria *transexual* nos informa questões relevantes sobre o processo de agenciamento de convenções. Segundo ela:

Eu hoje acho muito estranho, porque quando você se diz “trans”, há uma transformação na sua anatomia, não interna, que é o caso das transexuais. Para mim, transexual é o cidadão que se submete a uma operação e desfaz de seus órgãos genitais. Isso pra mim é transexual. Hoje, tem um discurso que transexual é a pessoa que transforma o corpo, através de prótese mamária, silicone no quadril e por aí vai né, tomar hormônio todo dia, a transexual é isso. Quer dizer, as pessoas não se enquadram mais naquela coisa de travesti. Transexual agora é tudo isso, e eu vou me identificar que nem uma dinassaura? A jurássica na história? Agora, eu também falo que eu sou transexual. Aí, tem gente que fala que não, né. Mas a visão que eu tenho da transexual é isso. Eu seria travesti na história né, porque toda a minha transformação né, pode ser revertida. (Bárbara, 59 anos)

Bárbara põe em evidência as convenções “hegemônicas” acerca das diferenças entre *travestis* e *transexuais* e, no entanto, as rearticula por um discurso geracional e um aspecto de “novidade” da *transexualidade*. Em sua narrativa Bárbara diz que *seria travesti na história*, isto é, tomando como base de definição as categorias médicas, e aponta uma dimensão geracional na discussão afirmando que *as pessoas não se enquadram mais naquela coisa de travesti*. Ela aponta mudanças nas convenções do termo *transexual*, operadas pelas novas gerações. “Antes”, segundo sua narrativa, *transexual [era] o cidadão que se submete a uma operação e desfaz de seus órgãos genitais*, no entanto, *hoje tem um discurso que transexual é a pessoa que transforma o corpo, através de prótese mamária, silicone no quadril e por aí vai né*.

Ela sinaliza um alargamento do sentido do que é *transexual*, apontando que *transexual* seria toda a forma de transformação corporal. Deste modo, diferentemente de Carla, aqui parece haver (nos termos de Crapanzano) uma valorização de um estilo de interpretação retórico e da dimensão pragmática dos sistemas de classificação. A lógica por trás dessa argumentação parece ser que as convenções e as categorias podem mudar, elas não são fundamentadas numa certeza natural, e assim dependem do contexto e da forma que são utilizadas. Em sua narrativa, é o alargamento da categoria *transexual* que a permite se identificar como *transexual*. Não se trata, no entanto, somente de uma mera mudança de palavras, pois *as pessoas não se enquadram mais naquela coisa de travesti*. Em outro momento de sua narrativa esta questão fica mais evidente:

Essas novas tem que respeitar muito a gente, a nossa geração, porque nós abrimos caminho pra elas, elas não tem noção e eu ouvi esses dias uma coisa horrorosa [...] Hoje em dia, tem uma cultura de rapazes bem nascidos, que viveram suas vidas, concluíram sua faculdade, tem trabalho, e um dia eu ouvi uma usuária daqui falando que tinha que higienizar os travestis [...] Sei lá o que ela quis dizer de higienizar,

porque ela dizia: “os travestis não servem pra nada, não sabem se comportar”. Porque a gente servia a causa quando precisava de gente que sirva a causa, de que modo eu não sei. Porque antes, que não tinha nenhuma dessas beldades operadas, a gente batia de frente e enfrentava a discriminação, agora higienizar travestis, a gente que higienizava lá nos anos 60. A gente que abriu as portas, quem é que deu a cara para bater? Homossexual podia ir em qualquer lugar. Agora, travesti não.

Bárbara marca neste relato de “quem” ela está falando, isto é, das *beldades operadas*, marca também certos aspectos de classe: *rapazes bem nascidos, que viveram suas vidas, concluíram sua faculdade, tem trabalho*; e se coloca neste momento de onde fala, da posição de *travesti*. No entanto, a questão é mais tênue, pois Bárbara não considera as *transexuais* como estes “outros”. A comunidade imaginada construída por ela permite que as *transexuais* sejam entendidas como do seu “grupo”. Neste sentido, Bárbara aponta que sua relação com estas *beldades operadas* não é de alteridade, tanto que elas podem ser a *nova geração*.

Esta *nova geração* seria uma geração ingrata com as conquistas da geração anterior. Quando Bárbara aponta esta questão acerca de *higienizar os travestis*, ela estava se referindo a um evento ocorrido no dia da entrevista e a um processo mais amplo de estigmatização das *travestis*. Segundo ela, as *travestis* só aparecem na mídia e nas falas das pessoas ligadas a escândalos e a marginalidade. Como ela narra, em uma reunião entre *travestis* e *transexuais*, algumas *transexuais* falavam que as *travestis* não sabiam se comportar nas reuniões, e que era melhor elas não participarem. Questão esta que apontei com maiores detalhes no capítulo anterior. As *travestis* seriam vistas como escandalosas, podendo inclusive serem agressivas. Segundo Bárbara, é neste contexto que algumas *transexuais* teriam utilizado a expressão *higienizar os travestis*, e ela se sentiu extremamente ofendida com este evento. Percebe-se o uso do artigo masculino na locução *higienizar os travestis*, como uma forma de ofensa por uma hierarquia de gênero na qual o feminino é que assume a posição superior, o valor englobante. Tal ofensa marca a falta de uma feminilidade desejada, ou de uma feminilidade falsa, de quem *não sabe se comportar*, já que *travestis* não seriam *rapazes bem nascidos*.

Bárbara refere-se ironicamente às *transexuais* como *rapazes*, destacando com isso o fato de terem nascido *homens* como elas, as *travestis*. Bárbara utiliza o mesmo princípio de ofensa utilizado por parte das *transexuais* contra ela, e assim as chama de *rapazes*. No entanto, tal uso é irônico, pois Bárbara emite tal enunciado da posição de *travesti*, que

seriam qualificadas como *mais masculinas*, já que seriam *os travestis*. Sua ação assim marca uma relação de não alteridade entre *travestis* e *transexuais*, pois as duas teriam nascido *homens*. Em sua narrativa a construção do que é *travesti* está intrinsecamente ligada à categoria *transexual*. E é assim que atributos de gênero, classe e geração intersectam-se na produção das diferenças. Bárbara marca certos contornos de classe à categoria *transexual*, pois este lugar *transexual* é dos *rapazes bem nascidos, que concluíram suas faculdades, tem trabalho*. Marca também como a cirurgia de transgenitalização está atrelada a categoria *transexual*, ao apontá-las como as *beldades operadas*, questão esta utilizada por muitas *transexuais* para reivindicarem que sua feminilidade é mais natural do que as das *travestis*. Portanto, dizer que *agora, eu também falo que eu sou transexual* é querer se aproximar deste outro lugar, diferente do lugar *travesti*, que em sua narrativa é marcado pela estigmatização e marginalidade. Esse lugar *transexual* “tem” classe, sabe se comportar e, deste modo, possui também um outro tipo de feminilidade. Os termos adquirem também aspectos de geração já que as *travestis* são as *jurássicas*, e a categoria das novas gerações é a *transexual*. Portanto, dizer-se *transexual* também a coloca como uma pessoa “informada” acerca das mudanças atuais.

Aqui, *travesti* e *transexual* parecem se assemelhar ao que Facchini (2008) chamou de operadores sociais da diferença, que a autora sinaliza que seriam estilos, identidades e classificações. Estes termos articulam os marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, classe e geração. As categorias *travesti* e *transexual* em sua narrativa tomam sentido pela articulação de convenções destes marcadores. Como argumentei, na narrativa de Bárbara não existiria relação de alteridade entre *travestis*, *transexuais* e *homossexuais*. Todos fazem parte da mesma comunidade imaginada. O uso que Bárbara faz do termo *terceiro sexo* nos explica mais esta questão:

*Terceiro sexo*³⁸ é uma coisa lamentável, mas também existe, porque eu não sei qual é o primeiro e qual é o segundo, mas existe, porque você há de convir que existe a mulher, existe o homem e existe o homossexual. Então o homossexual não é o primeiro sexo, agora o heterossexual que discuta entre eles quem é o primeiro e quem é o segundo. Se é o homem ou se é a mulher.

³⁸ O termo “terceiro sexo” está associado à Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895) e Magnus Hirschfeld (1868-1935), porém o uso que Bárbara faz acerca do termo é diferente dos sentidos argumentados pelos autores. A expressão era utilizada pelos autores se remetendo a Platão, particularmente ao “Banquete”. O termo já teve uma grande popularidade, sendo utilizado pelos primeiros movimentos homossexuais. Desde a década de 60 e até recentemente, alguns autores começaram a cunhar o termo “terceiro gênero” em uma ambição de comparação transcultural. Um esforço abrangente nesse sentido pode ser encontrado em Herdt, 1996.

Terceiro sexo e homossexual menos do que a “identidade homossexual”, parece definir aqui tudo que é diferente de “heterossexual”. Quando Bárbara chama as *transexuais* de *rapazes*, ela argumenta que elas também são *homossexuais* como ela. Afinal, como bem explicado nesta última fala: *existe a mulher, existe o homem e existe o homossexual*. Durante a entrevista resolvi perguntar mais o que seria esse *homossexual do terceiro sexo*:

Bruno: E o homossexual que faz parte do terceiro sexo, ele seria só o homossexual mais afeminado, com características femininas e, neste sentido, o homossexual mais “ativo”, masculino, entraria no terceiro sexo?

Bárbara: *O terceiro sexo é assim, ele é homossexual, ele se relaciona com a pessoa do mesmo sexo. Determinadas tendências tem a ver mais com o fetiche, eu sou homossexual, eu não acredito muito nessa história, a gente não vai ficar discutindo: eu quero ser sodomizado, eu vou sodomizar. Porque pra mim chegou nesse ponto é melhor a gente não fazer nada. Porque eu acho que relação sexual começa com o olhar, no diálogo que existe, nas carícias, e há pessoas que são mais fortes predominantes, porque elas atuam de uma maneira que as pessoas chamam de ativa, porque o fato de eu ser penetrada ou de eu penetrar não quer dizer que eu seja mais passivo, eu posso ser muito mais atuante, ser mais ativa, quando eu falo: me penetre. Então eu acho que essa relação de ativa/passiva não existe, não faz sentido. Ao meu ver é claro, eu estou falando da minha sexualidade, da maneira como eu vejo a minha sexualidade. Eu sou homossexual. Mas eu não posso dizer de como você se sente, se você de repente, você se sente transexual, você tem anseios transexuais. Falar do coletivo, sobretudo em sexualidade é muito difícil, é muito complicado.*

O *terceiro sexo* é de pessoas que se relacionam com o mesmo sexo. Assim, o que define *homossexual* é a relação entre duas pessoas do mesmo sexo. Visto que no relato anterior Bárbara aponta que *transexuais* são *homossexuais*, *sexo* é apontado como algo que não se muda, nem com *cirurgia*. O *sexo* é definido a partir das genitálias. Procurei investigar nesta pergunta também se este *homossexual do terceiro sexo* englobava o “homossexual que é ativo e masculino”. Segundo Bárbara, determinadas tendências como querer ser *sodomizado* ou *sodomizar*, querer ser mulher ou viver em um “outro” gênero, tem relação com um *fetiche*. Ela também desloca a idéia que ser penetrado é necessariamente ser passivo, ela relata: *eu posso ser muito mais atuante, ser mais ativa, quando falo: me penetre*.

Bárbara termina esse relato apontando que é muito difícil falar do coletivo em relação a sexualidade. Vemos que é, sobretudo, sexualidade e não gênero a categoria para explicar suas práticas. Assim, ela aponta que é *homossexual*, mas não pode falar dos outros, pois

alguém pode se sentir *transexual* ou ter *anseios transexuais*. É interessante notar aqui como a categoria *transexual* surge como um *anseio* e sentimento e não tanto como algo que se é, algo fixo, pois afinal todos seriam *homossexuais*.

A partir destas perguntas chegamos à discussão sobre seus relacionamentos afetivos e sexuais atuais. Como ela relata:

Bárbara: *Esses meninos que procuram as travestis mais velhas, procuram elas porque eles têm medo das travestis da rua. Os homens também são sensíveis, eles também têm medo da primeira vez com alguém, e as travestis da rua intimidam esse menino, e eu não, eles até me tratam como tia. Eu acho que tem uma relação maternal sabe? Para ter um relacionamento tem que ser mais que físico, tem que rolar uma comunicação de intelecto. É importante conversa, que role uma troca sabe?*

Bruno: Então, muitas coisas mudaram em relação a sua sexualidade ?

Bárbara: *Eu acho que mudou, assim, porque os homens que se relacionavam com a gente antigamente eles até poderiam ter anseios de ter uma relação mais completa, mas eles não ousavam, então a nossa relação era passivo-ativo, e a gente era a passiva da história e tínhamos uma relação incompleta. Hoje não, hoje a relação é bem aberta, então a gente se realiza plenamente, sexualmente hoje. Com esses meninos tanto faz ser ativa ou passiva, hoje os homens procuram uma travesti porque eles também querem ser penetrados, caso contrário eles procurariam uma mulher, pois antigamente fazia sentido buscar travesti para ser ativo com elas porque na década de 60 só se trepava com uma mulher depois de casar, assim os homens iam atrás das bichas e travestis. Agora hoje não né, as mulheres são todas saidinhas. Mas como eu te disse, eu não acho que sou menos feminina como ativa e o homem não deixa de ser menos masculino como passivo.*

Bárbara sinaliza diferenças em relação aos homens com os quais ela se relacionou durante sua vida, colocando-se neste relato na posição de *travesti*. Segundo ela, antigamente a relação com os homens era incompleta, isto é, ela era a *passiva* e o homem era o *ativo* e a relação era somente sexual. Atualmente Bárbara aponta ficar com garotos mais novos que inclusive a procuram para relacionamentos afetivos. Com estes, suas relações são mais completas, isto é, pode-se desempenhar ambas as práticas sexuais.

Ela aponta diferenças em relação a este homem que procura travestis atualmente fazendo relações com a disponibilidade de sexo das mulheres. Segundo ela, nos dias atuais os *homens* procuram as *travestis* principalmente para serem penetrados por elas. Antigamente os *homens* procuravam *travestis* para serem *ativos*, pois *só se trepava com uma mulher depois de casar*. Se as relações geracionais são fonte de tensões e disputas, como ela nos aponta em relação as *beldades operadas*, quando ela nos relata acerca de seus relacionamentos afetivo-sexuais atuais, são relações intergeracionais que são investidas de

prazer. Atualmente Bárbara se relaciona com homens mais novos e aponta desempenhar um papel *maternal*, de *tia*.

Bárbara nos relata que seria identificada como *travesti*, pois toda a sua transformação corporal pode ser revertida. Disse se reconhecer *transexual*, mas segundo ela mesma, uma *transexual*alaria que ela não é *trans* e sim *travesti*, pois não fez cirurgia de transgenitalização, e nem a deseja, pois se sente bem com seu corpo, com seu pênis. No entanto, ela busca reconhecimento por meio do que a categoria *transexual* representa, isto é, um lugar diferente da categoria *travesti*. Na narrativa de Carla, entendo que as diferenças entre *travestis* e *transexuais* são menos do que diferenças em essência, do que signos de diferenças de classe, geração, gênero e sexualidade. O lugar *transexual* aparece como o lugar dos *rapazes bem nascidos*, superior ao lugar marginal das *travestis*. É esta posição de classe, ligada a um tipo de feminilidade que Bárbara almeja, assim como uma fuga do lugar marginal e escandaloso das *travestis*.

2.3 “Assumir a travestilidade”: Narrativa de Renata

Assim como nas outras narrativas discutidas, a narrativa de Renata está organizada em torno da situação atual da sua vida. Renata se assumiu *travesti*, ou sua *travestilidade* há dois anos, e tem participado ativamente na militância, caminho pelo qual disse ter encontrado um espaço para *ser travesti*. Assim, desde o começo da entrevista esta relação com a militância esteve presente. Como em sua apresentação, na qual relatou a importância do uso de seu nome em meu trabalho, pois:

[...] *toda a vez que um acadêmico, um jornalista se interessa por travestis e transexuais isto passa a ser um espaço para nós, um espaço de manifestação, um espaço de defesa de idéias, um espaço de combate ao preconceito também.* (Renata, 44 anos)

É o *assumir a travestilidade* que dá o sentido global e a coerência do eu em sua narrativa. Sua atual circunstância de estar se assumindo *travesti*, a faz redimensionar eventos passados de discriminação. Assim, ela se põe a contar o que ela chama de *histórico de repressão* a sua *travestilidade*:

Eu me assumi socialmente há apenas dois anos, dois anos e meio, eu tenho um histórico de repressão, a minha família reprimia muito as minhas tentativas de ser travesti quando eu era pequeno, quando eu era criança e eu acabei reprimindo toda a possibilidade de ser travesti até que um dia eu não agüentei mais e pensei que chegou a hora de me assumir.

Ela aponta uma série de eventos de preconceito, de discriminação e violência que retardaram suas tentativas de *ser travesti*. No entanto, aponta saídas denominadas *furtivas*, nas quais ela procurava viver sua *travestilidade*. Em outro momento, ela aponta mais desses eventos:

[...] eu fui linchado aos 18 anos, eu havia me montado e eu fui passear numa rua, viver minha travestilidade, fui passear de madrugada em uma rua bem deserta, onde as travestis faziam ponto, e um grupo de rapazes me viu, identificou que eu estava montada, que eu era um menino montado de mulher, e eles me pegaram e me lincharam, me deram socos e pontapés, e eu fiquei completamente ensangüentada, jogada na rua, e eu me lembro disso perfeitamente e eu nem podia chegar em casa toda ferida, meu pai iria me ver vestida de menina toda ensangüentada, ia ser pior ainda, e aí eu tive que curar as feridas na rua, de madrugada, também não podia chamar a polícia, foi um terror, eu me lembro desse dia e foi terrível. Então, a gente morria de medo de fazer qualquer experiência de sair na rua montada, de sair para uma boate e eu acabei sepultando tudo, eu acabei levando uma vida masculina, e nunca pensei que eu ia chegar um dia e achar que o melhor para mim era me assumir travesti. Eu cheguei a essa conclusão sólida, concreta e hoje eu estou bem feliz como travesti.

O preconceito, o medo, a violência e o perigo de ser descoberta e de ser presa sepultaram esta *travestilidade* de Renata. No entanto, ao mesmo tempo em que ela mostra o sepultamento deste desejo, ela também aponta eventos em que o desejo foi maior que o medo, como em seu relato das saídas *montada* aos dezoito anos. Ela relata que tinha uma:

[...] compulsividade toda de exercer minha travestilidade. Eu ia em aniversários, por exemplo, e eu não podia beber, começava a beber me dava uma vontade de me montar, e não foram poucas vezes que eu roubei calcinhas e ia no banheiro vestir a calcinha. Minha vida sempre foi assim, até que eu comecei a me assumir.

Estas tentativas de se montar eram colocadas no segredo, não eram contadas à família, nem aos amigos próximos. A estratégia do segredo a faz ter que tomar algumas iniciativas para não descobrirem tais práticas, uma *vida masculina*, como Renata nomeia. Em suas palavras:

Renata: *Era tanto medo de que as pessoas descobrissem que eu desenvolvi uma voz bem masculina, um jeito de andar bem masculino. Casei, tive filhos.*

Bruno: Então, você se via como heterossexual?

Renata: *Sim, eu sempre me passei por um homem heterossexual.*

Bruno: Você disse que exercia esse homem heterossexual, mas para você em segredo você vivia sua travestilidade. Como você via este desejo de se vestir de mulher? Você se classificava de alguma forma? Isso entrava em confronto com o fato de você se dizer heterossexual?

Renata: *Engraçado isso que você perguntou. Eu nunca me achei menos homem com as mulheres pelo fato de ser travesti. O fato de ser travesti nunca me tirou a auto-estima de homem heterossexual que eu tinha. Porque eles não sabiam de nada, eu não deixava eles saberem, absolutamente nada. É engraçado, eu nunca me senti homem né, nunca me senti mulher, sempre me senti enquanto travesti. Mas como travesti descobri que posso ficar com mulheres, mesmo que as travestis olhem torto.*

[...]

Bruno: Nunca você pensou que fosse homossexual?

Renata: *Eu nunca me senti homossexual. Eu sempre achei que eu tinha uma personalidade heterossexual com uma tara. E aí eu descobri que esta tara é minha identidade, eu sou muito mais feliz feminina do que masculina.*

Bruno: Mas você tinha desejo por outros homens?

Renata: *Tinha, tinha.*

Bruno: E isso não fazia você achar que era homossexual?

Renata: *Não, porque eu achava que podia manter uma vida heterossexual casado. Eu achava que tudo era fetiche, o desejo por homens e ser travesti.*

Quando ela usa o termo *travesti*, ela sempre o substantiva, como *ser travesti*, minha *travestilidade*. Assim, quando ela fala como ela se via antes de assumir *travesti*, ela fala *eu sempre me passei por um homem heterossexual* e *o fato de ser travesti nunca me tirou a auto-estima de homem heterossexual que eu tinha*. Ela tinha um *homem heterossexual* em si, o qual ela se passava, mas que ela não o era realmente.

Como nas outras narrativas, a situação presente do seu *assumir-se travesti* a faz olhar suas experiências passadas e reconfigurá-las a partir destas lentes atuais. Assim ela aponta que *eu nunca me senti homem né, nunca me senti mulher, sempre me senti enquanto travesti*. O *homem heterossexual* é visto como um papel desempenhado pelo medo e pela fuga da estigmatização de *ser travesti*. A possibilidade de *ser travesti* era abafada pelo *homem heterossexual*, que mais do que somente uma orientação sexual, é um estilo de *vida masculina, casado e com filhos*. Renata está construindo sua “verdadeira essência” rastreando o passado em busca de elementos que comprovem que ela sempre foi *travesti*. Assim há tensões e contradições em vista as múltiplas posições ocupadas por ela.

Ela aponta que *o fato de ser travesti nunca tirou a auto-estima de homem heterossexual*. Em outros momentos Renata relata que atualmente descobriu que *como travesti posso ficar com mulheres, mesmo que as travestis olhem torto*. Aqui ela aponta certas convenções do que é *travesti* que voltarei mais adiante, mas o que vale destacar é que suas práticas vão sendo rearticuladas. Renata aponta ser *trisssexual*, diz gostar de *homens, mulheres e travestis*. Se o fato de *ser travesti* não tirava a auto-estima de *homem*

heterossexual, atualmente ficar com *mulheres* também não tira sua auto-estima de ser *travesti*, mesmo que como ela aponta *as travestis achem meio estranho isso, ainda mais ficar com travesti*.

Quando Renata olha seu passado ela convive com o fato de que entendia tais práticas como perversão e a atual ressignificação destas práticas. Em seu relato, ela aponta que achava que era *um homem heterossexual com uma tara*. Nas palavras de Renata:

Eu achava que isso era uma perversão, que era algo perverso, que não fazia parte de mim, que era uma espécie de uma tara, uma coisa de um lado desequilibrado, que eu não deveria contar para ninguém. Eu nunca pensei que uma travesti pudesse viver com cidadania, eu achava que a travestilidade era um descaminho, uma coisa de gente marginal, uma coisa de prostituta, uma coisa de quem se perde na vida, eu tinha me descaminhado na vida colocando roupas de menina, até que as coisas foram amadurecendo, começou a haver aqui no Brasil alguma cidadania para travestis e transexuais nos anos 90. E eu comecei a amadurecer, amadurecer, comecei a fazer terapia, comecei a ler muitos livros, comecei com os livros mais conservadores de psicólogos e psiquiatras, depois passei para as ciências sociais, e comecei a criar coragem, comecei a ler biografias de travestis e transexuais e aí eu fui percebendo que o meu melhor caminho seria seguir minha travestilidade com orgulho, sem medo, com autoconfiança, tentando me convencer cada vez mais que essa poderia ser uma experiência bonita, uma experiência saudável, de verdade, uma identidade e não uma perversão como eu achava que era.

O “eu” *travesti* atual de Renata procura dar conta dos seus outros “eus”. O preconceito, estigmatização e violência contra *travestis* são um dos motivos agenciados deste “abafamento” do *ser travesti*, que não se configurava enquanto vida possível até seu atual assumir-se. Assim, *ser travesti* e gostar de fazer sexo com outros *homens* seria naquela época visto por ela como uma *perversão*.

Fazer terapia, ler livros especializados e um contexto político mais favorável são os elementos que tornam possível seu assumir-se *travesti*. Ela achava que *ser travesti* estava ligado a *uma perversão, algo perverso, uma tara, um lado desequilibrado, coisa de gente marginal, uma coisa de prostituta, uma coisa de quem se perde na vida*. Seu primeiro acesso a leituras especializadas foi o saber médico-psiquiátrico e depois ela passou para as ciências sociais, assim como biografias que a fizeram escolher o caminho da *travestilidade com orgulho, sem medo, com autoconfiança, tentando me convencer cada vez mais que essa poderia ser uma experiência bonita, uma experiência saudável, de verdade, uma identidade e não uma perversão como eu achava que era*.

A busca de conhecimento a faz olhar suas práticas e mudá-las de sentido, entendê-las agora *com orgulho*. Renata explica mais por quais meios teve acesso a estas informações:

Uma mudança que foi importante, que ajudou, foi a internet, eu me lembro que com 35 anos eu descobri a internet, um grupo chamado Brasil Cross-Dresser Club, um grupo que é sediado em São Paulo, que reúne pessoas que se identificam como homens, mas que tem um determinado horário para exercer sua travestilidade. [...] Eu comecei a participar desse grupo, as CD sessions, as sessões de transformação, que eles fazem até hoje, e eu fiquei um tempo sendo sócia desse clube, e fiquei vivendo como CD, Cross-Dresser, neste período.

[...] Assim que eu comecei a descobrir os primeiros livros de travestis e transexuais eu comecei a detoná-los, eu comecei a sentir conforto assim, eu comecei a perceber que aquela visão assim que eu tinha que eu era pervertida, perdida na vida, eu comecei a ver que isso era preconceito.

[...] aí na época eu comecei a ler, li o Geraldo Campos, os caras mais tradicionais, Money, Benjamin. Claro assim, a gente sabe hoje, a visão toda desse pessoal é uma visão conservadora, é uma visão patologizante para as travestis e transexuais, mas também já foi um grande avanço. Eu deixei de me achar uma pessoa pecaminosa e comecei a me achar uma pessoa doente, uma paciente da psiquiatria. Isso para mim já foi um avanço. Eu me sentia meio desculpada. Não, eu tenho um transtorno, eu pensava, eu não sou puta. Eu não sou pervertida. Eu tenho um transtorno e eu tenho que tratar esse transtorno para eu me sentir mais tranqüila. Eu pensava que se eu tratasse de tal transtorno eu tinha uma possibilidade de cidadania, de dignidade, mas ainda não uma possibilidade de felicidade.

O primeiro caminho que Renata relata que seguiu para conseguir informações foi pela internet, por onde ela conheceu o Brazilian Cross Dresser Club (BCDC), onde por sua vez, obteve livros especializados no assunto. Renata aponta aqui como a leitura destes especialistas psiquiatras, e sua colocação como paciente da psiquiatria, promoveu um grande avanço, pois fez com que ela se deslocasse de um lugar do pecado para um lugar da doença. *Eu não sou puta, eu não sou pervertida, eu tenho um transtorno*, ela relata. O BCDC é apontado como um ambiente seguro onde era possível realizar sessões de transformação. No entanto, Renata aponta seus descontentamentos com o BCDC:

Aí, eu fui descobrindo com o tempo que não era aquilo que eu queria, eu queria mais que aquilo, eu queria ser chamada de Renata o dia inteiro, eu queria não tirar minhas roupas femininas pra ir pra casa né, queria viver como Renata. Eu não me contentava com aquele clube. Aquela clube era muito pouco. O pessoal se contenta em viver uma vida sem hormônios femininos. Eu percebi então com o passar do tempo que eu não era cross-dresser, que eu era mesmo uma travesti. Mas esse grupo de cross-dresser foi o primeiro porto seguro que eu encontrei para me tornar uma travesti. Foi a primeira segurança que eu encontrei. Um clube de pessoas idôneas,

todos muito bem posicionados na vida, gente digna, e tá todo mundo ali tentando viver o seu problema, a sua travestilidade, e uma preocupação de não prejudicar todo um passado vivido com família, com profissão. Mas eu não tinha muito a perder. Eu era um professor, eu não tinha patrimônio, meu filho já estava criado, aí eu pensava por que eu vou ficar me guardando, eu quero ser travesti, eu quero ser travesti o dia inteiro.

Ela não queria somente *ser travesti* poucas horas na semana, no entanto ela sabia que viver 24 horas como *travesti* demanda efeitos práticos em sua vida. *Ser travesti* é, em sua narrativa, se desligar do *estilo de vida masculino, homem heterossexual, casado e com filhos*, ou como ela fala em outros momentos *valores pequeno burgueses*. Renata aponta que não tinha muito a perder, pois ela não tinha patrimônio e o filho já tinha sido criado. Segundo Renata, as *cross-dressers* não estariam dispostas a largar estes *valores pequeno burgueses*, pois teriam muito mais a perder que Renata, já que seriam de classes mais elevadas, teriam *patrimônio*, e toda uma história de *vida masculina, casado e com filhos*.

Assim, vale destacar que alguns elementos práticos de sua vida possibilitaram este processo de se *assumir travesti*. Renata trabalhava de revisora de livros em editoras, e disse que quando começou seu processo de transformação e passou a querer ser chamada de Renata, perdeu muitos trabalhos. No entanto, ela conseguiu se aposentar, o que a possibilitou uma renda fixa. Abriram-se também outros caminhos de carreiras profissionais para Renata, segundo ela:

Eu já ouvi muita coisa assim: a gente gosta muito do seu trabalho, mas a gente só vai aceitar se você vier de homem, e assinar como Rui Rebello. As editoras fecharam as portas para mim. Eu trabalhava com quatro editoras aqui em São Paulo e as quatro romperam comigo. Porque eu também rompi, eu não quis mais ser Rui Rebello. Na verdade, o que foi bom foi que eu consegui me aposentar, e isso abriu caminho para eu me assumir como travesti e eu consigo até hoje fazer alguns trabalhos nas feiras culturais LGBTs. Eu estou fazendo um trabalho novo agora de recrutamento de travestis para uma pesquisa de remédio de combate à AIDS. Então eu estou agora abrindo espaço de trabalho, como Renata. Mas, os espaços geralmente estão no meio LGBT, porque o meio hétero tem muita gente que não aceita travesti.

Abre-se a oportunidade de trabalhos dentro do *meio LGBT*, e como militante, enquanto os outros trabalhos do *meio hétero* fecham as portas. O *meio hétero* é descrito como ligado a insígnias de classe, aos *valores pequeno burgueses*. A partir de possibilidades objetivas e materiais que Renata consegue se desligar deste *meio hétero*, pois somente com este distanciamento que se torna possível se engajar no processo de

transformação para se tornar *travesti*. *Ser travesti* aparece assim como um processo de afastamento destes *valores pequeno burgueses*.

Narrativas autobiográficas geralmente misturam diversas temporalidades a partir de certas lentes atuais, como apontei na introdução deste capítulo. Primeiramente, Renata aponta suas primeiras transformações com as CDs. Com elas, aprendeu sobre dicas de maquiagem, mas as transformações mais intrusivas como hormônios só foi ter conhecimento na boate e na rua. Se Renata foi procurar tais informações com outras travestis em boates e na rua, tal meio de acesso a deixou preocupada. Renata queria tomar hormônios, só que ficava preocupada *com essa coisa de tomar hormônio, porque cada travesti que conhecia na rua tomava um tipo de hormônio e por conta própria*. A procura por uma forma de tratamento mais adequada, isto é, com acompanhamento médico fez Renata procurar o PROsex, que realiza triagens para a cirurgia de transgenitalização no Instituto de Psiquiatria da USP. No entanto, sua entrada no PROsex a fez perceber que não seria tão fácil conseguir essas informações sobre hormonização. Renata não foi identificada como *transexual*, e descobriu que devido a este fato não poderia ter acesso ao tratamento endocrinológico, somente ao tratamento psiquiátrico. Apesar destes entraves, ela encontrou uma estratégia de conseguir informações sobre hormônios. Começou a ficar observando as *transexuais* que ficavam na fila da *cirurgia* e resolveu tomar o mesmo hormônio que elas, porque se ela não podia ter tratamento endocrinológico, as *transexuais* diagnosticadas podiam.

A passagem pelo PROsex marcou mais um momento de sofrimento e preconceito neste processo de se tornar *travesti*. Se Renata se refere a estes momentos como o começo de seu assumir-se, com esta certeza atual de *ser travesti*, nesta época narrada ela não sabia com certeza o que era, se *travesti* ou *transexual*. Sabia que queria atendimento especializado, e que não poderia pagar por um serviço particular. Sabia também que não queria a cirurgia de transgenitalização. Começou a tomar hormônios, assim como maquiarse durante o dia, com peruca, o que segundo Renata, fizeram com que os funcionários e até mesmo os médicos do PROsex ficassem assustados com ela:

Eles queriam que eu não fosse de esmalte e peruca. Mas eu queria me assumir, queria viver minha travestilidade. Aí me internaram porque eu estava muito depressiva, estava tomando vários remédios. Mas eu estava deprimida porque eu não podia ser travesti, e eles me internaram justamente porque eu estava vivendo o que eu queria.

Tal evento provocou uma intensa revolta de Renata. O evento que despontou esta internação segundo Renata, foi que ela relatou ao psiquiatra que tentou se suicidar pelo fato de não poder se tornar *travesti* e que andava muito triste. No entanto, ela não tinha certeza que era *travesti*, e o fato de não ter conseguido o tratamento hormonal e ter sido internada pode ser elencado como um dos fatores que trouxe esta certeza de *ser travesti*.

Estes eventos marcam seu afastamento deste saber médico-psiquiátrico, considerado, como já discorrido, *conservador*. Renata procura formas mais positivas de entender suas práticas. É neste sentido que as ciências sociais entram em sua narrativa. De um modo patologizante da medicina, que como ela aponta possibilitou um *conforto*, ela encontrou formas mais positivas de entender o que é *ser travesti*. Segundo Renata:

Eu só comecei a perceber que ser travesti poderia ser uma coisa feliz quando eu comecei a ler sociólogos e antropólogos. Aí sim eu comecei a perceber que ser travesti é um fenômeno. Uma experiência identitária. E não necessariamente uma doença, um transtorno, um distúrbio, um desequilíbrio. Só porque eu não sou igual à maioria? Só porque eu gosto de ser mulher? Só porque eu nasci com pênis e gosto de ser mulher? Mas a maioria não é a norma, porque se fosse assim o que seriam dos artistas, dos pensadores né. A maioria é heterossexual, tudo bem, a maioria possui uma coerência entre sua genitália e a sua sexualidade, dentro dos padrões, mas porque eu não sou a maioria eu sou doente? Eu me sinto uma pessoa normal. E agora mais do que nunca, eu acredito que a travestilidade pode ser uma experiência legal, bonita, uma experiência de encontro consigo mesmo, uma experiência de uma alma que estava trancada, porque eu sou uma alma travesti, que estava trancada.

A leitura dos antropólogos e sociólogos a fez perceber que ser *travesti* não é um *transtorno*, um *distúrbio*, um *desequilíbrio*, mas sim um *fenômeno*, uma *experiência identitária*. Ela não é igual à maioria, que é *heterossexual*. Mas isso não faz dela um *distúrbio*. O uso do termo *travestilidade* vem desse processo reflexivo de Renata do discurso antropológico e sociológico e com o discurso da militância. Renata relata o uso da internet, onde descobriu o BCDC. Ela também aponta sua aproximação da militância LGBT, pela Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGBLT), na Secretaria de Travestis e Transexuais. Ela também começou a participar das reuniões das *Terças Trans*, de grupos, e também das atividades do CRD.

Renata usa o termo *travestilidade* significando *orgulho*. Tal utilização tem relação com sua entrada em terrenos da militância e suas leituras das ciências sociais. Se a *travestilidade* é um *fenômeno* e uma *experiência identitária*, perguntei para Renata o que é *ser travesti* para ela:

Tem uma definição que gosto muito que as pessoas dão e eu gosto que é colocando a travesti como um terceiro sexo. Não somos homens, não somos mulheres, somos travestis. Somos um terceiro sexo. Eu gosto dessa definição. Mas na minha convicção travesti não seria um terceiro gênero, nem um terceiro sexo. Eu acho que travesti, é uma travessia entre gêneros, eu atravesso do masculino para o feminino. E isso dá a maior definição da minha vida que é o buscar, a busca constante, eu me descubro cada vez mais mulher a cada dia que eu acordo. Porque o processo, ao meu entender é interminável. Eu jamais fui um homem e eu nunca vou ser uma mulher. Eu sempre vou ser essa travessia. A busca de uma identidade feminina, que não é a mesma coisa da identidade das mulheres, uma identidade feminina com uma identidade travesti.

Ela aponta um termo semelhante ao de Bárbara, *terceiro sexo*, que tenho visto sendo utilizado também por algumas pessoas das *Terças Trans*. No entanto, Renata aponta que *travesti* talvez não seja um *terceiro sexo* ou *gênero*, pois é uma *travessia*. Renata aqui marca uma fluidez do que é *travesti*. *Travesti é uma travessia entre gêneros*, ela afirma. Um tipo de devir constante, uma *busca*. Quando ela narra as diferenças entre *travestis*, *transexuais* e *cross-dressers* algumas convenções do que é *ser travesti* ficam mais evidentes:

A diferença básica entre as CDs, as travestis e as transexuais é que as travestis embora busquem uma identidade feminina, não reivindicam uma subjetividade feminina como no caso das transexuais. As transexuais buscam o corpo feminino e a subjetividade feminina. Nós não, nós sabemos que não somos mulheres. Nós sabemos que somos travestis. A transexual então não seria um terceiro gênero, ela seria o gênero feminino. A transexual resgata uma identidade retirada da sociedade. A gente não, a gente constrói uma identidade. Nós estamos construindo uma identidade feminina, que a gente não tinha antes. A transexual na verdade resgata uma identidade que foi abafada pela genitália masculina. Eu não tenho nenhum problema com a minha genitália, minha genitália é minha história. Eu considero que o processo da transexual fisicamente é muito mais delicado que o nosso. Em contraposição, o nosso processo socialmente é muito mais complicado. Porque o estigma nosso é muito maior. Travesti é sempre sinônimo de puta, vagabunda e sem vergonha. Transexual é sinônimo de doente. Se eu chegar em um hotel e falar que eu sou transexual é uma outra realidade, se eu falar que eu sou travesti, o gerente do hotel já vai achar que eu vou fazer programa, e já vai dizer que não tem vaga no hotel. A transexual tem uma aceitação da sociedade que a travesti não tem.

Aqui o que vem marcar a diferença entre *travestis* e *transexuais* é a cirurgia de transgenitalização. A transexual resgata uma identidade feminina *abafada pela genitália*. Ela busca uma *identidade da sociedade*, a identidade mulher com vagina. Lembremos que *ser travesti* demanda se afastar dos *valores pequeno burgueses*, das *identidades da*

sociedade. *Transexuais* assim seriam *mulheres*, não homens e não um *terceiro gênero*. O fato da *transexual* querer ter uma vagina significa que ela quer *ser mulher*, enquanto as *travestis* aceitariam sua genitália, sua história, e construiriam uma identidade que não existe na *sociedade*, uma identidade feminina com pênis.

Estar fora da sociedade, significa em seu argumento ter que construir algo novo. O interessante desta fala é que as *travestis* de uma posição hierarquicamente inferior, devido a serem ligadas a *putas e vagabundas*, podem se tornar um exemplo de luta e, neste sentido, podem se tornar moralmente superiores já que *transexuais* reproduziriam as normas da sociedade, enquanto *travestis* construiriam algo novo. Assim, *travestis* são quem tem que conviver com a marginalidade, preconceito e violência, pois *travesti* é sinônimo de *puta, vagabunda e sem vergonha*. *Transexuais são doentes, transexuais não aceitam o passado*, querem o esconder, são infelizes. As características clínicas clássicas da transexualidade são elencadas aqui. Além disso, *transexuais* tem uma aceitação da sociedade, o qual *travestis* não contam. Ainda segundo Renata:

A travesti acaba sendo a experiência da calçada, da rua, da puta e a transexual a experiência da Roberta Close, da bonita, da feminina, da doente que vai se tratar no consultório. Transexuais aparecem na mídia como a Roberta Close, imagem positiva da transexual e no caso das travestis, somente página policial. O senso comum do Brasil associa rapidamente travestis a da rua, a que tá na prostituição e que possivelmente rouba. Eventualmente tem uma navalha na bolsa. Fazem confusão. Fazem isso, fazem aquilo e tiram a roupa no meio da rua. Eu acredito que deve haver um grande número de transexuais, mas que na verdade são travestis, e que se dizem transexuais para escapar do estigma. Uma pessoa que veio da pequena burguesia, que tem posses, que viveu uma vida acostuada as regras sociais e morais será difícil ela se transformar em uma travesti, ela vai virar transexual, ou vai arranjar um jeito e ser CD ou transformista. Eu sou um caso raro disso, que vim da pequena burguesia e sou travesti. Que bate no peito e diz dá licença eu sou travesti. Ainda que eu não vá fazer programa eu sou travesti.

Renata aponta que para a sociedade existem exemplos positivos de pessoas *transexuais* como Roberta Close, enquanto no caso de *travestis* somente *página policial*. Segundo Renata, as *travestis*, de acordo com o senso comum, são diretamente associadas a prostituição, a rua, ao roubo, a violência e a promiscuidade. Assim, uma pessoa que veio da *pequena burguesia*, que seriam classes médias e altas, se diria *transexual*, mesmo que não seja “realmente” *transexual*, isto é, tomando as categorias médicas, para escapar do estigma. Renata reafirma as convenções médicas que estabelecem as diferenças entre *travestis e transexuais*, e as articula com elementos de classe. Ao procurarem

transformações de gênero, pessoas da *pequena burguesia* aspirariam uma identidade da *sociedade*, que remete a um corpo, isto é, mulher com vagina, que na narrativa de Renata está ligado as *transexuais*, e não uma identidade *marginal* como a *travesti*, que também remete a um corpo, feminina com pênis. *Sociedade*, em sua narrativa, é o contrário de *marginalidade*. *Ser transexual* pode ser uma opção para se construir no feminino e não se desligar dos *valores pequeno burgueses*. Tal relação de classe Renata também aponta em relação às *cross-dressers*, como no seguinte trecho de sua narrativa:

Mas eu defendo a tese que CDs são travestis. Eu acho que as CDs são um clube criado dentro da pequena burguesia, por travestis estabilizadas financeiramente, de boa carreira profissional, de boas famílias, que não quiseram sofrer a estigmatização de ser travesti, então como elas solucionaram isso? Vamos criar um clube para aos sábados, nós entre quatro paredes sermos travestis. Fora isso a gente não vai ser travesti. Ninguém vai ficar sabendo que a gente é travesti. Eu, se eu quisesse continuar sendo professor de cursinho, com família e com as pessoas que estudaram comigo, eu poderia ter escolhido essa saída né. Eu não quis isso para mim. Eu quis ir para uma coisa mais intensa, mais verdadeira. Eu hoje faço questão de dizer para todo mundo que eu sou travesti. Não quero esconder isso de mais ninguém. Eu já escondi demais isso na minha vida. Eu escondi isso do mundo durante quarenta anos. E isso não me fez bem. Eu acho então, que CDs são travestis burguesas, que não querem deixar de ser burguesas, portanto não querem ser travestis vinte e quatro horas por dia. Porque quem quiser ser travesti vinte e quatro horas por dia vai ter que se desligar de todos estes status, de todos os valores pequeno burgueses.

No argumento de Renata existem duas categorias possíveis para descrever práticas de transformações de gênero: *travestis* e *transexuais*. Renata relata assim que *CDs são travestis*. São pessoas que não querem se desligar de seu status, de seus *valores pequeno burgueses*. Elas não querem viver a estigmatização de *ser travesti*, assim montam um clube no sábado para viver as suas *travestilidades*. Assumir-se *travesti* aparece como uma experiência mais *verdadeira e intensa* que se dizer *cross-dresser*, que seria uma “mentira” contada para fugir da *marginalidade*.

Renata aponta uma série de preconceitos dentro do *segmento*, que seriam *travestis*, *transexuais* e *cross-dressers*. No trecho descrito abaixo Renata fala mais acerca destas relações:

Renata: Em qualquer local que tem travestis e transexuais tem problema, aqui, no Entlaids, nas Terças Trans. Em qualquer fórum LGBT. O que causa grande rivalidade. E eu sou totalmente contra separar o segmento, porque o preconceito é igual. Uma pessoa que é preconceituosa vai me maltratar e dizer que eu sou viado. Ele não vai

querer saber da minha identidade de gênero, se eu sou operada ou não sou, se eu sou mais ou menos feminina. Todos saíram da heteronormatividade e deveriam se unir contra o preconceito. E não tem porque separar travestis e transexuais porque são experiências muito semelhantes de deslocamento de gênero. A gente passa por muitas coisas semelhantes. Muitas alegrias semelhantes, muitas dores semelhantes. Então eu acho que todo mundo tem que se convencer que ninguém é mais que ninguém. Existe muito preconceito entre o segmento. Desde postura sabe. Tem preconceito de travesti para transexual, de transexual para travesti. Às vezes as pessoas sem querer já se dirigem a você como eu sou mais que você, porque eu tenho o cabelo natural e você usa peruca, coisas desse tipo. Que mal tem uma travesti andar de peruca. Ah, peruca é um recurso artificial. E daí? Peito de silicone não é artificial também? Hormônios não são artificiais? Porque uma travesti de peruca é menos que uma que tem cabelos longos naturais? Não tem nada a ver, não existe hierarquia. As pessoas colocam hierarquia, umas acham que são melhores que as outras. Como em qualquer segmento, aposto que dentro dos antropólogos tem também não é? Em qualquer segmento há rivalidade, disputas. É assim mesmo. Antigamente eu tinha uma idéia de que toda a travesti era libertária, era uma maluca, uma pessoa que tinha rompido com todos os padrões, mas não é verdade, agora que eu estou vendo que a maioria das travestis seguem o mesmo barco da sociedade, da heteronormatividade, daquela coisa papai-mamãe, quero casar, quero ter criança, quero ter boa situação financeira. Existem muito poucas travestis feministas e revolucionárias. Eu acho que a maioria das travestis estabelecem padrões, a maioria das travestis sonham em encontrar um príncipe encantado. A maioria quer viver uma vida feminina, heterossexual. Claro, como todo segmento, nem todas as travestis são heterossexuais. Algumas são lésbicas, eu conheço travestis que não transam com homens. Que é lésbica, só transa com outra mulher ou com outra travesti. E isso às vezes é visto com restrição por algumas travestis. Quando eu estou na boate, na Planet não é raro me olharem torto.

Bruno: A travesti “verdadeira” teria um padrão então?

Renata: *A verdadeira para a maioria né. E eu sou contra quaisquer tipo de padrão, se eu larguei toda uma vida heterossexual para virar travesti porque eu vou ficar criando padrões de travesti agora? Né? Chega de padrão, eu agora não quero mais padrão, agora eu quero ser a travesti que me der na telha. Com o grau de feminilidade que eu quiser. Com a voz que eu quiser. Com o andar que eu quiser. Com as roupas que eu quiser. Eu não quero seguir as regras das travestis. Desde coisas simples, como tem travesti que acha que toda a travesti tem que tirar a sobrancelha. Eu acho isso uma bobagem. Tem varias mulheres de sobrancelhas bonitas. Se você pega a Malu Mader, por exemplo, ela é super bonita e tem uma puta sobrancelha. Tem travesti que acha que toda a travesti tem que falar fino, mas tem mulher que tem a voz grave. Não deixa de ser mulher porque tem a voz grave.*

Se em toda a sua narrativa ela sinaliza que o preconceito contra *travestis* é maior que o preconceito contra *transexuais*, por exemplo, aqui ela aponta uma outra perspectiva

relatando que o preconceito é tudo igual. Segundo Renata, uma pessoa preconceituosa trataria *travestis*, *transexuais* e *cross-dressers* como *viados*. Este enunciado de que todos são *viados* em sua narrativa sinaliza para o fato que devido a isto não se deve separar o segmento. A exortação do *tudo é viado* evoca aqui um tipo de solidariedade com base em uma discriminação comum. Como ela relata, uma pessoa preconceituosa *não vai querer saber da minha identidade de gênero, se eu sou operada ou não sou, se eu sou mais ou menos feminina*.

Renata aponta então para discriminação dentro do próprio meio, de umas que acham que são mais femininas que outras, destacando como na frase acima, por exemplo, o fato de se dizer *operada*. Ela também aponta tensões e discriminações entre *travestis*. Vimos em sua narrativa como se tornar *travesti* significa se desligar deste estilo de vida *heterossexual*. Como ela relata, ela achava que toda a *travesti* era *revolucionária*, uma *maluca*, isto é, uma pessoa que vive sem regras e padrões. No entanto, ela ainda sinaliza alguns padrões de *travestis*. Segundo ela grande parte das *travestis* seguem os padrões do que ela chama de *feminina heterossexual*, que mais do que uma orientação sexual como já argumentei é um estilo de vida, que engloba tipos de relacionamentos, moralidades e insígnias de classe.

Ela relata o uso de peruca como algo despresticioso para outras *travestis*, porque seria uma feminilidade menos natural. Renata aponta alguns padrões de feminilidade entre *travestis*, como tirar a sobrancelha, os cabelos naturais, a voz feminina e fina. Aponta também padrões de relacionamento como o fato de outras *travestis* que acharem estranho ela gostar de se relacionar com mulheres e outras *travestis*. Ao contrapor com a feminilidade das “mulheres de verdade”, Renata sinaliza como estes padrões das *travestis* criam um tipo de hiperfeminilidade, que pode ser mais feminina do que a feminilidade das “mulheres de verdade”. *Mulheres* podem ter a voz grave, terem sobrancelhas grossas, e isto não faria delas menos *mulheres*. Renata aponta assim como *travestis* e transexual tem que ser “mais mulheres do que mulheres”.

2.4 Posições, sujeitos e diferenças

Nas narrativas de Carla, Bárbara e Renata é possível perceber que os usos das categorias são contextuais e tem relação direta com suas situações presentes. Como argumentei, no caso de Carla é a partir de sua *descoberta de ser intersexo* que sua narrativa é organizada. A narrativa de Bárbara é organizada em torno das tensões entre *travestis* e

transexuais. Já a narrativa de Renata é organizada em torno de seu assumir *travesti*. São tais situações e sentidos atuais que organizam uma série de eventos em suas trajetórias biográficas.

Neste processo de uso das categorias, muitas vezes os sentidos previamente estabelecidos são transformados. Mesmo que elas coloquem em evidência as concepções médicas acerca da diferença entre travestis e transexuais – consideradas “corretas” assim como apresentado capítulo anterior – elas deslocam estas diferenças. Carla e Bárbara questionam continuamente as convenções que estabelecem tais diferenças. Renata procura afirmar as diferenças de modo semelhante a situação do capítulo anterior em que apresentei as falas de uma militante travesti, em que esta afirma tal identidade com orgulho. Em sua narrativa, a afirmação da diferença, enquanto positividade, evidencia a convenção da cirurgia como a linha que separa *travestis* e *transexuais*, além de reiterar esta taxonomia que estipula somente tais categorias como as únicas possíveis para pessoas que praticam transformações de gênero. Tal questão se torna evidenciada pelo uso do termo travestilidade que a permite construir este lugar de orgulho e positividade, ao mesmo tempo em que reafirma características clássicas do diagnóstico médico de travestis e transexuais.

Carla e Bárbara sinalizam também diversas mudanças nas convenções e no uso de categorias. Uma mudança que atravessa as duas narrativas é a idéia de que *antigamente travestis* e *transexuais* eram vistos como *homossexuais*. *Antes tudo era viado*, depois teriam surgido as discussões sobre sexualidade, e é neste contexto de discussão e de “informação correta e científica” que surge a *transexualidade*. Tal questão também não se configura como algo de um passado longínquo, pois como Renata nos aponta que *travestis*, *transexuais* e *cross-dressers* são vistas por muitas pessoas preconceituosas como *viados*. Questões que fazem eco no capítulo anterior, quando apontei o uso da categoria *viado* e o efeito que tal uso promove de diluir diferenças por meio da produção de uma discriminação comum.

Na narrativa de Bárbara tal questão ganha destaque, pois sua narrativa tem como norte justamente estas tensões entre travestis e transexuais. Bárbara marca o fato de que *antigamente eram todos viados*. Ela utiliza esta lógica para apontar que as *transexuais* seriam *rapazes*, são *viados*, *homossexuais* como ela. Deste modo, Bárbara transforma o

“antigo” em “novo”. Chamá-las de *rapazes* lembra que *antes tudo era viado* e marca uma relação de não alteridade com as *transexuais* tanto que elas podem ser a *nova geração*.

Assim como procurei desenvolver no capítulo anterior, podemos pensar aqui que classe, raça, gênero, sexualidade e geração não são vistos como realidades distintas ou sobrepostas, elas se articulam e produzem certos lugares sociais (Brah e Phoenix, 2004). *Travesti* e *transexual*, assim como *trans*, são lugares produzidos na intersecção de tais marcadores. No entanto, estas pessoas não se configuram enquanto identidades nucleares, pois não são somente *travestis* ou *transexuais*: podem, inclusive serem os dois, assim como agenciar outras categorias também. De fato, as entrevistadas não se definem exclusivamente como uma coisa ou outra, mas parecem percorrer diversos lugares sociais. Neste sentido, a produção das identidades em jogo neste trabalho não se apresentam coerentes e lineares, mas sim extremamente situacionais e entrelaçadas por diversos discursos.

Foi possível perceber também como o acesso à informação, de vários meios, desde o científico até a internet, permite a elas se olharem de outra forma. Carla, Bárbara e Renata estão imersas em uma rede de discursos sobre as pessoas transexuais e travestis, rede esta na qual o próprio discurso antropológico se faz presente como nos mostra Renata, e participam ativamente de sua produção. Elas reelaboram e deslocam enunciados de acordo com suas situações sociais presentes.

Capítulo III. Convenções em Debate

Destaquei nos capítulos anteriores o uso de convenções médicas e psicológicas acerca do que é travesti e transexual. Apontei como tais convenções são consideradas as hegemônicas em muitos contextos, expressas pela sua especificação nos manuais internacionais e pelo uso dos movimentos sociais. Irei, neste capítulo, trazer mais elementos para esta discussão sinalizando os usos atuais destas convenções na medicina e suas relações com os movimentos sociais. Uma breve análise do desenrolar destes conceitos no campo da medicina, em sua base euroamericana, e das suas atuais definições no CID 10 e DSM IV podem nos informar acerca das convenções que embasam discursivamente as diferenças entre as categorias travesti e transexual, demonstrando a “arbitrariedade”³⁹ destas diferenças e sugerindo a variedade de sentidos que elas podem assumir.

Ao apontar que as convenções médicas são as hegemônicas quando falamos em diferenças entre *travestis* e *transexuais*, não pretendo ratificar uma visão monolítica destas identidades. Como veremos no próximo item, os trabalhos antropológicos procuraram destacar a multiplicidade de sentidos destes termos e as especificidades locais em seus usos. Além disso, como irei destacar, existem diferenças nos usos de tais categorias no Brasil pela própria medicina.

3.1 Percursos e percalços das noções clínicas de “travesti” e de “transexual”

É no contexto daquilo que Foucault chama de “sociedade disciplinar” que o conceito de travesti surge para nomear e corporificar um personagem específico. Como Foucault (2003) argumenta a partir do sec. XIX a sexualidade passa a ser um dispositivo⁴⁰ do poder, que é difuso e multifacetado, onde se concentram alguns princípios fundamentais como: o controle da população (com o nascimento do conceito de população como um todo), o controle sobre a sexualidade das crianças, a sexualidade como uma norma para fins reprodutivos e o controle sobre o corpo, tornando o sexo um campo de estudo e intervenção.

³⁹ É arbitrário, pois não existe qualquer condição natural que embase tais diferenças. A arbitrariedade da relação entre signo e significado pode ser utilizada aqui. Toda ligação entre palavra e coisa é arbitrária, pois não há qualquer relação de semelhança intrínseca entre estas duas entidades. Desta forma, todo ato de nomeação é sempre um ato arbitrário.

⁴⁰ Para Foucault (2003) os dispositivos são formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica.

Como aponta Foucault (2003) começa a ser objeto de estudo das novas “ciências” aquilo que se desviaria da norma, da heterossexualidade reprodutiva. Estes desvios, vistos como “aberrações sexuais”, passam a ser descritos, classificados e especificados adquirindo o status de patológico, produzindo um campo de estudo e disciplinas especializadas como a sexologia e a psicopatologia médica. Estas disciplinas, emergentes da racionalidade instrumental vão configurar uma “vontade de verdade do sexo”, e constituir a função de policiamento dos corpos. Como ressalta Foucault (2003, p.44): “encrava-os nos corpos, introduz-los nas condutas, torna-o princípio de classificação e o constitui em razão de ser e em ordem natural da desordem”. A nomeação cristaliza e produz o “anormal” enquanto sujeito, que passa a ser visto como perigoso, uma ameaça.

É neste contexto em que a sexualidade passa a ser uma forma essencial de descoberta da verdade do sujeito, que surge o termo travesti e travestismo⁴¹, no livro “Die Transvestiten” de Magnus Hirshfeld, médico alemão de origem judaica, um dos pioneiros da sexologia. Como Fernandez (2004) assinala, os primeiros trabalhos que contribuíram para uma descriminalização das práticas travestis foram estes estudos dos sexólogos da Europa Ocidental, no final do sec. XIX. Hirshfeld (2006 [1910]) pensava nas travestis como homossexuais, ou mais precisamente como “intermediários sexuais”, dentro de um espectro hipotético que vai desde o “masculino puro” e o “feminino puro”. Tal diversidade de sexo e gênero seria parte da natureza, e para o autor as leis e a sociedade deveriam refletir esta realidade biológica.

Diferentemente de Krafft Ebing (2006 [1899]), o predecessor da sexologia - para quem a homossexualidade era uma forma de variação de gênero que revelaria aspectos de uma estrutura psicopatológica - Hirshfeld (2006 [1910]) assinalava que o “travestismo” não poderia ser reduzido à “homossexualismo” (embora o autor aponte relações íntimas entre “travestismo” e “homossexualismo”) e nem ao “fetichismo” e, deste modo, que as pessoas que realizavam essas práticas não sofrem de distúrbio mental e nem são criminosas. O autor, sinalizando estudos de caso, apontava a existência de pessoas “efeminadas” e com desejo de vestir roupas de outro sexo, que não eram necessariamente homossexuais, que poderiam ser heterossexuais. Hirshfeld (2006 [1910]) apontava que “nem todos os homossexuais são efeminados”, assim como “nem todos os efeminados são homossexuais”, o que para alguns autores (cf. Leite Jr., 2009) se configuraria nas bases de uma disjunção posterior entre gênero e orientação sexual.

⁴¹ O uso do sufixo “ismo” refere-se a terminologia utilizada nesta época.

Hirshfeld, e outros sexólogos como Havellock Ellis e anteriormente Karl Ulrichs, propunham entender as práticas homossexuais como variações sexuais benignas e inatas, não indicando assim tratamentos para cura. Estes autores defendiam, sobretudo, a descriminalização destas práticas pelo caminho da patologização, já que em muitos países da Europa existiam leis específicas que criminalizam práticas homossexuais. Para Hirshfeld, no entanto, patologizar, não significava entender que tais pessoas sofriam de algum transtorno mental. Segundo Fernández (2004), esta visão dos sexólogos europeus, segundo a qual, os desvios sexuais seriam congênitos, possibilitou para as travestis o deslocamento de um lugar de criminalização para um processo de patologização destas práticas.

Deste modo, além deste esforço de especificação conceitual e controle expresso por aquilo que Foucault chama de sociedade disciplinar, que tornou possível o surgimento do personagem travesti como um dos infinitos “ismos” criados na sexologia desta época, os esforços destes sexólogos europeus dirigiam-se também em afirmar que a sexualidade humana é diversa e que essas variedades tinham direito a existência. Hirshfeld inclusive montou o primeiro grupo internacional de defesa dos homossexuais, e defendia esta postura em conferências realizadas no mundo inteiro⁴². Como afirma Foucault (2003) o processo de controle e disciplina é extremamente complexo e diversificado, sendo que existem nuances na forma como são operacionados por diferentes sujeitos. As relações de poder não são somente fonte de controle, mas também de resistência. É a partir da criação do personagem homossexual pela sexologia que pessoas passam a se abrigar sob tal categoria e, deste modo, abre-se a possibilidade de organização dos sujeitos para cobrança de direitos. Deste modo, controle e resistência caminham juntos, já que a própria especificação conceitual abre-se enquanto possibilidade de resistência.

No Brasil, diferentemente da Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, o “homossexualismo” e o “travestismo” nunca foram criminalizados; assim, o processo de patologização destas práticas deu-se de um modo diferente por aqui. Mesmo que tais práticas não fossem crimes segundo artigos legais, a relação entre medicina e criminologia, expressa pela medicina legal esteve presente e muito influente desde o sec. XIX. Green (2000) aponta como na década de 30 houve uma grande preocupação de profissionais

⁴² Hirshfeld fundou em 1897 o “Scientific Humanitarian Committee”, considerado por muitos a primeira organização dos direitos de homossexuais. Em 1919 ele também funda o primeiro instituto de sexologia do mundo, em Berlim, sendo que neste instituto trabalhavam um série de “transgêneros”. A primeira cirurgia documentada de tentativa de “mudança de genitálias” foi realizada neste instituto, em um de seus alunos.

médico-legais na procura de inspiração para suas pesquisas nos trabalhos dos sexólogos europeus, sobretudo nesta idéia que sinalizei de uma “anormalidade inata”, utilizada para outros objetivos no Brasil. A ênfase na natureza congênita de tais “anormalidades sexuais” também se inspirava nos trabalhos de duas figuras com influência internacional, dentre eles, os trabalhos de Gregório Maraño, professor de medicina da Universidade de Madrid, que investigava aspectos endocrinológicos no estudo do “homossexualismo”, e os trabalhos do criminologista italiano Cesare Lombroso. Os trabalhos de Lombroso que tinha como objetivo principal determinar a partir de característica fenotípicas as degenerações criminosas, fizeram seguidores entusiasmados no Brasil como Leonídio Ribeiro, que empregou suas técnicas em um presídio no Rio de Janeiro em 1932 e propunha provar a ligação entre desequilíbrio hormonal e “homossexualismo”.

Green (2000) argumenta como estes trabalhos se ligaram a uma tradição positivista destes médicos brasileiros que enfatizava a “ciência” aplicada como mola propulsora do progresso social e mantenedora da ordem social, e respaldavam a intervenção do Estado para resolver os males da sociedade. O autor ainda argumenta como esta filosofia positivista serviu de base para a maioria dos profissionais dos anos 1920 e 1930 e com isso legitimava o trabalho de médicos, juristas e criminologistas.

Percebemos, portanto, que o fato das práticas homossexuais não terem sido criminalizadas no Brasil, não fez com que esta não se convertesse em alguns contextos como prova de crime, utilizada em muitos casos para justificá-los. No entanto, o argumento da natureza congênita das “anormalidades” diferentemente como usado por Hirshfeld, foi utilizado em muitos casos justamente para criminalizar as práticas homossexuais. Green também relata que, até a década de 1940, o *travestismo* em público era visto como uma violação do Código Penal, como “atentado violento ao pudor”. Segundo informações de informantes desta pesquisa, durante a ditadura militar travestis eram presas por “vadiagem”, o que segundo alguns autores, tratava-se do modo clássico como a polícia controlava e reprimia a homossexualidade no Brasil.

Green (2000) ainda destaca que o termo travesti começou a aparecer no Brasil na década de 1950. Mais especificamente, o autor aponta uma publicação da revista *Manchete* de 1953 que utilizou o termo travesti para se referir aos homossexuais que se vestiam de mulher nos bailes de carnaval. Nestas reportagens fazia-se uma divisão entre “travestis heterossexuais” e os “homens efeminados”. Como o autor aponta travestir-se no carnaval no Brasil era uma coisa normal. No entanto, o termo travesti passa a ser associado

principalmente aos homossexuais, pois segundo Green (2000) havia uma visão por parte da imprensa e por muitas pessoas, que a homossexualidade estava ligada a modos femininos e com o uso de roupas femininas.

O autor aponta como o termo travesti era uma forma de depreciar homossexuais, junto com outros nomes como bicha, viado, enxuto e boneca. Green (2000) também mostra o protagonismo de algumas pessoas chamadas de “transformistas”, como Rogéria e Valéria, que encabeçavam elencos em teatros de revista e trabalhos em clubes noturnos de alta classe. Nessas concepções o termo travesti tinha forte associação com a homossexualidade, como ainda o tem em certos contextos, assim como também possuía relações com o teatro e profissões como “peformer”, representada pela figura da transformista⁴³. Ainda segundo Green (2000) até os anos 1960 o termo travesti não tinha associação com a prostituição no Brasil.

De fato, se no discurso cotidiano e do senso comum travestis e homossexuais se misturam, um dos maiores esforços dos sexólogos como Hirshfeld era justamente a especificação e diferenciação entre tais categorias. Deste modo, o processo de patologização e criação das categorias travesti e homossexual promovido pelos sexólogos deu suporte para a criação de estratégias para outra diferenciação, a entre transexuais e travestis. Para Hirschfeld aquilo que pensa-se atualmente como transexuais era um segmento de um grupo maior chamado de travestis. Segundo alguns autores como Leite Jr. (2009), Hirschfeld já apontava indícios da categoria transexual, pois apontava a existência de algumas pessoas que acreditavam ser do sexo oposto, e talvez não pudessem ser classificadas na categoria de travesti, pois para o autor as/os travestis tinham consciência de seu sexo de nascimento, e não se viam como mulheres.

No entanto, é considerado que o termo transexual em sua forma mais atual é inaugurado na sexologia por Cauldwell, em 1949, no artigo publicado na revista “Sexology” sobre o caso de uma mulher biológica que desejava se masculinizar. Posicionando-se contra intervenções cirúrgicas o médico cria o termo *psychopathia transexualis*. É necessário enfatizar, como assinala Leite Jr. (2009) que durante o século XX a questão da definição entre homens e mulheres, entre o masculino e feminino não foi somente um assunto das ciências biomédicas e das ciências com radical psi. Particularmente, o tema da “mudança de sexo” foi matéria de grande atenção das mídias.

⁴³ Vale destacar, como Leite Jr. (2009) o faz, que a profissão de artista na metade do século XX no Brasil tinha fortes associações com a prostituição.

Segundo o autor, a questão da transexualidade ou “transexualismo” para a época, ganhou importância mundial com o caso de George William Jorgensen Jr., ex militar que “mudou de sexo” na Dinamarca⁴⁴.

Se Cauldwell foi quem inventou o conceito de transexualismo, foi Harry Benjamin quem o popularizou e firmou as bases analíticas das diferenças entre travestis e transexuais. Benjamin gozava de tanta importância no assunto na época que foi chamado publicamente para discutir o caso de Jorgensen. Ele já possuía uma série de publicações. No ano de 1953, por exemplo, ele publica o artigo “Travestismo e transexualismo”, derivando o termo transexualismo do termo criado por Cauldwell em latim. Neste texto, Benjamin (apud Leite Jr., 2009) afirma que a diferença fundamental entre travestis e transexuais está que no caso das transexuais há um:

[...] desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica. Enquanto o travestismo representa o papel da mulher, o transexual deseja ser e funcionar como mulher, aspirando a adquirir tantas características quantas forem possíveis da mulher, seja de ordem física, seja de ordem mental, e seja ainda de ordem sexual. Tanto o travestismo como o transexualismo são sintomas da mesma condição de base; trata-se, nos dois casos, de distúrbio da normal orientação do sexo e do gênero. (Benjamin, 1953 apud Leite Jr., 2009, p.141)

Benjamin assinala também como elementos definidores das pessoas transexuais a insistência em se considerar uma mulher em corpo de homem, a repulsa ao órgão genital, a necessidade de alterar o corpo para adequar-se ao sexo que considera como pertencente e uma profunda infelicidade e angústia quanto a sua condição. Como Leite Jr. (2009) sinaliza, é a partir desta diferenciação de Benjamin que se constroem as definições que irão

⁴⁴ Jorgensen foi militar na segunda guerra mundial, sendo afastado por contágio de uma pneumonia. Quando volta para os Estados Unidos, Jorgensen toma contato com a possibilidade de “mudar de sexo” via uma nova tecnologia médica que vinha se desenvolvendo, principalmente pelo contato com o trabalho do endocrinologista dinamarquês Christian Hambúrguer acerca de hormônios femininos. Ele viaja em 1951 para a Dinamarca decidido a encontrar-se com esse médico. Jorgensen realiza sob a supervisão deste médico a terapia hormonal e no mesmo ano de 1951 realiza um procedimento cirúrgico com o fim de remover seus testículos. Após um ano, o médico realiza uma cirurgia de remoção do pênis e, são criados os lábios vaginais, porém o médico desencoraja Jorgensen de criar um canal vaginal, visto que segundo este médico, Jorgensen quer “parecer” mulher e não ter intercursos sexuais. George William Jorgensen volta para os Estados Unidos como Christine Jorgensen, em homenagem ao médico que realizou os procedimentos (Leite Jr., 2009). O caso de Christine Jorgensen foi noticiado no mundo inteiro, e ela estampou jornais e revistas, cedeu entrevistas para a televisão, o que fez de seu caso um frenesi mundial da época. A divulgação de sua história também fez, como assinala Leite Jr. (2009), com que muitas pessoas tivessem o conhecimento de que era possível “mudar de sexo”. Segundo o autor é a partir de todo este debate criado acerca do caso de Jorgensen que o endocrinologista Harry Benjamin entra neste debate, tornando-se posteriormente um dos grandes especialistas no assunto.

delinear o reconhecimento do “verdadeiro transexual”, tornando-se a base para as futuras definições das diferenças entre as categorias travestis e transexuais. Segundo o autor as travestis serão cada vez mais, nestas terminologias, associadas às perversões e parafilias, especialmente ao fetichismo, enquanto a profunda identificação com o sexo oposto será uma característica definidora das transexuais. Neste trabalho de Benjamin o autor descreve três tipos de travestidos:

1. “Travestido principalmente psicogênico”: pessoa travesti no sentido clássico de Hirshfeld, para quem o tratamento aconselhado é o psicológico, pois o que esta pessoa deseja é que a atitude da sociedade para com ele se modifique.
2. “Tipo intermediário”: são aquelas pessoas que oscilam entre travestismo e transexualismo e entre a heterossexualidade e a homossexualidade, sendo indicado principalmente o tratamento hormonal.
3. “Transexual somático-psíquico”: representado pelo caso de Christine Jorgensen, por exemplo, no qual se recomenda ajuda psicológica e, principalmente, hormonal e cirúrgica. (Benjamin, 1953, apud Leite Jr, 2009, p.142)

Um outro autor conhecido no debate desta época é o psicanalista e psiquiatra Robert Stoller que baseado no conceito de gênero criado por John Money, formula seu conceito de identidade de gênero⁴⁵. Para Money o “sexo” é considerado como uma categoria natural de ordem biológica, composta de hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia, dentre outras; enquanto o “gênero” como uma categoria cultural é, portanto, construída e determinada por aspectos psicológicos e sociais. Como destaca Leite Jr. (2009) gênero passa a ser um conceito cada vez mais usado no âmbito médico para as definições de pessoas intersexuais e transexuais, pois este conceito como argumenta Haraway (1994) foi criado justamente neste contexto clínico. Fernández (2004) aponta que a distinção sexo/gênero fez com que as transexuais continuassem sendo de interesse médico, pois sua “cura” estava vinculada à cirurgia, enquanto as travestis fossem cada vez mais perdendo espaço nas terminologias e nos trabalhos médico-psiquiátricos.

Em 1966, Harry Benjamin irá lançar o livro que será considerado um dos livros mais importantes sobre travestis e transexuais atualmente, o “Fenômeno transexual”. Neste livro, o autor elabora um escala, inspirado pela escala de orientação sexual de Kinsey,

⁴⁵ Para Stoller, a identidade de gênero é considerada como a convicção interna da pessoa que esta foi designada como homem ou mulher, tanto no corpo quanto na psique. É a partir deste núcleo, que para Stoller desenvolve-se em torno dos dois ou três anos, que a masculinidade e a feminilidade se desenvolvem. Stoller destacava a importância de diagnosticar esta manifestação na infância, sugerindo técnicas de prevenção à transexualidade.

considerando assim os tipos como gradações, entendendo com isto que na vida concreta estes tipos encontram-se normalmente misturados. As definições e gradações encontradas no “Fenômeno transexual” são as seguintes:

Grupo 1

Tipo 1: Pseudo-travesti: considerando as pessoas que vestem-se como o gênero oposto apenas ocasionalmente.

Tipo 2: Travesti-fetichista: que veste-se como o gênero oposto para obter gratificação erótica.

Tipo 3: Travesti-verdadeiro: quem possui esta tendência desde criança, desejando viver e se comportar como o outro gênero mas sem desejar a cirurgia, o uso de hormônios ou outras alterações permanentes, neste tipo a transexualidade pode estar latente.

Grupo 2

Tipo 4: Transexual não indicado para a cirurgia: pessoas que oscilam entre o travestismo ocasional e o desejo de viver como do outro gênero, alterando seu corpo com pequenas intervenções estéticas e hormônios, mas tendo pouca intenção de se desfazer ou considerar-se como uma mulher real.

Grupo 3

Tipo 5: Transexual de intensidade moderada: deseja alterar seu corpo inclusive com cirurgia e tem pouca libido.

Tipo 6: Transexual de intensidade alta: pessoa transexual exemplar: vive como outro gênero, deseja alterar seu corpo principalmente via cirúrgica, considera-se uma mulher em corpo de homem,, não possui libido e é extremamente infeliz. (Benjamin, 1966 apud Leite Jr., 2009, p. 147, grifos meus)

Apenas as pessoas do grupo 3, e os tipo 5 e 6 são indicadas para a cirurgia. Como argumenta Leite Jr. (2009) um ponto interessante a considerar é que as travestis são analisadas neste trabalho em torno da díade verdadeira e pseudo enquanto as transexuais são analisadas em torno da categoria intensidade. Como o autor pontua, a transexualidade passa a ser o referente, o princípio, “talvez porque não exista uma pseudo-transexual, pois se assim fosse, ela não seria classificada como tal e sim provavelmente como travesti” (Leite Jr, 2009).

É necessário destacar que Benjamin só prescrevia cirurgia às transexuais que depois desta mantivessem relações sexuais heterossexuais. O conceito que embasa a argumentação de Benjamin é a ideia de Stoller de uma identidade nuclear e essencializada. A teoria de Benjamin exemplifica aqui o argumento de Butler (2003) que as identidades de gênero são performativas e funcionam como um ideal regulatório que produz uma coerência extremamente causal entre sexo, gênero e sexualidade. Deste modo, se uma

pessoa do sexo masculino deseja “mudar de sexo” para o sexo feminino, seu desejo só pode ser dirigido para homens.

Deste modo, se para Hirshfeld as possíveis transexuais seriam um subgrupo da categoria abrangente de travestis, desde a década de 1950 o termo transexual passa cada vez a ser utilizado nos livros biomédicos e psicológicos, nos debates militantes e no imaginário social, e é selado pelo seu reconhecimento como patologia em 1980 no Código Internacional de Doenças (CID) organizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo suas definições atuais, promulgadas em 1993 na 10ª edição do CID, encontram-se na seção de Transtornos da personalidade e do comportamento, no item F64 – Transtornos da identidade sexual e item F65 – Transtornos de preferência sexual as seguintes categorias:

F64 Transtornos da identidade sexual

F64.0 – Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

F64.1 – Travestismo bivalente: Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança da vestimenta não se acompanha de excitação sexual. Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não-transexual. Exclui: travestismo fetichista (F65.1).

F64.2 - Transtorno sexual na infância: Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente e intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo. O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude afeminada. Os transtornos de identidade sexual nos indivíduos púberes ou pré-púberes não devem ser classificados aqui mas sob a rubrica F66.-. Exclui: Orientação sexual egodistônica (F66.1) e Transtorno da maturação sexual (F66.0).

F65 – Transtornos de preferência sexual

Inclui: Parafilias

F65.1 – Travestismo fetichista: Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o

orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo.⁴⁶

Segundo Leite Jr. (2009) vemos nestas definições do CID 10 a oficialização das características já delineadoras da pessoa transexual desde a década de 1950, e que definem o “verdadeiro transexual”, dentre essas:

[...] o desejo de viver como o outro gênero e receber intervenções hormonais e cirúrgicas e profundo mal-estar com o próprio sexo anatômico, excluindo assim um enorme contingente de pessoas que consideram a si mesmas como transexuais e não se enquadram nesta breve especificação.(Leite Jr., 2009, p.181)

Distinguidas da categoria transexualismo, incluem-se travestismo bivalente, que ocorre somente em algumas fases da vida e travestismo fetichista que tem por objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. Leite Jr. (2009) sinaliza como nesta denominação parece implícito a noção de que as travestis “parecem, mas não são” do sexo oposto, ratificada pela categoria aparência, o que repõe também a postulação dessa experiência enquanto fetiche.

No mesmo ano de 1980 também foi organizado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM III), produzido pela Associação Psiquiátrica Americana, volume no qual é retirado o termo homossexualismo do rol de doenças. Neste volume do DSM, a categoria existente em seus outros volumes de “Desvios sexuais” dá origem as de “Transtornos psico-sexuais” e os “Transtornos de identidade de gênero”. Segundo Leite Jr. (2009) e Russo e Venâncio (2006), este volume do DSM caracterizou-se por um afastamento de explicações psicológicas, psicanalíticas e sociais em prol de explicações de cunho mais biologizantes. Assim sendo, multiplicam-se os transtornos e no capítulo de Transtornos da identidade de gênero, aparecem Transexualismo, Transtorno da identidade de gênero na infância e Transtorno da identidade de gênero atípico.

De acordo com Leite Jr. (2009) no DSM IV, publicado em 1994, retira-se o termo transexualismo, seguindo a vertente de tornar as categorizações mais genéricas possíveis ampliando o número de transtornos. Deste modo, no capítulo de Transtornos sexuais e da identidade de gênero encontram-se duas divisões: Disfunções sexuais, nas quais encontram-se as Parafilias que incluem Fetichismo transvéstico; e Transtornos da identidade de gênero, que se subdivide em Transtorno da identidade de gênero em crianças, Transtorno da identidade de gênero em adolescentes ou adultos e Transtornos da

⁴⁶ Disponível em <http://www.datasus.gov.br/sid10/v2008/cid10.htm>, capturado em 10 de junho de 2009.

identidade de gênero sem outra especificação. As definições de Fetichismo Transvéstico e Transtorno de identidade de gênero são as seguintes :

“Fetichismo Transvéstico”

A. Por um período mínimo de 6 meses, em um homem heterossexual, fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo o uso de roupas femininas; B. As fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Especificar se: Com Disforia Quanto ao Gênero: se o indivíduo sente um desconforto persistente com o papel ou a identidade de gênero.

“Transtornos da identidade de gênero”

A. Uma forte e persistente identificação com o gênero oposto (não meramente um desejo de obter quaisquer vantagens culturais percebidas pelo fato de ser do sexo oposto). Em crianças, a perturbação é manifestada por quatro (ou mais) dos seguintes quesitos: (1) declarou repetidamente o desejo de ser, ou insistência de que é, do sexo oposto; (2) em meninos, preferência pelo uso de roupas do gênero oposto ou simulação de trajes femininos; em meninas, insistência em usar apenas roupas estereotipadamente masculinas; (3) preferências intensas e persistentes por papéis do sexo oposto em brincadeiras de faz-de-conta, ou fantasias persistentes acerca de ser do sexo oposto; (4) intenso desejo de participar em jogos e passatempos estereotípicos do sexo oposto; (5) forte preferência por companheiros do sexo oposto. Em adolescentes e adultos, o distúrbio se manifesta por sintomas tais como desejo declarado de ser do sexo oposto, passar-se freqüentemente por alguém do sexo oposto, ou a convicção de ter os sentimentos e reações típicos do sexo oposto.

B. Desconforto persistente com seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo.

C. A perturbação não é concomitante a uma condição intersexual física.

D. A perturbação causa sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. (Leite Jr., 2009, p. 183-184).

Leite Jr. (2009) sinaliza como nestas definições do DSM IV o termo travestismo novamente aparece atrelado ao prazer erótico e como uma parafilia, distinguindo-se assim dos transtornos da identidade de gênero, no qual são classificadas as pessoas transexuais, mesmo não contendo a categoria transexualismo, tendo como sua especificidade o sofrimento e o desconforto.

Além do CID e do DSM, outro manual de importância internacional são as Normas de Tratamento (Standarts of Care – SOC) criadas pela Harry Benjamin Association, que seguem os preceitos de Benjamin para o tratamento destas pessoas. A única mudança efetiva em relação as teorias de Benjamin nas SOC, foi a retirada do termo

homossexualismo como um problema sexual, apontando com isso a possibilidade do paciente transexual poder ser homossexual, heterossexual ou bissexual.

É possível perceber que houveram muitas mudanças nas terminologias até o transexualismo se tornar o princípio de outras definições. Em Hirshfeld, como já discutido, o termo transexualismo era um subgrupo da categoria mais abrangente de travestis. Atualmente, vimos como o DSM IV agora chama de Transtorno de identidade de gênero o que era chamado de transexualismo, o que parece ser uma tendência no campo médico.

Criam-se também com estas definições esteriótipos que organizam as noções das diferenças entre travestis e transexuais. As travestis são cada vez mais vistas como “pervertidas” e as transexuais como “doentes”. Como Leite Jr. (2009) assinala “talvez o conceito de travesti tenha mantido boa parte da periculosidade do antigo pervertido sexual, enquanto a noção de transexual evoca o trágico destino do perverso” (Leite Jr., 2009, p.192).

Uma questão notada por Leite Jr. (2009) acerca do agenciamento de tais noções no contexto brasileiro nos dá dicas das disputas terminológicas entre travestis e transexuais no Brasil e nesta associação de travestis com perversão e transexual com patologia. No CID e no DSM aquilo que é descrito enquanto travesti, expresso nos conceitos de “Travestismo Fetichista” e “Fetichismo Transvéstico” respectivamente se assemelharia mais clinicamente ao que chamamos de cross-dresser no Brasil, isto é, pessoas que se vestem em outro gênero do que o assignado ao nascer, mas que não necessariamente vivem cotidianamente neste gênero. Em outros países, como nos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, pessoas que foram assignadas como nascidas homens, mas que vivem o dia inteiro enquanto femininas, construindo em seus corpos aspectos deste feminino como colocar silicone nos quadris e seios e tomar hormônios são chamadas de transexuais, e são clinicamente identificadas segundo o termo de Benjamin de transexualismo secundário não indicadas para cirurgia. O diagnóstico clínico de travestis nestes países está muito associado ao fetiche, que seria vestir roupas do sexo contrário por um tempo específico e não necessariamente viver neste outro gênero.

No entanto, nos usos cotidianos no Brasil, grande parte das pessoas, inclusive os médicos e as próprias travestis e transexuais entendem tais pessoas que não requerem a cirurgia de transgenitalização enquanto travestis. A história dos usos das categorias assim tem sentidos diferentes. A disputa entre tais nomes, segundo Leite Jr., é mais acirrada no

Brasil, pois o termo travesti carrega décadas de associação com o universo da prostituição e da marginalidade. Assim, quando médicos definem pessoas que entendemos no Brasil enquanto travestis nos padrões clínicos internacionais do DSM III e CID 10 de travestis, eles associam tais pessoas ao campo das parafilias, da perversão. Travestis, enquanto perversão e parafilia, transformariam seus corpos exclusivamente para ter prazer sexuais, é alguém que se passa por mulher para obter prazer sexual, o que parece combinar muito bem nestes discursos com a associação das travestis ao campo da prostituição.

Como aponta Haraway (1994) estes trabalhos do campo da medicina ao patologizarem estas práticas, discutem tais conflitos como “problemas pessoais” e, deste modo, inscrevem-se em um amplo discurso ocidental produtor de uma problemática individualista. Atualmente, os movimentos organizados de travestis e transexuais têm posto como uma de suas pautas a despatologização destas experiências, reivindicando sua desvinculação do DSM e CID⁴⁷. A proposta da despatologização da transexualidade é uma questão não resolvida dentro do movimento transexual. Como apontei no capítulo 1, há transexuais que defendem a patologização, pois vêm nessa uma forma de conseguirem seus objetivos por meio das normas já existentes. Segundo Teixeira (2009) muitas transexuais entendem suas experiências enquanto uma manifestação patológica e veem a cirurgia como o resultado final de um processo patológico.

Na 1ª Conferência Nacional GLBT⁴⁸, realizada como uma das metas do Programa Brasil sem Homofobia, encontram-se as seguintes deliberações acerca deste assunto:

[...] 22. Implantar Assistência Interdisciplinar a Transexuais nos Ambulatórios Especializados Centros de Referências garantindo a assistência endocrinológica integral para travestis e transexuais e a execução dos Protocolos do Processo Transexualizador no SUS.

[...] 24. Fomentar a realização de pesquisas científicas e estudos para produção de protocolos e diretrizes a respeito da hormonioterapia, implante de próteses de silicone e retirada de silicone industrial para travestis e transexuais, bem com estudos sobre mastectomia e histerectomia em transexuais.

[...] 50. Contribuir para retirar transexualismo e travestismo do CID (Código Internacional de Doenças) e DSM-IV (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais).

⁴⁷ Durante o ano de 2009 foram realizados vários eventos no mundo em torno de uma campanha a favor da despatologização trans, pois em 2012 sairá o novo volume do CID.

⁴⁸ 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada de 05 a 08 de junho de 2008, no qual as deliberações encontram-se disponíveis em <http://www.conferencianacionalglbt.com.br/>.

Vemos como a deliberação para a produção de protocolos acerca da hormonioterapia, a retirada de silicone industrial das travestis e a despatologização das experiências travesti e transexual, aparecem no mesmo documento em que se determina a execução dos Protocolos do Processo Transexualizador do SUS. Como analisado por Teixeira (2009) no processo de construção desta política pública estavam presentes profissionais do Ministério da Saúde, psicólogos, médicos, pesquisadores e as pessoas transexuais. Segundo a autora, os textos das Portarias estão marcados pela interlocução entre estes diferentes atores sociais. No entanto, Teixeira (2009) percebe que a incorporação de ideias que postulassem uma maior autonomia das pessoas transexuais por meio uma despatologização foram vetadas nestas portarias devido ao protagonismo do discurso médico na patologização das transexuais. Na portaria do Processo Transexualizador retoma-se o conceito patológico de “transexualismo”, e é citado a Resolução do CFM nº. 1.652/2002 como parâmetro para o tratamento. Esta resolução implica em uma necessidade do diagnóstico da patologia para realização do tratamento e se embasa nas SOC. Nestas normas a transexualidade é qualificada enquanto doença e as diferenças entre travestis e transexuais se expressam como no argumento de Benjamin citado neste capítulo.

Segundo estas normas, a pessoa que deseja a cirurgia ou tratamento hormonal, deve ser diagnosticada já na sua ida ao serviço, pois o restante do “tratamento” está vinculado a este diagnóstico. Este diagnóstico anterior é entendido como um autodiagnóstico da pessoa, pois se entende que a pessoa transexual mesmo antes de chegar ao serviço já apresenta um enorme desejo de realizar a cirurgia e uma profunda infelicidade. Esta questão transparece, segundo Teixeira (2009), na Portaria nº. 457/SAS/MS/2002, que estabelece que no momento do acolhimento, se não for percebido que se trata de um diagnóstico de transexualismo de acordo com a resolução do CFM já citada, deve-se encaminhar a pessoa para outro serviço, ficando vetadas a hormonioterapia e as cirurgias.

Teixeira (2009) aponta como a reivindicação dos homens trans⁴⁹ nesta portaria se torna invisível, pois a cirurgia de neofaloplastia⁵⁰, que segundo os argumentos médicos

⁴⁹ Homens trans é a categoria utilizada por pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo feminino e que se engajam em práticas de construção de um masculino em seus corpos, e reivindicam a identidade de homem.

⁵⁰ Neofaloplastia é um processo cirúrgico pelo qual se objetiva construir um pênis. Constrói o pênis com parte do antebraço ou do ventre. Em alguns casos, o clitóris que cresce com o uso de hormônios ainda permanece sob a construção do neofalo. No entanto, como já apontado, tal cirurgia é considerada incompleta para os médicos pois não possibilita as funcionalidades consideradas “normais”.

possui limitações técnicas – pois ainda não consegue se produzir um “pênis natural” –, encontram-se em fase experimental. Nas descrições de hormonioterapia de tal resolução também só há a descrição de hormônios femininos. Um outro elemento aqui aparece e marca a relação com a produção destas identidades, a biotecnologia. Diante do argumento da limitação de uma biotecnologia, as experiências destes homens transexuais ficam impossibilitadas. O atrelamento do diagnóstico à cirurgia (ou capacidade de realizar a cirurgia no caso dos homens-trans) relevaria assim o quanto as normas de gênero constituem o pano de fundo da medicina em sua tentativa de produzir corpos normalizados em um sistema de gênero binário. Uma construção do natural por meios artificiais, que, no entanto, pretende ser o mais natural possível. Nas palavras de Teixeira:

O limite parecia ser marcado pela disponibilidade da técnica para a intervenção nos corpos, numa perspectiva que contemplaria as mulheres (transexuais), uma vez o alardeado sucesso da técnica da neocolpovulvoplastia asseguraria uma neovagina semelhante ao modelo biológico. Mas, para os homens transexuais, a incipiência da cirurgia negaria seu acesso porque resultaria num corpo ambíguo: um falo débil seria incapaz de performar a natureza. (Teixeira, 2009, p.222)

Para Teixeira (2009), o reconhecimento destes corpos “incapazes de performar a natureza” seria a compreensão que estes binarismos não são necessários nem mesmo inquestionáveis. A autora aponta vários problemas decorrentes deste atrelamento ao diagnóstico e gostaria de sinalizar mais alguns, visto as questões que apresentei na introdução deste projeto. A execução dos procedimentos pelos médicos está atrelada as produções de protocolos e, no momento, não existem protocolos específicos para o tratamento de travestis.

Grande parte das travestis do Brasil faz uso de hormônios e silicone clandestinamente, buscando muitas vezes as bombadeiras⁵¹ para realizar o processo de transformação corporal. Estes métodos, muitos vezes realizados sem a condição asséptica necessária, causam muitos agravos a saúde, quando não a morte por infecções. O uso de silicone industrial, por exemplo, tem sido causa de morte de muitas travestis, que quando não morrem no próprio momento de aplicação, desenvolvem com o tempo deformações adquiridas pela migração de tal silicone ao corpo, visto este não ser o adequado⁵².

⁵¹ Refere-se a um termo êmico utilizado pelas travestis para se referirem à pessoa que aplica o silicone industrial.

⁵² Este tipo de demanda, desde os anos 90, fez surgir os programas de redução de danos do uso de silicone industrial e hormônios. A ANTRA realizou um projeto que contava com atuação em várias regiões do país, chamado Projeto Tulipa. Dentre as ONGs e outras instituições que tenho conhecimento que trabalham com a redução de danos do uso de silicone industrial e hormônios, cabe mencionar: Secretaria de DST-Aids de São Paulo pelo Programa “Tudo de Bom”, ATRAC (Associação de Travestis do Ceará), Grupo Esperança- GE

A Portaria do Processo Transexualizador, como o próprio nome diz, só permite o acesso às técnicas de colocação de próteses mamárias e hormonioterapia para pessoas que são identificadas clinicamente como transexuais. A realização de tais procedimentos, como já enfatizado, está atrelado ao diagnóstico da patologia de transexualismo. Diante das convenções médicas, grande parte das travestis não se encaixa no padrão de “verdadeiro transexual”, já que não requisitam a cirurgia de neocolpovulvoplastia. O não desejo da cirurgia de “mudança de sexo”, e o uso sexual do pênis, implicam em um não reconhecimento das necessidades de transformação das travestis. É como que se as travestis não pudessem querer ser femininas, visto que não requisitam retirar o atributo considerado para os médicos o signo último da masculinidade, isto é, o pênis.

Retomando as questões até então discutidas, trouxe neste capítulo as concepções médicas acerca do que é travesti e transexual e suas diferenças. Passando pelas principais definições destes conceitos quis apresentar quais são as convenções que embasam as diferenças entre travestis e transexuais no saber médico-psiquiátrico atualmente, que são base para formulações de muitas políticas públicas como a do Processo Transexualizador. No próximo item, veremos como os trabalhos antropológicos que focaram suas atenções nas travestis definiram seus objetos de estudos.

3.2 Da clínica às experiências

Se no conhecimento médico e psiquiátrico percebemos a construção de categorias fixas e patológicas acerca do que é travesti e transexual, desde a década de 1990 vemos florescer no âmbito das ciências sociais no Brasil uma série de trabalhos que procuram enfatizar o cotidiano destas pessoas, afastando-se do viés patológico e procurando destacar a multiplicidade de formas de viver estas experiências. Alguns destes trabalhos, de inspiração etnográfica, já são considerados pioneiros como o de Hélio Silva (1993; 1996), Neusa de Oliveira (1994) e Don Kulick (2008) que focaram suas atenções nas travestis que trabalham na prostituição.

Não irei aqui fazer um extenso balanço bibliográfico destes trabalhos, pois pretendo focar minha atenção no modo como alguns desses definiram seu objeto de pesquisa. Esta atenção se dá, também, pelo modo que construí meu objeto de pesquisa; a dificuldade, já relatada na introdução desta dissertação, de uma definição clara e objetiva de termos como

travesti e transexual. Para tanto, focarei, sobretudo, nas etnografias realizadas por Kulick (2008), Benedetti (2005) e Pelúcio (2007).

A pesquisa de Kulick (2008) versa sobre uma etnografia realizada em 1996 e 1997 entre travestis que se prostituem em Salvador. Kulick (2008) conviveu com elas durante o período, morando com as mesmas em uma pensão, o que faz de sua etnografia um trabalho denso de um antropólogo que participou de diversos momentos da vida dessas pessoas. Já no começo de seu trabalho Kulick (2008) destaca o argumento que irá delinear no decorrer de seu trabalho. Segundo o autor as travestis não se definem como mulheres, pois:

[...] apesar de viverem o tempo todo vestidas como mulher, referindo-se umas às outras por nomes femininos, e sofrendo dores atroztes para adquirir formas femininas, as travestis não desejam extrair o pênis e não pensam em 'ser' mulher. Elas não são transexuais. Ao contrário, afirmam elas, são homossexuais (Kulick, 2008, p.22)

“Elas não são transexuais”, afirma Kulick (2008). As travestis consideram-se homossexuais, elemento que para o autor marca sua diferença com as transexuais euroamericanas. E esta “combinação entre atributos femininos e subjetividade homossexual masculina”, segundo o autor, fazem das travestis quase únicas no mundo. Apoiado em uma perspectiva etnometológica Kulick afirma, baseado em Raymond (1979), que “o transgêderismo não ocorre naturalmente ou arbitrariamente, mas emerge em contextos sociais específicos, tomando formas sociais específicas – formas que refletem as estruturas que as estruturam” (Kulick, 2008, p.27). Assim, uma das questões do autor é: “o que as práticas travestis nos ensinam sobre o modo como o gênero é concebido e constituído na sociedade brasileira?” (Kulick, 2008, p.28). Este ponto já marca outra hipótese que vai delinear seu trabalho, isto é, que as travestis condensam certas ideias mais gerais acerca de gênero na sociedade brasileira, e trazem consigo assim uma concepção do que é o Brasil.

Portanto, de acordo com Kulick (2008), as travestis aperfeiçoam certas ideias mais gerais acerca do que é gênero no Brasil. E como já argumentado, para o autor uma das principais especificidades das travestis é a estreita relação entre gênero e sexualidade. É o desejo homossexual que para Kulick (2008) move todo o processo de transformação das travestis.

Se as travestis condensam ideias mais gerais acerca do gênero no Brasil, Kulick (2008) irá construir o que ele chama de “sistema de gênero brasileiro” a partir da análise delas. Segundo o autor, neste “sistema de gênero brasileiro”, gênero se fundamenta na

sexualidade, expressado, sobretudo pelo ato de penetrar. No Brasil, segundo Kulick (2008), homens são pessoas que penetram, enquanto quem é penetrado pode ser uma mulher ou um “viado”. Tal esquema, segundo Kulick (2008), é fundamentalmente diferente da lógica euroamericana na qual diferença sexual binária entre homem e mulher baseada em um “dimorfismo sexual” define os gêneros. Assim, o binarismo que fundamenta este sistema de gênero brasileiro é o de “homens e não-homens”. A penetração funciona como o ato transformativo pelo qual se produz dois tipos de categorias, a de homens e não-homens. Segundo o autor, é unânime entre as travestis a afirmação de que elas são homossexuais, de que elas são “viados”.

Vale destacar, como argumentei nos capítulos 1 e 2 e no começo deste capítulo, um movimento atual de diferenciação entre travestis e homossexuais. Desde que Kulick realizou sua etnografia entre as travestis de Salvador, o movimento organizado de travestis e transexuais tem se organizado em redes nacionais. No entanto, o discurso elaborado pela militância, que tem argumentado a favor de uma diferenciação entre travestis e homossexuais, nem sempre correspondem ao discurso das próprias travestis. Como vimos nos capítulos 1 e 2 várias pessoas, não somente travestis, mas também pessoas que se dizem transexuais utilizam termos que remetem a homossexualidade. Algumas como Bárbara se dizem principalmente homossexuais.

No entanto, a questão a refletir acerca desta análise de Kulick (2008) é até que ponto esta concepção de gênero e sexualidade seria típica do Brasil. De fato, vários trabalhos apontam esta combinação entre atributos femininos e subjetividade homossexual masculina em outros lugares e em outros momentos históricos. O trabalho de Chauncey (1994, apud Carrara e Simões, 2007), por exemplo, entre culturas sexuais urbanas nos Estados Unidos, antes da Segunda Guerra Mundial, aponta outros sistemas de classificação da homossexualidade que não se baseiam somente em orientação sexual e que são muito semelhantes ao que Kulick (2008) define como específico ao Brasil. Chauncey (1994, apud Carrara e Simões, 2007) destaca a figura da *fairly*, que era um termo êmico utilizado pra classificar homossexuais mais femininos e *queer*, que qualificava os homossexuais discretos. Tanto as *fairies* quanto as *queers* desejavam como parceiros sexuais os *trades*, que seriam homens de verdade, que deveriam sempre manter a aparência masculina e o papel ativo no ato sexual.

Chauncey (1994, apud Carrara e Simões, 2007) relata também este tipo de entendimento da sexualidade, depois da Segunda Guerra, nas classes populares

norte-americanas. De fato, esta ligação entre gênero e sexualidade também não se trata de algo somente do passado dos Estados Unidos e Europa. David Valentine (2002), realizou uma etnografia entre “pessoas identificadas com o feminino” (female-identified) em grupos de suporte para “pessoas transgêneros” HIV+ em hospitais nos Estados Unidos e nos “Dragballs”. O autor apresenta pessoas como Fiona, que diz: “I’ve been gay all my life, been woman all my life”. Segundo tais pessoas é justamente o fato de serem homossexuais que as afirmam como mulheres. Em algumas situações, segundo o autor, estas pessoas se dizem fem queens ou femme queens. Fiona se diz gay e mulher na mesma sentença e não se sente representada pelo recente termo “transgender”⁵³.

No Brasil temos o trabalho, já clássico, de Peter Fry (1982) acerca dos sistemas de classificação de homossexualidade no Brasil. Neste trabalho, Fry (1982) discute acerca de dois modelos principais “contrastantes” de classificação da homossexualidade no Brasil, o “modelo hierárquico” e o “modelo moderno”. O modelo hierárquico, semelhante aquele descrito por Kulick (2008) como sistema de gênero brasileiro seria representado pela polaridade entre atividade e passividade, isto é, quem penetra na relação sexual e quem é penetrado. Este modelo pressuporia também uma relação de gênero, em que o ativo é o masculino e o passivo, feminino. O homem, isto é, o ativo, não seria qualificado enquanto homossexual, somente o passivo, que seria a “bicha”.

Já o modelo moderno de entendimento da sexualidade estaria relacionado com as categorias médicas de entendimento da homossexualidade, que giram em torno do conceito de orientação sexual e, portanto, seria mais proeminente nas “classes médias e altas” do país, assim como nos grandes centros metropolitanos. Neste modelo, não importa a posição no ato sexual, todo o sujeito que se relaciona com outro do mesmo sexo seria homossexual. O autor aponta como os movimentos homossexuais propuseram ressignificar a categoria médica de homossexualismo propondo uma versão despatologizante, a homossexualidade,

⁵³ Valentine (2002) realizou sua etnografia quando o termo transgênero emergiu das políticas públicas de saúde e de assistência social norte-americana para seu uso pelo movimento social. O autor retoma o argumento de alguns trabalhos como o de Chauncey (1994, apud Carrara e Simões, 2007) que mostram outras formas de qualificar relações entre pessoas do mesmo sexo, para sinalizar que a demarcação da identidade gay como mainstream do movimento homossexual americano que se baseia em uma rígida separação entre gênero e sexualidade em muitos casos pode invisibilizar as experiências de pessoas que percebem suas práticas de outra forma. O termo transgender para o autor é dessexualizado enquanto o termo gay é degenerizado. Valentine (2002) destaca um aspecto de classe, como em Chauncey (1994, apud Carrara e Simões, 2007), apontando que estas pessoas que juntam gênero e sexualidade em suas explicações, nos Estados Unidos, são em sua maioria negros e de classes populares, e são tachadas pelo movimento gay e o recente movimento transgênero como atrasadas.

porém trabalhando no mesmo campo discursivo estruturado pelas ciências médicas. Seria característico deste modelo também à ênfase na “igualdade entre os parceiros” em que os dois seriam entendidos ou gays, enquanto no sistema hierárquico, a polaridade entre ativos e passivos traria uma “dominação” do ativo-masculino sobre o passivo-feminino.

É necessário apontar que Fry (1982) argumenta a favor da coexistência destes sistemas de classificação em toda a sociedade brasileira, porém assinala que neste trabalho está falando de “modelos e representações”, isto é, mas do que as pessoas “dizem que fazem”, do que o que “fazem”. Fry (1982) destaca, deste modo, que seu trabalho não versa sobre a prática das pessoas, onde esses modelos se encontram sempre misturados. Há de se refletir também, que até a própria medicina tomou para si princípios hierárquicos, como Fry (1982) demonstra nas categorias de *weibling*, o homossexual feminino e passivo de Krafft Ebing, para quem gênero e sexualidade se confluem na sua concepção de homossexualismo.

Diante destas questões, é interessante perceber a ênfase de Kulick (2008) em tornar como específico do Brasil aquilo que como Fry (1982) argumenta que é comum a toda a sociedade capitalista. Podemos afirmar que o que Kulick (2008) chama de sistema de gênero brasileiro ou o modelo hierárquico, não representa nenhum traço singular da sociedade brasileira. De acordo com Simões e Carrara (2007), em muitos trabalhos acerca do Brasil este tem sido classificado como “não ocidental”, e grande parte do argumento gira em torno do “jeito especial” que os brasileiros teriam de organizar suas categorias sexuais. Esta ligação entre gênero e sexualidade, como destacam trabalhos históricos como o de Veyne (1985) acerca a Antiguidade grega é muito mais antigo do que pensamos, sendo justamente o “que nos ancora firmemente nessa mesma tradição” (Carrara e Simões, 2007). Porém, como destacam Carrara e Simões (2007), não se trata de reivindicar o estatuto de ocidental para o Brasil, mas apontar o que a negação deste estatuto pode produzir, como a construção de uma identidade nacional caracterizada como não-ocidental e frequentemente marcada pelo exotismo e/ou atraso.

De fato, também não penso que as travestis agenciem somente este modelo de explicação em suas práticas cotidianas. Atualmente, o movimento de travestis tem se constituído, como argumentei, sobretudo enquanto uma reivindicação de gênero, tentando se afastar da larga classificação de homossexuais. Estes movimentos têm tentado assim desarticular gênero e sexualidade, mostrando que travestis podem ter atração sexual

também por mulheres, além de outras travestis. A reivindicação das transexuais já se apresenta como uma desarticulação entre gênero e sexualidade, e como vimos nesta dissertação há um esforço pela diferenciação e o afastamento da figura de um “homem homossexual que quer ser mulher”.

Se Kulick (2008) procura definir já de início as pessoas que se chamam de travestis e construir uma ideia de Brasil a partir de suas formulações, Marcos Benedetti (2005) demarca desde o começo de seu trabalho a dificuldade de uma definição incisiva do que é travesti e transexual. O autor realizou sua etnografia entre travestis que se prostituem em Porto Alegre, durante o ano de 1994. Como Benedetti (2005) pontua, são vários os conceitos êmicos utilizados pelas travestis para denominar homens que se constroem corporal, subjetivamente e culturalmente na forma do que consideram “feminino”. Termos como transformistas, travestis, transexuais; além de bicha, bicha-boy, traveca, viado promovem uma tipificação destes corpos que praticam transformações de gênero. Porém, como o autor sinaliza, as fronteiras destas denominações são tênues e muitas vezes borradas.

Para complexificar o debate, Benedetti (1995) lança mão de seu conceito de “universo trans”, que seria uma forma de abarcar o leque de definições possíveis no que se refere às diferentes possibilidades de “transformações do gênero”. O autor aponta esta dificuldade de se definir o que é travesti e o cuidado de se homogeneizar sob esta rubrica diferenças e particularidades vividas por estas pessoas. Entretanto, pontua que visto seu lugar de “antropólogo”, ele não poderia se furtar de seu objetivo, a saber, de definição de seu objeto de análise, do seu “grupo”. Desta forma, o autor pontua se guiar “pela lógica do grupo estudado”, e segundo esta indicação:

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraste, a principal característica que define as transexuais nesse meio é a reivindicação da cirurgia de mudança de sexo como condição sine qua non da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social. As transformistas, por sua vez, promovem intervenções leves – que podem ser rapidamente suprimidas ou revertidas – sobre as formas masculinas do corpo, assumindo as vestes e a identidade femininas somente em ocasiões específicas. (Benedetti, 2005, p.18)

O fato de se guiar pela lógica do grupo estudado deve levar em conta o fato que esta lógica é construída e reposta reiteradamente na prática social para adquirir este efeito de se tornar definição destes sujeitos. Como discorri na primeira parte deste capítulo, para Benjamin a grande diferença entre travesti e transexual estaria na relação que cada um estabelece com o órgão genital, enquanto a primeira obtém prazer com órgão sexual e não sente desejo de realizar uma cirurgia, a segunda sente repulsa e deseja a operação de “mudança de sexo”. Esta definição que Benedetti traz de seu “grupo” é muito semelhante as definições médico-psiquiatras apresentadas no tópico anterior em que discuti as definições médicas. Como destaca Fernández (2004) esta concepção criada pelo endocrinologista Harry Benjamin parece ser a hegemônica em muitos contextos para a definição destas e se deve ao protagonismo médico para definir os corpos dessas pessoas.

Benedetti (2005) pontua em seu trabalho é a necessidade de uma diferenciação das experiências das travestis, das experiências dos homossexuais. Segundo sua análise, esta diferenciação do vasto grupo de homossexuais seria importante, sobretudo, pois o fator organizador da “identidade travesti” seria gênero e não sexualidade. Segundo o autor: “acredito ser importante inserir os discursos e valores de gênero como fatores organizadores dos processos sociais aqui analisados” (Benedetti, 2005, p.16). Benedetti (2005) sinaliza que identificar as travestis como homossexuais seria a “operação típica do olhar institucional e do senso comum sobre esse grupo” (Benedetti, 2005, p.16).

Porém, se Benedetti (2005) argumenta a necessidade de considerarmos a experiência das travestis a partir do gênero, o autor pontua também a dificuldade de separarmos gênero de sexualidade quando falamos de travestis, retomando a idéia de Kulick (1998) que uma das especificidades das travestis brasileiras é justamente esta estreita relação entre gênero e sexualidade. Assim como para Kulick (1998), Benedetti (2005) pontua que para as travestis o fato de serem “viados” é um dos elementos de sua subjetividade. O autor segue assim a formulação de Kulick (2008) de que esta ligação entre gênero e sexualidade é o que marca a diferença entre travestis e as transexuais euroamericanas. Na fala do autor:

Desejar sexualmente um homem e proporcionar-lhe prazer desde a infância é quase um imperativo no processo de transformação do gênero e um marco inicial no processo de percepção e auto-reconhecimento da “diferença” da qual são portadoras. Esse parece ser um traço diferenciador entre as experiências das travestis brasileiras e a das transsexuais ou transgendered da América do Norte e Europa, conforme Kulick (1998). Para as americanas, o interesse erótico por homens não é um fator determinante na construção de sua identidade social, que está

centrada em sua condição feminina, percebida como um atributo mental ou orgânico e desvinculada do desejo e da orientação sexual. Há transexuais que vivem e se concebem como heterossexuais. Já para as brasileiras, a questão de ser viado é onipresente em suas narrativas dos processos de transformação do gênero. (Benedetti, 2005, p.99)

Assim, para Benedetti (2005) o fato de ser homossexual, como argumentado por Kulick (2008), é um fato presente das experiências das travestis e um dos operativos da formação da identidade dessas. Benedetti (2005) sinaliza para a dificuldade de entendermos gênero e sexualidade como esferas distintas na experiência das travestis, que enfatizam aspectos que seriam ligados à sexualidade enquanto elementos de gênero, como o fato de ser passiva na relação sexual. Assim, a categoria transexual traria uma lógica de gênero e sexualidade que para Benedetti (2005) seria até mesmo exógena às travestis estudadas por ele, pois sendo:

Importada da Psicologia e da Sexologia, a categoria transexual parece adequar-se mais às realidades experimentadas pelas culturas do Norte, como Estados Unidos e Europa Setentrional, com suas características racionalistas e protestantes tão bem formadas e estabelecidas nas quais as diferenças de gênero parecem mais rígidas e rigorosas. (Benedetti, 2005, p.112)

Deste modo, se Benedetti (2005) pontua esta dificuldade de entendermos gênero e sexualidade como esferas distintas, será justamente esta junção no caso das travestis que marcará a diferença com as transexuais. Como apontei existem pessoas autoclassificadas transexuais que utilizam termos ligados a homossexualidade para se definir, como passivo e ativo, assim como existem travestis que apontam a necessidade de uma diferenciação entre travestis e homossexuais, como sinalizei na narrativa de Renata. Vale destacar que Benedetti realizou seu trabalho em 1995, e etnografias procuram versar sobre um contexto. No desenvolvimento de seu argumento estas diferenças culturais entre travestis e transexuais se articulam com diferenças de classe. Nas palavras do autor:

Várias pessoas, inclusive entre as minhas informantes, auto-identificam-se como transexuais. No entanto, é possível traçar algumas diferenças importantes entre as transexuais e as travestis. As transexuais dominam uma linguagem médico-psicológica refinada, apóiam-se em escritos científicos dessas disciplinas para explicar e demonstrar seu modo de ser, evidenciam as diferenças entre sua condição e a das travestis por meio de argumentos e razões fundamentadas nas noções de patologia e desvio, crêem-se doentes e deduzem que o tratamento e a cirurgia podem ser o instrumento de correção ou de ajustamento à sua personalidade. Essas concepções estão relacionadas à origem de classe. As informantes que se auto-identificam como transexuais, possuem, via de regra, maior escolaridade; têm, portanto, acesso a bibliografias técnicas sobre o

assunto com mais facilidade e situam-se mais próximas socialmente das explicações institucionais e científicas sobre a questão. (Benedetti, 2005, p. 113)

Como vimos neste trabalho é possível perceber estas relações de classe na produção das diferenças entre travestis e transexuais. No entanto, sistemas de conhecimento, como aponta Fry (1982) estão imbricados com outras formas de conhecimento, de forma que se torna complicado realizar generalizações onde categorias são ligadas a classes distintas. Nem todas as pessoas que se dizem travestis são de classes baixas, assim como nem todas as pessoas que se dizem transexuais são de classes médias e altas.

Vaitsman (1997), em uma pesquisa acerca de mulheres de baixa renda, argumenta acerca da dificuldade de uma ligação precipitada de classes populares a um universo hierárquico ou tradicional. Tais análises, segundo a autora, reduzem uma diversidade existente além de negar a pluralidade de mundos práticos e simbólicos dos quais participam os atores sociais. Segundo a autora, os processos de modernização fazem emergir novos contextos práticos simbólicos, nos quais:

[...] os atores interagem, disputam e compartilham situações, trocam ideias, emoções, sentimentos, discursos, numa circulação permanente de valores, ideias e imagens. Do ponto de vista do sujeito, a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente em produção de similaridade e diferença, pois atua em novos universos comuns, dos quais, ao mesmo tempo, se diferencia (Vaitsman, 1997, p. 308).

O compartilhamento de ideais modernos promovidos pela homogeneização da globalização, no entanto, não subsume as diferenças e sim as exalta. Trazendo o conceito de simultaneidade de George Marcus a autora afirma que trata-se de uma diversidade de conexões e simultaneidades entre distintos valores e práticas, que não se fazem somente de “dois ou mais mundos sociais, mas de vários mundos inseridos em um mesmo segmento social, dentro de um mesmo sujeito” (Vaitsman, 1997, p 308).

No começo deste capítulo apresentei uma descrição das Terças Trans. Em certo momento da descrição vemos que as próprias pessoas que se dizem transexuais – que seriam individualistas, segundo a dicotomia entre individualismo e holismo, e entenderiam gênero e sexualidade enquanto realidades distintas nesta concepção – agenciando noções que seriam hierárquicas como a noção de passivo-feminino e ativo-masculino, no qual gênero e sexualidade confluem. Ao mesmo tempo, esta mesma pessoa em outro momento destaca a importância da separação de tais dimensões. O próprio sujeito, na análise de Vaitsman (1997) é uma pluralidade de mundos, e pode assim acionar concepções

individualistas e holistas em uma mesma situação. Deste modo, a análise a partir destas dicotomias pode prejudicar um entendimento destas multiplicidades como argumenta Vaitsman (1997).

Dentro deste quadro de definições que estou delineando, um dos trabalhos que atualmente tem sido referência para os estudos de travestis é a pesquisa de Pelúcio (2007). A autora realizou seu trabalho na cidade de São Paulo e em São Carlos, e coloca mais alguns elementos neste debate acerca deste quadro de definições do que é travesti. Sua tese foca sobre uma discussão sobre o modelo oficial preventivo para DST/Aids voltado às travestis que se prostituem na cidade de São Paulo. A autora mostra tensões entre os valores normativos universalizantes de tal modelo, e as experiências das pessoas estudadas. A autora aponta, por exemplo, a invisibilidade dos homens com os quais as travestis se relacionam sexualmente para estas políticas de saúde, mostrando o caráter heteronormativo de tais políticas, que não se debruçam sob os corpos destes homens, considerados normalizados.

Pelúcio (2007) também sinaliza, assim como Benedetti (2005), a dificuldade de se reduzir uma experiência tão múltipla como as experiências das travestis em uma definição única, e propõe se utilizar do termo travestilidade para marcar esta heterogeneidade. O termo foi criado pelo psicólogo William Peres (2004) em substituição ao sufixo “ismo”, remetido a doenças e patologias e também como uma forma de marcar as inúmeras possibilidades identitárias das travestis.

Assim, o conceito de travestilidade propõe alargar aspectos da categorização identitária do termo travesti, que segundo ela pode ser simplificador, já que existiria uma gama de possibilidade de **viver esta condição** (Pelúcio, 2007, p. 32, grifo meu).

O termo travestilidade surge neste contexto de valorização e apontando esta multiplicidade de formas de “ser travesti”. Segundo Pelúcio (2007) a categoria travestilidade se insere em uma problemática queer, na qual um termo utilizado sistematicamente para ofender, estigmatizar e desqualificar é utilizado como uma forma de ressignificá-lo. Assim, o termo travestilidade procura ressignificar a categoria travestismo por meio de seu uso para estes objetivos. No entanto, a afirmação da categoria condição no argumento de Pelúcio reduz a multiplicidade que pretende abarcar.

Atualmente o próprio movimento de travestis e transexuais tem utilizado o termo travestilidade como apontei no capítulo 1, em uma reunião em que esteve presente uma

militante travesti. Tal processo nos evidencia como a construção das identidades se dá em uma rede de relações na qual a própria antropologia se faz presente. O termo, portanto, segundo a indicação de Pelúcio (2007) e Peres (2004) pretende abarcar uma multiplicidade de formas de ser travesti, marcando que a rigidez das convenções acerca gênero e de sexualidade das travestis e de suas formais corporais deve-se a sua construção sob aspectos da heteronormatividade. Deste modo:

A travestilidade aponta para a multiplicidade de viver esta experiência, ligada a construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática do gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas autotranscategorizadoras, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos. (Pelúcio, 2006, pag.19)

De fato, Pelúcio (2007) marca a multiplicidade de formas de viver o que ela considera uma condição, mostrando os diversos termos êmicos utilizados pelas travestis na prostituição que marcam diferentes posições que os sujeitos percorrem em territórios que são código-territórios. Seu referencial teórico embasado nos usos de Perlongher (2008) do conceito de territorialidade de Deleuze e Guatarri, procura entender o trânsito de sujeitos entre diferentes posições de sujeito, aplicado pela autora, sobretudo, no âmbito da prostituição de rua. No entanto, o uso do termo travestilidade como conceito analítico pode implicar o risco de homogeneizar esta diversidade de posições.

Deste modo, em sua definição de objeto e no uso analítico da categoria travestilidade, a autora reafirma a categoria condição. Seguindo a argumentação de Benedetti (2005) de “se guiar pela lógica do grupo estudado”, a autora afirma:

Ainda que cautelosamente, creio que posso afirmar que as travestis são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino. Não desejam, porém, extirpar suas genitálias, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. (Pelúcio, 2007, pag. 38).

Pelúcio (2007) não procura refletir é quais são as convenções que estabelecem a experiência *travesti* como específica a outras experiências, como a experiência de transexuais e homossexuais. Como Herzfeld (1998) argumenta, os sujeitos geralmente se falam em essências, trata-se do efeito performativo da linguagem, um tipo de processo retórico chamado de literalismo que constrói estas essências. Assim, a lógica do grupo

estudado não se configura enquanto condição dos sujeitos, mas enquanto uma estratégia social. Ainda segundo Pelúcio, ela conviveu:

com pessoas que se autoidentificavam como transexuais mas viviam, segundo elas mesmas, como travestis, pois se prostituíam e faziam uso sexual do pênis. Assim como estive com travestis que, em algum momento da sua vida, desejariam retirar o pênis; e outras que jamais haviam pensado naquilo, mas que começavam a estudar essa possibilidade mais recentemente, passando a cogitar a possibilidade de serem transexuais (Pelucio, 2007, p. 36, grifo meu).

Neste trecho ela aponta a existência de experiências que fogem a esta lógica das diferenças entre travestis e transexuais como as que apontei neste trabalho. No entanto, a autora não problematiza as convenções que estabelecem as diferenças entre travestis e transexuais. A autora compõe um quadro das diferenças, pois certas convenções a permitem dizer que esta pessoa que se diz transexual não é uma “verdadeira” transexual, sendo assim uma travesti. Tais elementos destacados por Pelúcio é o fato de se prostituir e usar o pênis para o uso sexual. É neste sentido, que a autora abriga esta pessoa sob o termo travestilidade, pois o conceito de travestilidade se embasa nas diferenças clínicas já constituídas entre travestis e transexuais, de modo muito semelhante ao que Fry (1982) identifica em relação ao termo homossexualidade⁵⁴.

O termo travestilidade tem sido utilizado pela militância travesti e muitas travestis que tenho travado contato, como apontei na narrativa de Renata. Este termo nos põe a pensar sobre o papel do antropólogo nesta rede de relações que produzem estas identidades. Existem conexões entre as demandas dos sujeitos dos movimentos, ou mesmo aqueles que não são militantes, e as formulações acadêmicas. O conceito de travestilidade aponta justamente tais conexões. No contexto atual em que o movimento de travestis tem destacado a importância de se pensar em tal identidade com orgulho o conceito de travestilidade é rapidamente absorvido, pois serve a tais propósitos. Conceitos criados na academia neste campo de análise são logo absorvidos pela militância, agências estatais, agências internacionais e ONGs. Tais relações são evidentes desde os sexólogos europeus que citei no começo deste capítulo, em que militância e formulações conceituais não apareciam necessariamente enquanto distintas.

⁵⁴ Segundo Fry (1982) o movimento homossexual criou o termo homossexualidade a partir das bases epistemológicas da categoria homossexualismo, baseado no conceito de orientação sexual. De acordo com o autor, o movimento homossexual por este feito fez o que a ciência médica não conseguiria em tão pouco tempo: separar a humanidade em homossexuais e heterossexuais. Assim, o uso do termo homossexualidade reforça a diferença entre homossexuais e heterossexuais.

3.3 Convenções em movimento

Vimos neste capítulo uma miríade de definições, controvérsias e discussões em torno do que são travestis e transexuais. No campo da medicina aponte a variedade de sentidos que as categorias travesti e transexual assumem até suas especificações e diferenças atuais. Foi possível perceber uma série de categorias que foram sendo construídas até que se chegassem ao que hoje se define enquanto diferenças entre travestis e transexuais nos manuais internacionais. Como destaquei, se em Hirshfeld aquilo que pensamos como transexuais eram um subgrupo de uma categoria abrangente de travestis, atualmente vemos como o conceito de transexualismo torna-se o centro e premissa das definições. Ainda vale destacar, que para a transexualidade se firmar enquanto categoria específica, sobretudo no âmbito brasileiro, foi necessário ela se diferenciar de outras categorias, como travesti e homossexual.

No campo das ciências sociais, também aponte a variedade de formas como antropólogos focalizaram e definiram seus objetos de pesquisa. Toda a pesquisa é fruto de seu tempo. Os trabalhos acadêmicos respondem a certas demandas sociais de sua época. Destaquei a produção atual do conceito de travestilidade expresso, sobretudo, no trabalho de Pelúcio (2007). A produção de tal categoria nos faz pensar como conceitos criados por estes saberes abrem campo de possibilidades de usos para as pessoas, como foi possível observar na narrativa de Renata.

Nos capítulos anteriores aponte como as pessoas se utilizam de uma série de convenções para produzir sentido sobre estas categorias. Além disso, as pessoas fazem uso de diversas categorias identitárias que não somente travestis e transexuais e, deste modo, tais usos tem relação com as situações e propósitos presentes da vida dessas pessoas. Travestilidade, por exemplo, quando criado pela antropologia torna-se mais uma posição de sujeito possível para tais pessoas. A forma como tais pessoas se apropriam de tais enunciados, como já argumentei, depende dos contextos e situações de uso. Elas reelaboram e deslocam concepções médicas, militantes e das ciências sociais de acordo com as perspectivas que fazem sentido a elas, e tendo em vista a situação social que estão enfrentando.

Deste modo, se a produção de categorias tende a fixar e controlar corpos, tal processo também se abre em possibilidades de uso que não necessariamente se fecham. Como tenho destacado nesta dissertação neste campo dos usos e práticas, sentidos estabelecidos nunca

estão assegurados. A forma como tais pessoas se apropriam de tais convenções muitas vezes desafiam sentidos previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesta dissertação como uma série de discursos são acionados na produção de sentidos acerca do que é travesti e transexual. No capítulo 1 apontei como uma variedade de enunciados são agenciados para marcar as diferenças entre travestis e transexuais nas interações entre as participantes das *Terças Trans*.

Destaquei como para as pessoas identificadas como transexuais se enunciarem sob tal categoria é necessário se afastarem e se diferenciarem de vários outros enunciados. O espelho para este afastamento é a imagem de uma feminilidade verdadeira. O valor atribuído à cirurgia de transgenitalização é um ponto central e recorrente na elaboração das diferenças entre travestis e transexuais. Deste modo, seguindo pistas deixadas por outras pesquisas, sinalizei como a taxonomia médica serve de um instrumento de distinção social entre travestis e transexuais. Afirmar a taxonomia médica, o fato de ser *operada* ou o desejo desta operação de transgenitalização, tende a colocar as transexuais numa posição de “mais mulheres”, por assim dizer, em relação às travestis. Deste modo, assinei um protagonismo do saber médico-psiquiátrico na definição das diferenças entre estes corpos, que como sinalizei no capítulo 3 rebate também na constituição de sujeitos de direitos e na produção de políticas públicas.

Sinalizei uma hierarquia de gênero que perpassa as relações entre travestis e transexuais no qual o feminino assume posição superior. Se geralmente pensamos em hierarquias de gênero no qual o masculino é englobante, temos aqui a relação contrária. Existem disputas por feminilidade, já que ambas compartilham uma série de convenções do que consideram um feminino legítimo e buscam se espelhar em tais convenções. Sinalizei como o uso do termo *trans* torna-se, em muitos relatos, sinônimo de transexual, sendo que uma das propostas das *Terças Trans* seria entender tal categoria como o englobamento de travestis, transexuais e outras transgeneridades. *Trans e transex* evocam a categoria transexual e uma feminilidade legítima e, deste modo, algumas pessoas possuem mais legitimidade na enunciação de se dizer *trans* do que outras.

No capítulo 1 destaquei como na produção de uma feminilidade legítima algumas transexuais articularam elementos distintos como práticas sexuais, gênero e orientação sexual e a dimensão de se pensar os parceiros com as quais elas mantêm relações, para produzir o cume da feminilidade, a mulher heterossexual. Sinalizei relatos de transexuais das *Terças Trans* onde elas argumentam que *transexuais* são *femininas, passivas e*

heterossexuais, enquanto *travestis* são *passivas* e *ativas*. O gênero das travestis, nestas formulações, seria indefinido, pois elas penetram com o próprio pênis, além de sua orientação sexual também ser indefinida, já que não se pode saber qual a orientação sexual de seus parceiros, sobretudo por desejarem serem penetrados. Tal articulação foi realizada diante de um questionamento do lugar da cirurgia de transgenitalização como o marco do diagnóstico de transexuais. Deste modo, argumentei que se a cirurgia é questionada como a base das diferenças entre travestis e transexuais, outros enunciados são acionados para marcar o lugar “mais mulher” das transexuais.

Ligar travestis ao masculino e a um feminino mal-sucedido ou fracassado parece ser central na produção da distintividade das transexuais, especialmente se considerarmos a perspectiva das que buscam a cirurgia de transgenitalização. Teixeira (2009), em sua análise dos laudos produzidos pelas equipes que acompanham as candidatas à cirurgia de transgenitalização, salientou como os pareceristas médicos têm uma preocupação especial em descobrir quem são as falsas transexuais ou travestis, o que mantém as candidatas à cirurgia sob constante tensão e medo. Teixeira reproduz a fala de uma candidata à cirurgia, que não conseguiu obter parecer médico favorável:

Acabou, você foi reprovada. Você não é transexual. Neste momento eu me senti destruída, ele pegou todos os anos que eu me acreditei mulher e jogou no lixo. Era como se o Estado estivesse me dizendo: **você não é mulher, olha, você é um traveco safado**. Era o Estado legitimando tudo que a sociedade pensa de mim: **você é um homem vestido de mulher**. (Teixeira, 2009, p. 215; grifos nossos)

Aqui vemos uma questão que apontei durante o capítulo 1, o medo da identificação com o “homem vestido de mulher”, ligado aqui à figura do travesti que apenas busca dar vazão a sua suposta depravação moral. Penso que nestes processos de diferenciação uma série de ambivalências são ligadas as travestis e são destacadas pelos seus aspectos tidos como masculinos, nomeadamente o pênis que é conservado e usado para o prazer, sobretudo para a penetração.

Também se articulam à *safadeza* das travestis outros elementos correlatos de “ambivalência moral”, tais como a *falta de educação*, o *escândalo* e o *exagero* nos modos e na aparência corporal. Travestis são ligadas ao *exagero*, a vulgaridade e, esta vulgaridade e *exagero* são entendidos, em muitos casos, justamente como um símbolo de masculinidade. *Travestis* são *exageradas*, e isso é coisa de “homem homossexual” e não de *mulher*. Tal questão encontra eco na situação que apontei o uso do termo *caminhoneiro*

para se referir a um evento em que travestis comeram apressadamente e colocaram grandes quantidades de comida no prato. A falta de refinamento pode ser um símbolo de masculinidade.

Destaquei no capítulo 1 um esforço das transexuais em se afastarem da figura de homem homossexual feminino, expressa pela imagem icônica do *viado*. Tal imagem é, sobretudo, ligada as travestis, assim como todos os elementos que para elas não são elegíveis de uma feminilidade verdadeira. Assim, a afirmação da heterossexualidade é mais um dos enunciados que marcam as diferenças entre travestis e transexuais. Sinalizei assim, como as pessoas autoidentificadas transexuais das *Terças Trans* se engajam em um processo de “reforçamento das margens”, reforçando justamente os insultos que são inferidos contra elas.

Mas esse quadro de acusações e disputas em torno do que seria o feminino adequado pode ficar ainda mais complicado. Tomando o que Bento (2009) e Leite Jr. (2009) chamam de “feminilidade burguesa” das transexuais, ressaltei como imagens corporais que remetem a aspectos que seriam de classe e cor/raça como cor de pele, cabelos mal tingidos, uso de chinelos, fala mal articulada e com erros de português e refinamento no comportamento, podem compor este quadro das diferenças.

No capítulo 1 apontei situações em que pessoas que se enunciaram como *trans/transsexual/transsex* foram vistas como “falsas transexuais”. Há também outras pessoas que, mesmo não compartilhando de alguns dos enunciados mais representativos em se dizer transexual (como ser operada ou desejar a cirurgia de transgenitalização), conseguem se dizer e ser reconhecidas como transexuais. Neste sentido, argumentei como as categorias travesti e transexual são prescritivas, no sentido, em que compõe um arranjo de diversas convenções que preveem o que seria uma travesti e uma transexual. Em uma destas situações, por exemplo, apontei como a cor de pele mais escura pode ser um elemento elencado para o fracasso da enunciação de ser *trans/transsex/transsexual* com outros elementos articulados como, por exemplo, o cabelo loiro mal tingido e o uso de chinelos que remete a signos de classes baixas. Apontei também o caso de Tina e seu estilo *black*, no qual sua cor de pele mais escura não fez com que pairassem dúvidas em relação a sua transexualidade, já que tal estilização de sua cor/raça remetia a estilos de classes médias e altas. Assim, a cor de pele, assim como estes outros enunciados que remetem a classe devem ser entendidos em sua articulação e não em sua soma, pois a relevância dos elementos deste arranjo depende da situação e contexto das enunciações. Argumentei

assim, como a articulação é uma prática que articula convenções, e produz, neste processo, novas convenções.

Embora todo este esforço diferenciador existente entre travestis e transexuais, assinalo como é possível perceber que muitas destas pessoas transitam entre tais posições de sujeito. O trânsito é possível para quem possui uma performance e corporalidade adequada na situação da enunciação de se dizer *trans/transex/transsexual*, que como apontei é um código prescritivo que articula uma série de convenções. Assim, existem pessoas como Carla, branca, de classe média e artista, que pode se dizer travesti e transexual, ou até mesmo intersexo, assim como pode também se utilizar de outras categorias como mulher e homossexual em outras situações, sem que seja deslegitimada em suas afirmações.

Apontei como este código prescritivo das categorias travesti e transexual é um arranjo de convenções que não se limitam somente à gênero e sexualidade, mas também classe, cor/raça e geração. Na narrativa de Bárbara foi possível perceber relações de classe e geração na produção das diferenças entre travestis e transexuais, pois como ela nos aponta: transexuais são os *rapazes bem nascidos* e as travestis são as *jurássicas*. Renata também articula em sua narrativa diferenças de classe quando aponta que transexuais fazem parte da *pequena burguesia*, enquanto travestis é a experiência *da calçada, da rua e da marginalidade*.

Diante destas questões podemos perceber que as categorias travesti e transexual articulam uma série de convenções na produção de suas diferenças. Estas categorias articulam convenções de gênero, sexualidade, classe, geração e cor/raça, para produzirem seus sentidos e conjugam lugares sociais nesta articulação.

Como destaquei no capítulo das narrativas tais pessoas que praticam transformações de gênero já se utilizaram uma série de categorias para explicar suas práticas e desejos. Muitas destas categorias são utilizadas em vários contextos e situações. Tais pessoas utilizam-se de uma série de convenções, sendo que tais usos tem relação com propósitos presentes na vida atual delas. Assim, destaquei que menos do que identidades coerentes, lineares e nucleares, este trabalho apontou justamente o acionamento de diferentes posições de sujeito.

Se as travestis são postas nesta posição inferior nas relações que apontei, vale lembrar que elas também se engajam em estratégias de destronamento, como nomeia Leite Jr. (2009). Apontei relatos de travestis e trans nos quais elas afirmam que *transexuais* são *homens*, ou que são *loucas* por acharem que são *mulheres*, pois elas são *viados*. Como

destaca uma travesti, para muitas pessoas que não estão engajadas nestes movimentos sociais, *travestis* e *transexuais* são vistas indiferenciadamente, e num grande grupo de *viados*. Apontei trocas de acusações na qual tal categoria foi acionada justamente para marcar este lugar comum a travestis e transexuais. Nestas situações é possível perceber um alargamento da estigmatização no qual o “outro é como eu”. Vimos assim como estas diferenciações muitas vezes se diluem em insultos e categorias acusatórias que justamente mostram o imbricamento e as contingências que estabelecem tais diferenças.

Na produção das diferenças entre travestis e transexuais, diferentes categorias, enunciações e produções discursivas, para além das convenções médicas, são apropriadas e reelaboradas. Conceitos criados no meio acadêmico neste campo de estudo são logo absorvidos pelos sujeitos e pelos movimentos sociais – na verdade, alguns destes conceitos se constroem em um diálogo (mesmo que tenso) entre acadêmicos e ativistas. Há, como procurei apontar no capítulo 3, uma relação íntima entre formulação acadêmicas e demandas de pessoas engajadas nas lutas de gênero e sexualidade. As categorias criadas pelos saberes se configuram enquanto campo de possibilidades de uso destas pessoas. Assinalei a criação do conceito de travestilidade por parte de Pelúcio (2007) e Peres (2004), conceito este utilizado por Renata em sua narrativa. Apontei a dificuldade do uso de tal conceito como uma ferramenta analítica, pois reduziria toda a diversidade dos usos apresentada neste trabalho.

Diante destas questões levantadas, argumento que ser transexual, assim como ser travesti envolve uma performatividade, no sentido de Butler (2003), assim como toda identidade. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tais, exclusivistas. Há expectativas sociais em relação a estes termos, além de que eles evocam uma série de enunciados não somente de gênero e sexualidade, mas também de classe, cor/raça e geração. Assim, menos do que diferenças clínicas, baseadas em manuais internacionais, argumentei como as diferenças entre travestis e transexuais se expressam enquanto diferenças de gênero, sexualidade, classe, cor/raça e geração. Desta forma, se existe um se passar por mulher, penso que exista também um se passar por transexual e se passar por travesti.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições, 2005.

AYRES, José Ricardo et al. Vulnerabilidade e prevenção da AIDS. In: BARBOSA, Regina e PARKER, Richard (orgs.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. São Paulo, Editora 34, 1999.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reivenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo, Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 183-191.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G.L. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: a Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu (26)**. janeiro-junho de 2006, pp.329-376.

BRAH, A. & PHOENIX, A. Aint I a Woman? Revisiting interseccionality. **Journal Internacional of Women’s Studies**, v 5:3, may 2004, p.75-86.

CARRARA, Sérgio & SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, Cultura e Política: A trajetória da homossexualidade masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu (28)**, 2005, janeiro- julho de 2007.

CRAPANZANO, Vincent. Estilos de interpretação e a retórica das categorias sociais. In: MAGGIE, Y. e REZENDO, C. (Org.). **Raça como Retórica: a construção social da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: Vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008. (Tese de Doutorado).

FACCHINI, Regina & SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERNANDÉZ, Josefina. **Cuerpos desobedientes: Travestismo y identidad de género**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 15ed.

FRY, Peter, "Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil". In **Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil do sec. XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. (22), 2004, janeiro – julho.

_____. Um manifesto para os cyborgs: Ciência, Tecnologia e Feminismo socialista da década de 80. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. (Org.). **Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HERDT, Gilbert, org. **Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history**. New York, Zone Books, 1996

HERZFELD, Michael. **Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State**. New York/London: Routledge, 1997.

HERZFELD, Michael e FERNANDEZ, James. In Search of Meaningful Methods. In: BERNARD, H. Russell. **Handbook of methods in cultural anthropology**. Walnut Creek, California : AltaMira Press, 1998.

HIRSHFELD, Magnus. Selections from “The Transvestites: The erotic drive to cross-dress” [1910]. In: STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.).**The Transgender Studies Reader**. New York, Routledge, 2006

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu (3)**, 1994, pp.117-141.

KRAFFT-EBING, Richard von. Selections from “Psychopathia Sexualis with special reference to contrary sexual instinct: a medial-legal study” [1899]. In: STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.).**The Transgender Studies Reader**. New York, Routledge, 2006

KULICK, Don. **Travesti: Sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos Corpos Também Mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2008. (Tese de Doutorado).

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Context**. New York: Routledge, 1995

OLIVEIRA, Neusa Maria de. **Damas de paus: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

PELUCIO, Larissa Maués. **Nos nervos, na carne e na pele – Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007. (Tese de Doutorado).

PERLONGHER, Nestor. **O negocio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. PPG/Saúde Coletiva/UERJ, Rio de Janeiro, 2005. (Tese Doutorado).

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher” In: Algranti, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, Nº48, IFCH/Unicamp, Novembro de 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SILVA, Hélio. **Travesti – A Invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M.F.; CARRARA, S.(Org.) **Sexualidades e Saberes: Convenções e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2009. (Tese de Doutorado).

RUSSO, Jane e VENÂNCIO, Ana Teresa A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM-III. In: **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, ano IX, nº 3, setembro de 2006. Disponível em www.fundamentalpsychopatology.org/art/v09_03/06.pdf.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VALENTINE, David. We’re “Not about Gender”: The uses of “Transgender”. In LEWIN, E. & LEAP, W.L.(Org.). **Out in Theory: the emergence of lesbian and gay anthrology**. Chicago: University of Illinois, 2002.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos em mulheres urbanas de baixa renda. **Revista Estudos Feministas (5)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VEYNE, Paul. **A elegia erótica romana**. São Paulo: Brasiliense, 1985.